

www.etm.com.br

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

R\$ 6,00



235



HISTERIA GUERREIRA

Bush caça Laden



A resposta aos atentados
ameaça com espiral de violência
de consequências imprevisíveis.

Opinião pública mundial condena vingança à margem da lei

A revista Ecologia e Desenvolvimento foi considerada diversas vezes a melhor publicação do Brasil na sua categoria, o que se traduziu em numerosos prêmios recebidos ao longo dos seus dez anos. Pioneira no nosso país, ela goza hoje de grande prestígio em toda a América Latina

1991
MARÇO
2001

ECOLOGIA

E DESENVOLVIMENTO



FAÇA ALGUMA COISA PELO SEU PLANETA. ASSINE ECOLOGIA!

Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 508 / 510 - Lapa - 20241-080 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (55 XX 21) 2221-7511 - Fax: (55 XX 21) 2252-8455 - e-mail: etm@etm.com.br - www.etm.com.br

Ao
leitor

Época de incertezas

Os ataques às torres do World Trade Center e ao Pentágono desataram preocupações que pareciam abrandadas com o fim da bipolaridade. Os Estados Unidos estão fazendo um novo chamamento mundial ao alinhamento político, a propósito da emergência de combate ao chamado terrorismo, ou seja, contra a ação de grupos irregulares de fundo político, social e até religioso mobilizados por sentimentos de contraposição aos esquemas de alcance mundial, que tornam aliados do progresso e do bem-estar quatro quintos da humanidade. Assim, o mundo parece de volta ao clima da Guerra Fria, com sua lógica do "por mim ou contra mim" e a estimulação de grupos especiais de combate aos dissidentes ou suspeitos de dissidência. Nos países do Terceiro Mundo, essa síndrome de supersegurança pertence a um passado recente e doloroso, cujas marcas sociais, políticas e culturais ainda perduram. Em vários lugares, tais grupos de segurança voltam a ser organizados a partir do conhecimento e técnicas de profissionais implicados em práticas condenáveis da época dos regimes militares.

Nesta nova fase de cruzadas de um suposto bem absoluto contra um também suposto mal absoluto, a diferença parece ser a de que também os cidadãos das sociedades ricas poderão experimentar atro-

pelos em sua liberdade, não tanto porém quanto os de que já começam a padecer os imigrantes e seus descendentes.

A mobilização guerreira dos Estados Unidos, inicialmente atrás de uma Justiça Infinita e já agora para uma Liberdade Duradoura, encerra, de qualquer modo, um conceito de imposição de que reclamam as sociedades, quando saem às ruas contra o neoliberalismo ou quando se sentem esmagadas por políticas geradas a milhares de quilômetros de distância e que ignoram seus interesses nacionais, sua história, sua cultura e seu senso de sobrevivência física e espiritual.

Inegavelmente, o mundo árabe e o islamismo foram lançados ao primeiro plano da desconfiança universal pela retórica de George W. Bush, sob cujo curto governo a questão palestina assumiu uma gravidade sem precedentes, em decorrência da cobertura norte-americana aos planos do primeiro-ministro israelense Ariel Sharon. Em nenhum parágrafo de seus discursos, porém, Bush foi capaz de reconhecer que não haverá sossego no mundo islâmico, enquanto perdurar o holocausto palestino. Washington conseguiu reduzir a uma simples caçada humana, tendo por alvo Osama bin Laden, uma crise que não é de hoje e jamais se esgotará no justiçamento do guerrilheiro saudita-afegão ou na extinção dos talibãs.

Os editores

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

ISSN 0101-7993
Nº 235 - Setembro 2001

EDITORIA  TERCEIRO MILÊNIO

Rua Conde de Lages, 44 - Grupos: 508/510 - CEP 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455
E-mail: etm@etm.com.br - Internet: <http://www.etm.com.br>

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

FUNDADOR: Neiva Moreira

DIRETORA: Beatriz Bissio

DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini

EDITOR: Procópio Mineiro

CONSULTORES: Darcy Ribeiro (*in memoriam*) Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Sovavia (Chile)

ASSINATURAS

Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455

E-mail: Assinaturas@etm.com.br

Pagamentos: Cheque nominal à Editora Terceiro Milênio e todos os cartões de crédito

NÚMEROS ATRASADOS

Ao preço do último exemplar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas, acrescentando 30% ao valor do pedido para postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora.

PUBLICIDADE

Gerente: Kleber Saboya

Rua Conde de Lages, 44 / 509 - CEP 20241-080 - Lapa
Rio de Janeiro - RJ - Tel.: (21) 2221-7511 -
Fax: (21) 2252-8455 - Correio Eletrônico: etm@etm.com.br

Rio de Janeiro/RJ: LJS Alves Representações

Rua Teófilo Otoni, 15 - sala 913 - Centro - CEP 20090-080
Tel.: (21) 2283-1661

São Paulo/SP: J.R. Comunicação e Publicidade Ltda.

Rua Coronel Ferreira Leal, 201 - 1º andar - Jd Esmeralda
CEP 05589 - 090 - Fone/Fax: (11) 3735-4541 / 3731-5114
Correio eletrônico: janio.oliveira@uol.com.br

Belo Horizonte/MG: KSD Publicidade Ltda.

Rua Catete, 979 - sala 103 - Barroca - CEP 30430-520
Tel.: (31) 9618-7417

Fortaleza/CE: AJS Assessoria e Marketing Ltda.

Rua Guilherme Rocha, 218/503 - Centro - CEP 60030-140
Tel.: (85) 226-7560/999-9924

Brasília/DF: JCZ Comunicações

SRTVS - Quadra 701 - Bloco C - sala 330 - Centro Empresarial - Brasília - CEP 70340-907 - Tel.: (61) 3222034

Porto Alegre/RS: RS Mídia

Rua Lloyd de Andrade Polidoro, 15 - Aberta dos Morros
CEP 91751-620 - Tel.: (51) 248-3514

DISTRIBUIÇÃO/BRASIL

Fernando Chinaglia - Tel.: (21) 3879-7766

VENDA NO URUGUAI: Kiosko Salvador

Av. 18 de Julio y Paraguay - tel: 901-5459

FOTOS: Agence France Presse (AFP), Agência Brasil e Centro de Documentação (Cedoc).

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços das seguintes agências de notícias: Angop (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), Wafa (Palestina) e a rede de agências dos Países Não-Alinhados.

PUBLICAÇÕES DA EDITORA TERCEIRO MILÊNIO

Cadernos do Terceiro Mundo (temas políticos e sociais); Ecologia e Desenvolvimento (assuntos ambientais); Revista do Mercosul (informação do bloco econômico); Almanaque Brasil e Encyclopédia do Mundo Contemporâneo (obras de referência)

Filiada à ANER

Sumário

Setembro 2001 • Nº 235 • Ano XXVI

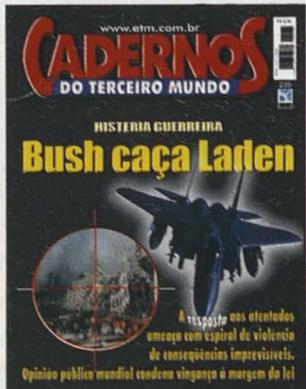


Foto de capa: AFP



Foto: Guilherme Lessa

4 FRASES

ENTREVISTA

5 Roberto Leher: É preciso reagir à falência educacional

A universidade pública exerce um papel fundamental no Brasil, como pólo difusor de conhecimentos e pesquisas tecnológicas, e é um instrumento indispensável para o desenvolvimento científico, econômico e social

8 CARTAS

10 PLANALTO

12 PANORAMA NACIONAL

15 BRASIL/SOCIEDADE

Desigualdade preocupa assistentes sociais

As políticas neoliberais aprofundadas nos anos 90 desestruturaram a proteção social no país

BRASIL/SEGURANÇA

16 Alcântara: Soberania em perigo

O acordo de uso da Base de Lançamento de Foguetes é inaceitável. Sua rejeição pelo Congresso é uma imposição nacional

18 Relator aconselha rejeição do acordo

Deputado analisa o documento, ponto por ponto, e mostra hipocrisia dos argumentos norte-americanos, cujos objetivos estrangulam o programa espacial e o desenvolvimento tecnológico brasileiros

22 PANORAMA ECONÔMICO

25 PANORAMA INTERNACIONAL

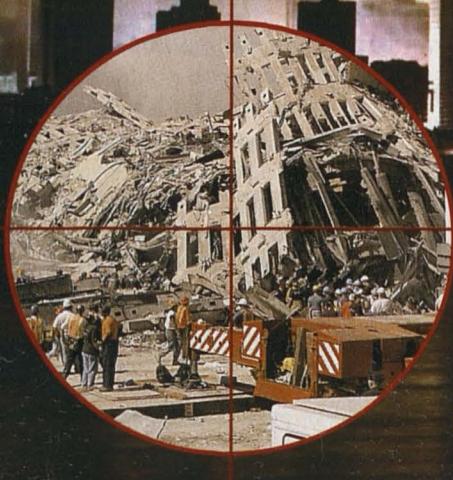


Foto: AFP



Foto: AFP

EUA LANÇAM DESAFIO AO MUNDO



A resposta do governo Bush aos atentados pode desencadear espiral de violência cujas consequências ninguém tem condições de prever

C
A
P
A

30

28 LIVROS

ONU/RACISMO

60 Sutilezas contra o racismo

Conferência de Durban termina com pronunciamento morno, devido aos grandes impasses que provocaram a retirada dos Estados Unidos e de Israel

PÁGINA ABERTA/BRASIL

64 Uma nova política externa para o Brasil

O país precisa usar com inteligência os espaços criados pela competição entre os Estados Unidos e a Europa, agora que não existe mais a Guerra Fria

31 Bush desafia o mundo e exige alinhamento

36 Reflexões em pedaços

46 Entenda o islamismo

51 As torres caem e a economia estremece

54 UE resiste às pressões de Washington

59 Brasil: o temor da guerra

Fotos: AFP

O que eles dizem...

"Os Estados Unidos são nossos maiores aliados desde 1948 e faremos qualquer coisa que os americanos pedirem"

Yarden Vatikai, assessor do Ministério de Defesa de Israel

"Condenamos totalmente estes atentados. (...) Estamos comprometidos com o cessar-fogo. Estamos prontos para o diálogo político a qualquer momento, em qualquer lugar"

Yasser Arafat, presidente da Palestina

"Condenamos tudo isso"

Abdul Hai Munaem, porta-voz talibã

"Os EUA se acostumaram a nos acusar, cada vez que seus inimigos, que são numerosos, lhes assestam um golpe. (...) Os que fizeram isso, o fizeram por seu próprio interesse"

Osama Bin Laden, em comunicado, desmentindo sua participação no atentado

"Os EUA já declararam guerra contra os países do Oriente Médio há anos"

Ziad Abu Zeed, palestino

"Pessoas que têm muitas razões para viver estão decidindo que esta (o ódio aos EUA) é uma causa importante o suficiente para valer suas vidas"

Andrea Tarantino, cientista política norte-americana

"O caubói americano está colhendo os frutos de seus crimes contra a humanidade. As explosões (...) são um doloroso tapa no rosto dos políticos dos EUA. Eles devem suspender sua hegemonia ilegítima"

Comentarista da tevê iraquiana

"Os soviéticos passaram nove anos guerreando em terra com os afegãos e foram expulsos. Nada impede que o mesmo aconteça com os americanos"

Clifford Egan, historiador da Universidade de Houston

"A CIA tem 800 agentes espalhados pelo mundo e nós fomos os últimos a saber"

Tom Clancy, escritor de livros de ação militar

"Agora, a grande questão é saber se os planos do governo dos EUA realmente têm a ver com a retaliação aos autores dos últimos ataques ou se quer aproveitar aqueles trágicos acontecimentos para ampliar sua hegemonia sobre o mundo"

Movimento Hizbolá, em comunicado divulgado em Beirute

"Nesses momentos, o mais importante é manter a calma e o juízo ponderado"

Kofi Annan, secretário-geral da ONU

"Vivo ou morto"

George W. Bush, presidente norte-americano, referindo-se a Osama Bin Laden

"Nós aqui nos alegramos com a dor dos americanos, porque os EUA apóiam Israel com caças, helicópteros e tanques, além de todo tipo de armas destrutivas. Todas essas armas matam nossas crianças e nossas mulheres, da mesma forma que muitos palestinos inocentes"

Imad Salej, taxista da Faixa de Gaza

"Agora, vamos ter que esperar"

Daniel Marx, vice-ministro de Economia da Argentina, achando que a crise tirou o seu país da atenção norte-americana

"Como precisamos de dólares para fechar as contas, o real se desvalorizará mais e os juros futuros subirão"

Carlos Langoni, economista da Fundação Getúlio Vargas

"Nossos militares são muito corajosos. Eles têm o apoio público e farão o que for necessário. A forma antisséptica de fazer guerra precisa acabar"

Madeleine Albright, ex-secretária de Estado norte-americana

"Não é a guerra da democracia contra o terror. É também sobre mísseis americanos caindo sobre casas palestinas e helicópteros americanos disparando mísseis numa ambulância palestina e bombas americanas destruindo uma aldeia chamada Qana"

Robert Fisk, jornalista, citado por Noam Chomsky

"De novo temos uma escolha: tentar entender ou nos recusarmos a fazê-lo, sob pena de que algo muito pior venha por aí"

Noam Chomsky, pensador político norte-americano

É preciso reagir à falência educacional

A universidade pública exerce um papel fundamental no Brasil, como pólo difusor de conhecimentos e pesquisas tecnológicas. O é um instrumento indispensável para o desenvolvimento científico, econômico e social

Alvaro Neiva

OS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS aderiram à greve dos servidores públicos. O movimento teve ampla adesão, com a paralisação de mais de 80% das universidades do país. Além das reivindicações comuns com os demais servidores e do combate às políticas neoliberais em conjunto com outras organizações no Fórum Nacional de Lutas, os docentes se mobilizam em defesa da universidade pública.

Nesta entrevista, o professor Roberto Leher, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), aponta os equívocos da política implementada pelo governo federal, que segue as diretrizes do Banco Mundial e leva o Brasil a abandonar a possibilidade de produzir conhecimento. Apesar disso, o professor acredita que a universidade pública ainda desempenha um papel fundamental na sociedade brasileira, e confia que ela resistirá aos ataques.

Qual o seu diagnóstico sobre as reformas e transformações do sistema de educação superior pública brasileira na década de 90?

Roberto Leher - Em poucas palavras: a política em curso no país tem o objetivo de dar cabo da universidade tal como foi estabelecida na Constituição Federal de



Roberto Leher: O trabalho docente não pode ser aferido por um taxímetro de produção

Foto: Guilherme Lessa

1988, a saber, autônoma (capaz de se autogovernar em matéria acadêmica, financeira e administrativa) e assentada no princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; no caso das públicas, gratuitas. Assim, a nova Lei de Diretrizes e Bases, a LDB, preconiza a diferenciação das instituições de ensino superior, criando instituições exóticas, como os Centros Universitários e os Institutos Superiores. O Plano Diretor da Reforma do Estado pretende que as universidades públicas deixem de ser instituições do Estado e se transformem em organizações sociais, entes de direito privado.

A reforma administrativa em curso segue essa lógica. A política de desregulamentação do mercado, por sua vez, tem levado a um crescimento extraordinário das universidades privadas, muitas delas sem a menor condição de funcionamento. O Conselho Nacional de Educação não é um órgão de Estado, mas do governo. E, infelizmente, os mesmos vícios do Conselho Federal de Educação já estão inseridos naquele, mais frágil. Já não é possível ignorar as práticas de favorecimento em troca de vantagens pessoais, como o recente afastamento do chefe de Gabinete do próprio ministro da Educação o atesta.

Por que essas diretrizes? As políticas do Banco Mundial para a América Latina têm como premissa que o lugar que esses países irão ocupar na economia mundial não requer a produção de conhecimento novo. As velhas teses neocoloniais são política de governo.

Quais são as estratégias para defender a manutenção do Sistema Federal de Ensino Superior?

RL - As estratégias são múltiplas e complementares, mas têm um fundamento comum: o combate às políticas neoliberais e à condição capitalista dependente do país. Assim, o Andes-SN está junto com a CUT, o MST, a OAB, a CNBB, os partidos de oposição no Fórum Nacional de Lutas e, ao mesmo tempo, constrói o movimento dos servidores federais, afinal, são sete

O desmonte é seletivo, porém profundo. O fundamental das verbas está vinculado às necessidades do setor produtivo, como podemos ver nos Fundos Setoriais

anos sem reajuste. Concomitantemente, estamos construindo com as entidades da educação a defesa do ensino público e da universidade, tanto aqui como na América Latina. Neste momento, as prioridades são a luta contra a privatização das relações de trabalho na universidade pública, pela abertura de concursos no Regime Jurídico Único e pela carreira única do Andes-SN.

Quais são os planos de luta a serem desenvolvidos pelo movimento docente?

RL - O Congresso foi magnífico. Comemoramos os 20 anos da entidade afirmando que as lutas dos movimentos sociais e em defesa da universidade buscam um mesmo objetivo. Os debates foram intensos, como devem ser numa entidade democrática, prevalecendo a perspectiva apontada acima, ou seja, de que o Sindicato Nacional deve se engajar nessas lutas gerais e específicas. No caso da privatização das relações de trabalho, o movimento docente afirmou sua disposição de ir a uma greve nacional para defender a carreira e os concursos no Regime Jurídico Único.

De que forma o abandono de uma política para o setor de Ciência e Tecnologia pode afetar a capacidade produtiva do país?

RL - O desmonte é seletivo, porém profundo. O fundamental das verbas está vinculado às necessidades do setor produtivo, como podemos ver nos Fundos Setoriais – em especial das antigas estatais que tiveram os seus centros de pesquisa e desenvolvimento desativados. Desse mo-

do, a pesquisa é operacional, não assegurando o avanço no conhecimento científico, tecnológico e cultural. De uma nação que chegou a ser classificada como um Novo País Industrializado, fomos reduzidos à condição de mercado emergente. Somos compradores de tecnologia. Somente na indústria farmacêutica pagamos até 80% do preço do medicamento a título de custo do conhecimento. O pacto neocolonial está criando um verdadeiro *apartheid* educacional e científico planetário.

Como o governo interpreta a autonomia universitária e qual a relação com as mudanças na matriz de financiamento do ensino superior brasileiro?

RL - A autonomia universitária está estabelecida na Constituição, como falei anteriormente. O conceito de autonomia do MEC é igual ao do Banco Mundial que, por sua vez, busca o seu conceito no pensamento liberal. Para estes, autonomia significa “romper as amarras da instituição com o Estado” de modo que a universidade possa interagir livremente com o mercado e caminhar com os próprios pés, isto é, se autofinanciar.

As verbas estão associadas a indicadores quantitativos e produtivistas. A história das instituições não conta. É claro que as condições da Universidade Federal do Rio de Janeiro são diferentes da Universidade Federal do Acre. Com isso, as universidades mais jovens e localizadas em regiões em que a pós-graduação ainda não está consolidada, são mais prejudicadas, num ciclo vicioso. Recebem menos porque têm menos pesquisa, e têm menos pesquisa porque recebem menos... Todos os indica-

dores (percentual das receitas correntes, PIB etc.) atestam uma brutal redução das verbas, em especial as verbas de investimento. Em 1995, totalizaram 170 milhões de reais, e em 1999, apenas 35 milhões. Enquanto isso, por meio do BNDES, as particulares receberam em apenas dois anos 750 milhões.

Como a universidade pública está sendo afetada pelas políticas que privilegiam a privatização do ensino?

RL - Além do estrangulamento financeiro e da política de autonomia, já mencionadas, temos mecanismos internos de privatização e de mercantilização da universidade. O setor de serviços vem sendo hipertrofiado por professores ávidos por se transformarem em homens de negócios ou por docentes bem intencionados, mas que não dimensionam o resultado dessas modalidades insidiosas de privatização.

Estamos assistindo a uma explosão de fundações que não estão submetidas a controle público. Para reverter esse quadro, é preciso mudar a política encaminhada localmente pelo ministro Paulo Renato e ampliar o debate interno, de modo que os colegiados formais das universidades possam ser democratizados efetivamente. Assim, essas iniciativas serão coibidas.

Comente, por favor, o processo de federalização da Universidade do Tocantins.

RL - A federalização da Unitins é uma reivindicação do Andes-SN e da sociedade civil empenhada na defesa do ensino público. É uma reversão da privatização duramente combatida pelo movimento docente. Vários professores e estudantes

foram perseguidos nessa luta. Mas a federalização em curso é um processo obscuro e sem participação da comunidade (as ameaças seguem cada vez mais abertas). O MEC é evasivo e as autoridades locais pretendem criar um feudo subordinado ao poder da oligarquia. Estamos acompanhando com muita preocupação.

Como se posiciona o Andes-SN sobre as propostas de regulamentação trabalhista para os servidores federais e, mais especificamente, os docentes? Qual a avaliação do Andes sobre as políticas de gratificação de desempenho?

RL - Como já dito, é uma forma de privatização da universidade, pois as relações de trabalho serão normatizadas pelo direito privado. A estabilidade – uma condição para a autonomia individual do professor – será perdida, assim como a aposentadoria integral, caso o projeto do MEC seja aprovado. Este é um dos motivos da construção de uma forte greve nacional, aprovada no XX Congresso. Nossa posicionamento é contrário à política de gratificações. O trabalho docente não pode ser aferido por um taxímetro (número de horas-aula, de artigos etc.). É a lógica empresarial em moda nos anos 90, porém os resultados para a universidade são desastrosos.

Existe uma proposta do Andes em defesa da democracia interna nas universidades?

RL - De fato. Veja, o MEC, aos poucos, está tentando colocar reitores que abracem a causa do Banco Mundial para a educação brasileira. Os colegiados superiores são cruciais para a autonomia da

universidade e para o autogoverno da mesma. O reitor-interventor é como um alienígena encarregado de uma missão de destruição. Defendemos que a universidade deve se autogovernar por meio de regras definidas internamente a partir de processos estatuentes radicalmente democráticos. Na universidade, professores, estudantes e técnico-administrativos formam um feixe de interesses compartilhado. Por isso a defesa da autogestão participada.

A universidade deve desenvolver cursos seqüenciais ou de ensino a distância?

RL - Cursos seqüenciais com certificação é uma fraude acadêmica. É uma modalidade de ensino para os países periféricos. Como não existe política de expansão do ensino público, o governo pretende enganar a sociedade com essas modalidades exóticas. No que diz respeito aos cursos a distância, obviamente não cabe a questão quem é a favor da tecnologia e quem é contra. Em nosso entendimento, os recursos tecnológicos são complementares à docência universitária. Somos contra as modalidades de cursos a distância que tenham o objetivo de oferecer uma certificação, como os cursos de graduação a distância para a formação de professores. Aqui vale a lógica perversa: para miseráveis, um ensino miserável. Como os professores que estão sendo “graduados” irão atuar nas escolas das periferias pobres, uma formação aligeirada basta, dizem os ilustrados professores que encaminham o projeto governamental.

Com todas estas transformações, a universidade pública ainda cumpre a sua função social?

RL - Sim, a universidade pública é a referência de qualidade do ensino superior. Noventa por cento da pesquisa do país são provenientes das universidades. Nossas instituições são muito jovens. Ainda temos uma maioria que atua a favor do ensino universitário de qualidade. A reação é crescente. Iremos recriar a universidade pública a partir do melhor legado deixado pelas gerações que nos antecederam. ■

Além do estrangulamento financeiro e da política de autonomia, temos mecanismos internos de privatização e de mercantilização da universidade

Cartas

Comunicado

O povo e o governo dos Estados Unidos da América merecem o mais profundo respeito e solidariedade pela tragédia acontecida. Os atentados praticados representam um verdadeiro crime contra a humanidade, não existindo palavras suficientemente eloquentes para condenar o horror perpetrado contra todas as pessoas que foram assassinadas covardemente no dia 11 de setembro. Nenhuma idéia, nenhuma causa, nada pode justificar este crime.

A Comunidade Árabe-Palestina do Brasil, junto com o povo brasileiro, sente-se indignada, chocada e atingida nos seus sentimentos humanos pelos ataques terroristas, que são, repetimos, ataques contra a humanidade. Solicitamos dos meios de comunicação do nosso país seriedade e responsabilidade para não julgar precipitadamente, bem como aguardar as conclusões do governo americano, antes de apontar culpados, já que atitudes deste tipo podem levar a represálias contra inocentes. Neste momento, é necessário serenidade para evitar novos crimes, que não servirão de lenitivo para o indizível sofrimento provocado hoje a uma nação.

Os culpados, sejam eles governos ou organizações, seja qual for sua nacionalidade, religião ou ideologia, devem ser desmascarados, julgados por este crime inqualificável e suas bases de atuação desmanteladas. Pedimos também que a atitude de algumas pessoas desvairadas e mal informadas não seja tomada como a atitude de um povo, que, junto com todos os seres humanos deste nosso mundo, está hoje de luto pela barbárie cometida contra pessoas inocentes.

Confederação Palestino-Americana
e do Caribe (Coplac)
Federação Palestino-Brasileira -
Hassan El-Emleh
Sociedade Árabe-Palestino-Brasileira
de Brasília - Shaouqui Nasser
palestine@uol.com.br

A águia ferida

Estamos chocados! Os ataques provocados em Washington e Nova Iorque, no seio da nação mais poderosa do mundo, provocando prejuízos incomensuráveis de ordem moral principalmente, fizeram com que a opinião pú-

blica do mundo civilizado, de um modo geral, se consternasse e orasse pelas vidas inocentes das vítimas de tamanha truculência. A dor e a tristeza tomou conta das pessoas de bem.

Repentinamente, somos forçados a lembrar que, anos atrás, vítimas civis, igualmente inocentes, foram aniquiladas repentinamente em Hiroshima e Nagasaki, em defesa de um ideal democrático. Lembramos que, por ideal igualmente nobre, vítimas civis e tão inocentes quanto as de agora também vieram a falecer durante os anos em que o exército de Ho Chi Min, tendo a paixão pela pátria a principal arma, enfrentou, no seu território, o Vietnã, o maior exército do mundo. Lembramos das bombas de napalm, que atualmente estão sendo jogadas na Colômbia, com outros preparados químicos, que, a par de exterminar com o plantio da coca, está provocando a morte e danos à saúde de cívis agricultores dos confins da Amazônia.

Lembramos ainda das vítimas de quase 50 anos de bloqueio comercial sobre a ilha caribenha administrada por um insolente ditador barbudo que também soube enfrentar, e vencer, o mesmo poderio militar ianque. Lembramos das vítimas civis de todas as idades, que, em razão do bloqueio imposto pela nobre causa democrática, também vieram a falecer no Iraque insubordinado, que ousou enfrentar o mesmo exército. Lembramos das vítimas da recente tragédia militar da Iugoslávia, do Afeganistão e da interminável guerra, igualmente civil, que acontece em Angola, a intermináveis 40 anos, financiada igualmente pela superpotência do Norte.

É lamentável que todos esses tristes fatos tenham ocorrido e que sempre os EUA estejam presentes, quer com os marines, quer com os foguetes, quer com vetos a cláusulas jurídicas em defesa do meio ambiente, quer com a elevação dos juros das dívidas de seus parceiros comerciais...

Lamentamos, profundamente, a dor de um povo que não sabe o que é a guerra no solo da própria nação, um povo sempre envolvido em conflitos militares. No século passado, esteve na Europa, na Ásia, na América Latina, porém nunca sofrera qualquer invasão no seu próprio território, hermeticamente fechado com radares, mísseis e um muro com fios elétricos junto aos limites que o separa do México. Lamentamos. Lamentamos, principalmente, pelas vítimas das torturas que ditadores tru-

culentos latino-americanos impuseram aos seus opositores, seguindo regras que aprenderam na Escola das Américas, no Panamá, com instrutores militares norte-americanos...

Lamentamos ainda bastante a morte de patrícios brasileiros, residentes em Manhattan, por carecerem de empregos na própria e saudosa terra brasiliensis. Enfim, lamentamos bastante a humilhação do soberbo povo norte-americano, que viu suas defesas violadas e o maior símbolo da globalização ser destruído em poucos minutos por aviões aparentemente inofensivos, como inofensiva, aparentemente, é a globalização que estão impondo aos povos do mundo, os quais, iguais a eles, também estão perplexos pelos efeitos decorrentes do novo modelo econômico internacional.

Lamentamos, profundamente, tanta violência. Lamentamos e choramos as saudades dos civis que pereceram na Guerra do Golfo e nas intermináveis filas do INSS desestruturado por carecer de recursos financeiros desviados para fomentar o enxugamento do Estado neoliberal que os EUA criaram...

Lamentamos profundamente que a violência haverá de prevalecer, enquanto não for alterada a política neocolonial imperialista.

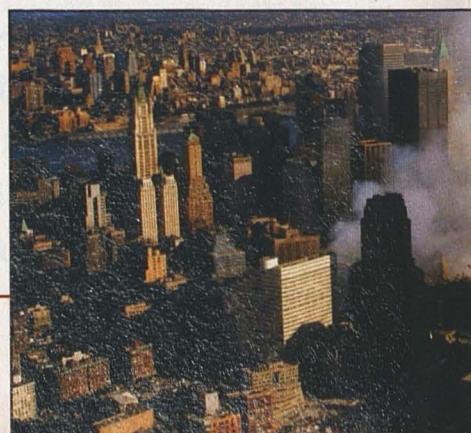
Quem viver verá!

Roberto J. Pugliese
Professor de Direito Civil/ACE Joinville - SC

Terrorismo

Os atentados mais recentes (e mais violentos) ocorridos no dia 11 de setembro de 2001, no mais rico e poderoso país do planeta, os EUA, foram transmitidos em todo o mundo como sendo "um atentado à humanidade, à civilização democrática ocidental e à liberdade por ela representada". É dessa forma que o "terrorismo" tem sido apresentado via satélite atentando contra o "bem" (os EUA).

No entanto, esse maniqueísmo parece



não dar conta de fatos “esquecidos” pela imprensa mundial: a política internacional do governo Bush, e dos presidentes americanos que o antecederam. Será que as bombas lançadas sobre o Japão em 1945, matando mais de 70 mil inocentes civis, não poderiam ser encaradas como um ato terrorista? Será que a guerra do Vietnã, tão combatida pela opinião pública norte-americana, não poderia ser considerada um crime contra a humanidade? E a resistência do governo Bush em aceitar o Protocolo de Quioto, que tantos benefícios poderia trazer à humanidade, não é uma prova cabal da incivilidade estadunidense?

Não estamos aqui justificando e/ou defendendo o atentado que matou centenas de civis nos Estados Unidos. Mas que o governo norte-americano está colhendo os frutos daquilo que plantou, disso não temos dúvida. Um governo que ignora tratados de desarmamento e ainda por cima anuncia um programa de defesa antimísseis não pode falar em democracia, a não ser que seja “democracia para os americanos” (do Norte, obviamente).

Esses atentados podem ter sido provocados por inimigos reais em qualquer parte do planeta. É só observar a política externo-terrorista norte-americana nos últimos anos. Motivos não faltam, inclusive entre os seus filhos brancos, protestantes e bem nascidos de qualquer cidade dos EUA.

Esperamos que isso sirva como um exemplo para o que não deve ser feito por ninguém, seja o motivo qual for. Mas vai ser difícil esperar uma atitude nobre de um governo tão arrogante quanto o do sr. Bush. Infelizmente, o que parece provável acontecer é o recrudescimento das tensões internacionais. Os países pobres que se cuidem, pois o velho cão de guarda do Capital não vai poupar nem as criancinhas.

Fábio Pessôa
Via correio eletrônico



Foto: AFP

Adejard Gaia Cruz - Belém - PA

Outro mundo é possível

A sociedade mundial, através de vários movimentos e organizações, demonstra não estar mais disposta a tolerar os efeitos perversos do atual sistema econômico. Nos últimos anos, a agenda de reunião dos países ricos e dos seus organismos de representatividade internacional vem encontrando duros protestos e cobranças por um mundo mais justo e humano.

No entanto, para a grande mídia nacional e internacional, o enfoque dos fatos é outro. Tenta esconder a verdadeira causa dos que lutam e taxam essas pessoas de “anarquistas”, “punks”, gente que “apenas são contra alguma coisa que acham que está errada, mas que não apresentam nenhuma alternativa ou proposta de mudança”. Esse é típico discurso da direita: a elite capitalista que procura sustentar seus privilégios.

Aqueles que enfrentam bombas, cassetetes e balas nas ruas são a linha de frente de um movimento bem maior, que ganha força e se estende por todos os países e que tem propostas de mudança. O I Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, (veja edição nº 228 de cadernos) derruba esse discurso ideológico das elites dominantes e deixa claro e evidente que “outro mundo é possível”. Existem em vários países, inclusive no Brasil, experiências de políticas sociais e práticas econômicas bem sucedidas, aliadas e conduzidas por formas de governos democrático-populares. “Protestos antiglobalização” é rótulo simplório e diminutivo para um leque de exigências e proposições que envolve cuidados com o meio ambiente, acesso democrático aos benefícios do avanço científico e tecnológico e questões básicas e fundamentais para a sobrevivência do homem. Não é suficiente fazer doações para a área social, se não há emprego e renda para todos se manterem dignamente. A história é testemunha: as vozes dos injustiçados não serão caladas e sua luta não irá cessar enquanto forem submetidos a qualquer forma de domínio e degradação humana.

No mundo todo, a luta organizada começa a tomar agora nova configuração. Trabalhadores, ONGs, movimentos sociais, sindicatos e outras representações de classe precisam estar globalmente articulados, em torno da luta pela liberdade e o desenvolvimento humano.

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

a serviço do leitor

Para assinar *Cadernos do Terceiro Mundo* ligue para

(21) 2221-7511

ou envie um fax:

(21) 2252-8455

Ou pela Internet:

www.etm.com.br

R\$60,00 Preço promocional
da assinatura, à vista

O pagamento da assinatura pode ser feito
por cheque nominal, cartão de crédito ou
boleto bancário, à vista ou em até 4 vezes

Estamos à sua disposição
de segunda a sexta, das 9 às 19 horas

Para enviar cartas:


Cadernos do Terceiro Mundo
Editora Terceiro Milênio
Rua Conde de Lages, 44
Salas 508 - 510
CEP 20241-080 - Lapa
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

As cartas devem trazer
a assinatura, o endereço, o número de
cédula de identidade e o telefone do autor.

Para comprar números
atrasados:

Se estiverem disponíveis no estoque,
serão vendidos ao preço de capa da última
edição, acrescido de 30% desse valor
para cobrir despesas de correio.

Contate o Departamento de Circulação
Tel: (21) 2221-7511

Para anunciar:

Ligue (21) 2221-7511 e contate
o Departamento de Publicidade

Pesquisas

Ligue (21) 2221-7511 e contate o
Centro de Documentação ou os Editores.

Na Internet:
<http://www.etm.com.br>
E-mail: etm@etm.com.br

Fidelidade partidária na reforma política

O relator da Comissão Especial da reforma política, deputado João Almeida (PSDB-BA), que foi eleito pelo Partido da Frente Eleitoral, está disposto a defender a fidelidade partidária no projeto de reforma que tramita há mais de três anos no Congresso. Com novo impulso depois das eleições municipais, a reforma política deve, de acordo com as previsões do relator, ser aprovada antes das eleições de 2002.

Caso a fidelidade partidária seja aprovada, ela vai exigir quatro anos de filiação para se concorrer a cargo eletivo. O prazo, estipulado em projeto originário do Senado, está provocando reações negativas na Câmara, onde os deputados consideram "restrição de direitos, cabíveis apenas para ocupantes de cargos no Executivo", disse o relator.

A questão deve entrar em pauta a partir de outubro e o item da fidelidade partidária está dividindo setores governistas. Para facilitar sua aprovação, o relatório do deputado João Almeida vai sugerir que nenhum partido obtenha benefícios legalmente concedidos aos partidos em função de seu tamanho como resultado da adesão de parlamentares eleitos sob outra legenda. ■

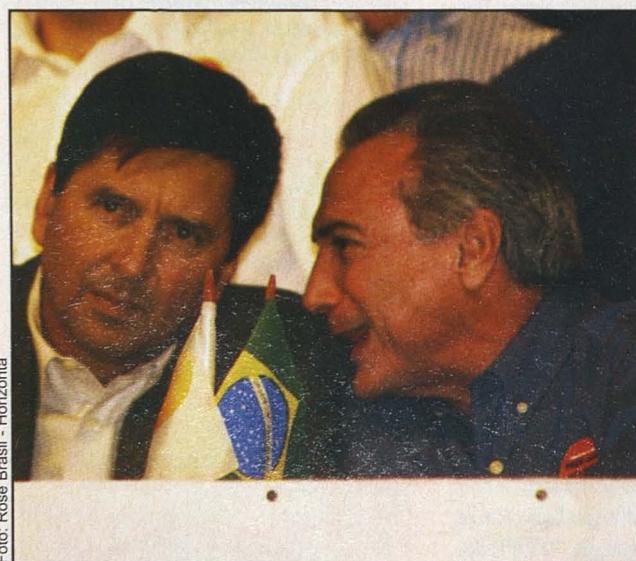


Foto: Rose Brasil - Horizonte

A convenção do PMDB, em 9 de setembro, confirmou a vitória da ala governista, que elegeu o deputado Michel Temer (D) para a presidência do partido. Maguito Vilela (E) representou a ala identificada com Itamar Franco, pré-candidato ao Planalto. Apesar da derrota, Itamar decidiu manter-se no PMDB e oferecer seu nome ao partido no próximo ano para as eleições de outubro de 2002

Propaganda eleitoral nas tevês a cabo

A propaganda eleitoral veiculada nos canais abertos de televisão deve se estender para os canais de assinatura. A proposta consta do projeto do deputado João Paulo (PT-SP) votado na Comissão de Ciência e Tecnologia. O autor do projeto defende sua iniciativa afirmando que "o horário eleitoral gratuito é um dos meios de que se pode valer a legislação para garantir a igualdade mínima de disputa entre os candidatos, sujeitando às mesmas regras, pelo menos durante aquele período diário, todos os candidatos, independentemente de sua boa ou má penetração na mídia, ou de seu poder econômico".

O deputado Milton Temer (PT-RJ) também defende o projeto de seu colega. Na sua opinião, a adesão à tevê por assinatura vem crescendo nas classes média e alta e "esta é mais uma razão para se veicular propaganda eleitoral como forma de não ser cometida nenhuma injustiça ou favorecimento de determinado candidato".

O projeto de lei que ainda deve ser submetido à Comissão de Constituição e Justiça já está criando polêmicas. Em Brasília, assinantes de tevê a cabo pretendem entrar com mandado de segurança contra o projeto, caso seja aprovado. ■

MST acampado em Brasília

Cerca de mil lavradores do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) estão acampados em Brasília desde o início de setembro. Agora, o governador do DF, Joaquim Roriz, proibiu que o acampamento fosse feito na Esplanada dos Ministérios, tradicionalmente usada para manifestações. Os acampamentos ocorrem simultaneamente em mais 500 cidades brasileiras e têm como principal objetivo a luta pela reforma agrária. Em Brasília, os sem-terra encamparam as atividades dos servidores públicos federais e participaram do Grito dos Excluídos no dia 7 de setembro.

Com cursos de formação sobre a realidade brasileira em pleno acampamento, os sem-terra promoveram também um café da manhã na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inca), convidando os funcionários a engrossarem a greve do serviço público. ■

FGTS é insuficiente para custear educação

O uso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de anuidades escolares vai atender menos de 1% dos trabalhadores com contas ativas. A advertência foi feita por técnicos da Caixa Econômica Federal e do Ministério do Trabalho preocupados com a possibilidade de ser aprovado projeto permitindo o saque do fundo com objetivo de custear os estudos do ensino superior, de acordo com projeto que tramita no Congresso Nacional.

O superintendente nacional do FGTS, Joaquim Lima de Oliveira, disse que apenas 0,51% do universo de 143 milhões de contas do Fundo disporiam de saldo suficiente para financiar um curso universitário. E lembrou que "58,8% das contas ativas do FGTS têm um saldo de apenas um salário mínimo". Segundo o superintendente, o patrimônio do Fundo de Garantia hoje é de 90 bilhões de reais, mas a liquidez é de apenas oito bilhões. "Grande parte desses recursos já estão comprometidos", assinalou. ■

PCC vai ter candidato

A organização Primeiro Comando da Capital (PCC), que em fevereiro liderou uma onda de rebeliões nos presídios paulistas e em quase todas as capitais brasileiras, vai lançar o advogado Anselmo Maia a candidato para a Câmara dos Deputados, nas eleições de 2002. A notícia mereceu destaque no jornal *The New York Times*, em sua edição de 9 de setembro.

Maia é advogado dos principais líderes do PCC e já admite sua candidatura. E informa ter sido procurado por oito partidos, dos quais disse estar "estudando os estatutos". "Quero me filiar a um partido onde eu possa falar abertamente que estou ao lado dos presos e seus familiares", disse o advogado-candidato.

Os líderes do PCC chegaram a pensar em criar um partido, usando a mesma sigla: Partido da Comunidade Carcerária. Mas desistiram da idéia porque o novo partido não teria tempo legal para apresentar candidatos em 2002. ■

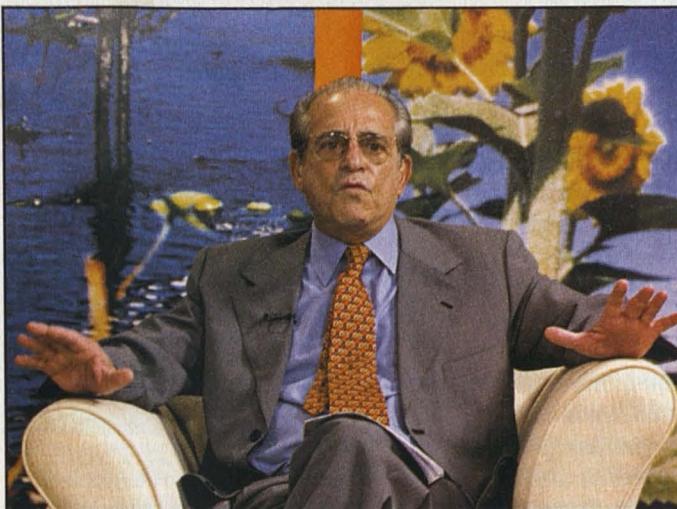


Foto: Valter Campanato/ABr

A crise do Senado desdobrou-se na renúncia do presidente da Casa, Jader Barbalho, e na sua substituição na função por Ramez Tebet (acima), que era presidente da Comissão de Ética no período dos processos contra os senadores José Roberto Arruda e Antônio Carlos Magalhães

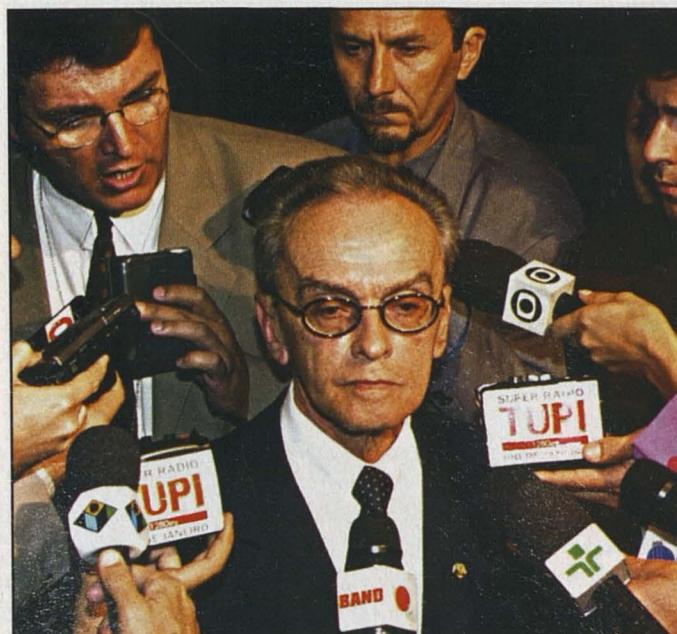


Foto: Rose Brasil - ABr

Jefferson Peres (PDT-AM), um dos integrantes da comissão senatorial encarregada de investigar Jader Barbalho, disse considerar haver elementos suficientes para processar o senador paraense. Pressionado e tentando evitar a cassação, Jader renunciou no dia 18 de setembro à presidência do Senado, mais uma vez alegando inocência quanto às acusações de corrupção. A oposição teme que o PMDB, partido de Jader e do novo presidente da Casa, Ramez Tebet, esteja disposto a impedir o processo e salvar o mandato de Jader Barbalho

Fórum Mundial debate Educação

A **Educação no mundo globalizado** será o tema central do Fórum Mundial de Educação (FME), que se realizará em Porto Alegre, de 24 a 27 de outubro, com a participação de 80 especialistas e 15 mil professores. Quatro eixos temáticos compõem a programação: "Educação como direito", "Educação, tecnologia e trabalho", "Educação e culturas" e "Educação, transformação e utopias". Estão inscritos mais de 700 trabalhos, que expressarão a diversidade dos temas e da nacionalidade dos autores, os quais apontam para um momento de interlocução e troca de conhecimento que darão visibilidade às alternativas pedagógicas em desenvolvimento no planeta. "O FME será um laboratório de apresentação de experiências teóricas, cotidianas e metodológicas, desenvolvidas no Brasil, América Latina, Europa e América do Norte", segundo os organizadores. A capital gaúcha está se tornando um centro de grandes debates internacionais sobre temas sociais.

O Fórum Mundial de Educação está recebendo o apoio da Cáritas Internacional, sediada em Roma e, segundo Eber Ferrer, do Secretariado Internacional da Cáritas, "a grande contribuição do educador Paulo Freire se encontra no processo de conscientização para que cada pessoa, cada cidadão ou cidadão do mundo se converta em um construtor de uma sociedade global solidária, onde reine a justiça social para todos". Steve Stoer, da Inglaterra; Ignácio Ramonet e Bernard Charlot, da França, e Rosa María Torres, do Equador, serão os quatro principais conferencistas do Fórum Mundial de Educação.

Pioneiro na área da Educação, o objetivo do evento, que acontece de 24 a 27 de outubro, em Porto Alegre, é apontar propostas e políticas para uma educação inclusiva, onde cada cidadão tenha acesso ao conhecimento. Conferencistas, debatedores e mediadores trarão a pluralidade das idéias e propostas político-pedagógicas implementadas no mundo. São 80 pessoas de renome internacional que estarão discutindo a Educação com os 15 mil participantes, a partir dos mais variados pontos de vista. A sede do FME funciona na rua Andrade, 680, 15º andar, em Porto Alegre – telefones 3286-4520 ou 3214-1946, e fax 3214-1861. Mais informações podem ser obtidas no sítio www.forummundialeducacao.com.br

Ferronorte substitui 15 mil carretas

A **Ferronorte alcançou no último mês um novo recorde de carregamento de grãos**, tendo transportado 354.398 toneladas de soja e farelo de soja, entre o Terminal de Alto Taquari (MT) e o Porto de Santos.

Desde o início de sua operação, em março de 2000, a Ferronorte vem superando suas metas e consolidando seu papel como uma importante via de escoamento da safra do Centro-Oeste. Este ano, a previsão é atingir 3,5 milhões de toneladas transportadas.

Além de contribuir para o desenvolvimento do país, a ferrovia contribui para a diminuição das agressões ao meio ambiente ao retirar um volume significativo de caminhões das estradas que atravessam os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e em especial São Paulo. Só no mês de junho, deixaram de trafegar no trajeto da soja entre Mato Grosso e Santos aproximadamente 15 mil carretas rodoviárias.

Para Nelson de Sampaio Bastos, presidente da Ferronorte "a ferrovia, em seu segundo ano, já está operando com pleno sucesso. O progressivo aumento da eficiência da empresa está contribuindo para agilizar o transporte de soja do Centro-Oeste, que, como vimos, é um dos itens que mais tem contribuído para que o Brasil alcance as suas metas de exportação. Em 2001, a Ferronorte transportará 3,5 milhões de toneladas e em 2005 atingiremos os 10 milhões de toneladas transportadas". ■



Foto: Rosewelt Pinheiro - ABF

Florestas. O ministro José Sarney Filho colocou-se contra a proposta do Código Florestal que os ruralistas aprovaram na Comissão Mista do Congresso. O relator Moacir Micheletto propôs que o desmatamento chegasse até 80% das áreas de propriedades na Amazônia, quando o código em vigor desde 1996 só admite 20%. Apesar de aprovada na comissão, a proposta será alterada antes de ir a plenário, por instrução do governo. O desmatamento, sobretudo na Amazônia, é um dos pontos críticos da imagem brasileira no exterior



Foto: Rooswelt Pinheiro - ABr

Habitação. O ministro Ovídio de Angelis anunciou o lançamento do Sistema Financeiro Imobiliário, nova modalidade de financiamento habitacional que será sustentado por recursos do mercado, via títulos, e não pela poupança. A Caixa Econômica Federal, por sua vez, suspendeu o financiamento para a classe média (salários acima de dois mil reais) e lançou a modalidade de consórcio, depois de ver vetado, pelo BNDES, o uso de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalador que o banco de desenvolvimento utiliza para outros objetivos

Pastorais da CNBB lançam advertência sobre o campo

As comissões pastorais da Terra e Social, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), lançaram nota de advertência sobre os problemas agrários do país, lamentando a manutenção de políticas oficiais que tratam os movimentos sociais como inimigos, referindo-se à ação do serviço secreto do Exército no interior do Pará. “Os movimentos sociais têm sido qualificados como “forças adversas” que devem ser vigiadas, combatidas e eliminadas”, criticaram as entidades. “Isto que agora acontece não é nenhuma novidade em nossa nação. Sempre que os camponeses e os pobres tentaram se organizar e lutar pelos seus direitos foram vigiados e duramente combatidos. É só lembrar de Canudos e o Contestado e, mais recentemente, da ditadura militar que exerceu severa vigilância e repressão sobre os movimentos do campo e acabou com as Ligas Camponesas. Para quem achava que hoje vivemos um espaço democrático onde a livre expressão e organização são garantidas, esta ação vem mostrar a verdadeira cara de nosso regime. Hoje o alvo é o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), junto com outros movimentos que reúnem e organizam os trabalhadores para a conquista do direito de acesso à terra que sempre lhes foi negado pelas elites dominantes em nosso país. O MST é o mais atingido pela sua força de organização, pela firmeza de suas posições e pelas propostas que defende”, dizem as comissões pastorais.

As entidades lembram que o governo vem caracterizando sua relação com os movimentos do campo pela dureza: “Neste sentido, tem baixado medidas provisórias criminalizando as ações dos movimentos sociais e negando o direito à terra aos que partici-

pam de ações de ocupações. Tem desencadeado uma minuciosa fiscalização sobre associações e cooperativas de pequenos agricultores, sob a alegação de desvio de recursos destinados à reforma agrária. Para tentar podar a força dos movimentos sociais do campo, criou a reforma agrária pelo correio. Não bastasse isto, a nova estratégia do governo é tentar desqualificar os conflitos agrários. As mortes decorrentes destes conflitos, 13 até agosto deste ano registradas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), se devem a brigas de interesse entre companheiros e vizinhos, segundo o ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann.”

“Tudo isto prova que a compreensão das lutas sociais no Brasil encontra um núcleo duro de resistência na elite brasileira”, destacam as entidades. “O que está em jogo não é querer partilhar o país e suas riquezas com a massa dos excluídos. Por isso, teme-se a reforma agrária e, principalmente, aqueles que a fazem de fato. Mas há também uma novidade própria aos desafios contemporâneos. Devido às riquezas da biodiversidade, o grande capital tem interesse em controlar verdadeiros territórios dentro do território brasileiro. A resistência dos povos da terra torna-se novamente um ponto de estrangulamento destes interesses que esmagam as verdadeiras necessidades do povo brasileiro que ainda está na terra.”

“O lamentável não é só a espionagem, mas a compreensão que o Estado tem daqueles que lutam por justiça no campo, de serem ‘inimigos da pátria’. A CPT e a CNBB refazem seu compromisso com os filhos e filhas da terra e das águas e com eles se solidarizam. Com os pés no chão, sonhamos com o dia da paz, fruto da justiça”, finaliza a nota. ■

Negócios Brasil-Cuba

Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), junto com a prefeitura de Piracicaba, promoveram o seminário “Oportunidades de Negócios em Cuba”. O encontro, realizado no final de agosto, serviu de preparativo para a Feira Internacional de Havana, marcada para o período de 28 de outubro a 4 de novembro, na qual se prevê uma participação expressiva da indústria de máquinas brasileiras.

A região de Piracicaba é um polo industrial que se destaca no intercâmbio bilateral, apresentando um crescimento acima da média latino-americana nos últimos cinco anos. Somente neste ano, houve uma ampliação de 5,6% no comércio da microrregião com Cuba. ■

A crise das cidades médias

Na década de 70, um dos grandes problemas do governo brasileiro era conter o inchaço das metrópoles, para que continuassem a comandar a economia nacional. Em vez de optar pela reforma agrária, que permitiria melhor equilíbrio na distribuição populacional, via fixação do homem no campo, o governo preferiu transformar as cidades médias em pólos de atração de novos investimentos.

Não exclusivamente em função da ação governamental, mas também devido ao crescimento de ramos industriais produtores de *commodities* localizados na periferia nacional, as cidades de médio porte acabaram funcionando como diques de contenção dos fluxos migratórios que se dirigiam para as metrópoles, especialmente nos anos 80, quando atraíram grande número de pessoas e investimentos, registrando um crescimento superior ao dos grandes centros urbanos nacionais. Mas, na década de 90, o ritmo de crescimento das cidades médias foi desacelerado e o Brasil metropolitano voltou a crescer mais do que o Brasil não-metropolitano.

Uma das explicações para esse relativo recuo no crescimento das cidades médias talvez esteja no fato de que elas acabaram reproduzindo, em grande parte, as mazelas das metrópoles, perdendo muito de seus atrativos. Além disso, com a mudança do papel do Estado no comando da economia nacional, aliada aos efeitos da reestruturação produtiva e da globalização, os grandes centros urbanos voltaram a ser valorizados como espaços de produção por excelência, passando a atrair grandes fluxos de capital e pessoas.

Dante dessa necessidade atual de mais uma vez desafogar as metrópoles, será que as cidades médias ainda podem ser consideradas uma boa alternativa? Esta é uma das questões centrais do livro *Cidades médias brasileiras*, lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A publicação, organizada pelos pesquisadores Rodrigo Serra e Thompson Andrade, propõe uma reflexão sobre a distribuição mais equilibrada das atividades, riquezas e indivíduos pelos espaços nacional e regionais, envolvendo questões sociais, econômicas e políticas.

O conhecimento do processo de crescimento das cidades médias é importante para que se debata a continuidade de seu papel estratégico na desconcentração econômica e populacional do Brasil. Os nove capítulos do livro analisam desde a experiência brasileira de planejamento territorial, comandada pelo Estado no período 1975/86, até os aspectos relacionados ao desenvolvimento das cidades médias.

São abordadas questões como crescimento populacional, dinâmica migratória, fatores determinantes do crescimento econômico, elevação do nível de pobreza, evolução das finanças públicas municipais e desconcentração espacial da indústria na década de 90. A obra inclui também um capítulo que apresenta os atributos que definem funções específicas para os centros de porte médio no interior do sistema urbano, especulando sobre um possível novo papel reservado às cidades médias na atual ordem econômica mundial. ■



O Fórum Social Mundial quer superar em 2002 os resultados obtidos em 2001, considerados excepcionais pela mobilização da cidadania

Lançado Fórum Social Mundial de 2002

No dia 11 de setembro, foi realizado o lançamento oficial da segunda edição do Fórum Social Mundial (FSM), que ocorrerá de 31 de janeiro a 5 de fevereiro, em Porto Alegre. O debate de lançamento contou com as presenças do argentino Adolfo Perez Esquivel, prêmio Nobel da Paz em 1980, e Vítor Agnoletto, organizador do Fórum Social de Gênova. Este lançamento, que pretendia dar visibilidade nacional aos preparativos para a realização do fórum, acabou passando despercebido, em função do ataque terrorista aos Estados Unidos que, no mesmo dia, dominaram a atenção do mundo.

Após o lançamento, foi inaugurado o Memorial do Fórum Social Mundial, um espaço para registrar e disponibilizar a memória do encontro.

O evento, coordenado pelo Comitê Organizador Nacional, contou ainda com a presença do governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra; do prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, e de representantes de diversas entidades, como a Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (Attac), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Instituto Brasileiro de Análises Socioeconómicas (Ibase), o Centro de Justiça Global (CJC), a Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives), entre outras.

O diretor-geral do Ibase, Cândido Grzybowski, afirma que o Fórum de 2001 foi um grande feito político, pois conseguiu afirmar que "um outro mundo é possível", ou seja, existem diversas alternativas ao neoliberalismo, que se mostra como um modelo no qual as diferenças entre as nações tendem a aumentar, assim como as injustiças sociais em inúmeros países.

Para a segunda edição, os organizadores consideram que o desafio é superar aqueles resultados, tentando se aprofundar na formulação das alternativas e aumentar sua visibilidade. ■

Desigualdade preocupa assistentes sociais

As políticas neoliberais aprofundadas nos anos 90 desestruturaram a proteção social no país e criaram um desafio para os profissionais do setor

Nestor Cozetti

ACRISE SOCIAL NO BRASIL é o tema geral do próximo congresso dos assistentes sociais, que se reúnem no Rio de Janeiro em outubro. A presidente do Conselho Federal do Serviço Social (Cefes), Elaine Rosseti Behring, assinala que o lema do evento ("Trabalho, Direitos e Democracia, Assistentes Sociais contra a Desigualdade") define os campos de preocupação da categoria. "Há alguns anos, desenvolvemos o que chamamos de projeto ético-político do Serviço Social. Neste projeto, vimos discutindo os próprios rumos da sociedade brasileira, a partir da questão da proteção social no Brasil, que é o campo de trabalho de nossa profissão."

Para o encontro nacional, são esperados quatro mil profissionais. "Nossa profissão faz uma dura crítica das condições de vida e trabalho da maioria da população brasileira", frisa Elaine, que é professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) e autora do livro *Política social no capitalismo tardio*.

Situação de crise

"Nos anos 90, essas condições se deterioraram, em função das políticas de caráter neoliberal. No nosso ponto de vista, houve uma abertura irresponsável dos portos às nações amigas. A competitividade que se estimulou provocou tanto o fechamento de empresas, que não tiveram

condições de competir com um mercado mundial aberto, quanto a perda de postos de trabalho, devido à reestruturação produtiva", conceitua Elaine.

Na sua opinião, o intenso nível de informalidade e de desemprego estrutural acirrou-se a partir da década de 90. "A própria reforma do Estado também promoveu o desemprego, a partir dos programas de demissão voluntária, ou do achatamento dos salários dos servidores públicos. O Brasil, assim, que já era um país extremamente desigual, foi se tornando ainda mais desigual."

"Um por cento da população brasileira detém 53% da riqueza socialmente produzida. E os dados de renda, mesmo sendo diferentes dos da riqueza, vão na mesma direção. O recém-criado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por sua vez, oferece avaliação mais ampla desta apropriação (ou desapropriação), porque considera outras determinações além da renda per capita, como acesso à educação e à saúde. Mas, seja pelo corte de renda ou pelo IDH, a conclusão não é muito diferente: o Brasil é talvez o país mais desigual do mundo", define Elaine.

Os assistentes sociais formam uma categoria que lida diretamente com as carências e problemas de parcelas imensas da população – a violência, o menino que está na rua, a mendicância, as condições de moradia de risco, seca no Nordeste, imigração. "Enfim, deparamo-nos com este conjunto de problemas, que têm a sua raiz em uma relação entre o capital e o



Foto: Nestor Cozetti

Elaine: o Brasil está se tornando um país cada vez mais marcado pela desigualdade

trabalho caracterizada pela espoliação profunda do trabalhador. "Temos 24 milhões de pessoas na indigência e miséria – o maior número da América Latina. Mesmo que tenhamos maior população que a Argentina, proporcionalmente a nossa miséria é maior. E a nossa pobreza também. São 50 milhões de pobres, um terço da população, segundo números do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). E 24 milhões na faixa de indigência."

A presidente do Cefes afirma também que seus profissionais investiram muito na "construção da seguridade social pública no Brasil. Lembra, por exemplo, a questão da aposentadoria: "A Previdência é uma das políticas públicas de segurança. A principal dificuldade é a baixa destinação dos recursos orçamentários para as políticas públicas. A preocupação do governo é voltada sobretudo para o pagamento dos juros da dívida interna e externa, que são dez vezes maiores que os recursos destinados à Saúde."

Hoje, os assistentes sociais atuam nas mais variadas frentes de trabalho: políticas públicas de segurança (Previdência, assistência), na saúde, educação e nas empresas privadas (nas áreas de recursos humanos, benefícios empresariais, etc.). Outros campos são as organizações não-governamentais e os assentamentos dos sem-terra. "Onde houver expressão social, há o assistente social. Sua matéria-prima é a vida das pessoas, para assegurar seus direitos de cidadania", conclui Elaine Rosseti Behring. ■

Alcântara

Soberania em perigo

O acordo de uso da base de lançamentos de foguetes é inaceitável.
Sua rejeição pelo Congresso é uma imposição nacional

Neiva Moreira

OACORDO ASSINADO ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS, em 18 de abril de 2000, para a participação norte-americana em lançamentos espaciais na base de Alcântara, no Maranhão, é inaceitável para o povo brasileiro. Segue a tradicional linha de imposições das potências superarmadas aos países desarmados.

O acordo estabelece obrigações somente para o Brasil. O nosso país cede aos Estados Unidos uma área dentro da base brasileira de Alcântara, para lançamentos espaciais norte-americanos. Não há qualquer garantia de que esses lançamentos espaciais só terão finalidades pacíficas. Pode-se também supor que a área cedida será ampliada, dado que os EUA são extremamente ativos nos lançamentos espaciais.

A área concedida, nitidamente delimitada e demarcada, será vigiada exclusivamente, 24 horas por dia, por agentes norte-americanos. Nela, brasileiros não poderão entrar sem permissão deles. O reverso dessa situação não é contemplado no acordo. Os norte-americanos podem circular livremente pela parte não cedida da base de Alcântara e observar quaisquer atividades que lá se realizem. Inclusive atividades espaciais que o Brasil leve adiante com a cooperação de outros países. Resta saber se essas outras nações - França, China, por exemplo -, estão dispostos a colaborar com o Brasil sob o olhar atento de agentes de Washington.

Também quanto a outros parceiros que o Brasil possa ter em atividades espaciais, os norte-americanos se reservam o direito de voto. Não poderemos cooperar com qualquer país que os Estados Unidos considerem como propenso a práticas terroristas. Dado o número de países, com os quais Washington tem contradições políticas abertas ou latentes, esta lista de países com os quais não podemos colaborar - a critério dos Estados Unidos - será um instrumento dos interesses internacionais norte-americanos e pode se tornar, em algum momento, um empecilho ao avanço tecnológico e uma agressão à soberania do Brasil.

Caixa preta

Os materiais, mísseis, satélites, plataformas de lançamento, que os Estados Unidos enviarem à área demarcada em Alcântara, serão acompanhados de uma declaração de conteúdo, mas virão ao Brasil em cofres de carga selados, que não poderão ser abertos pela alfândega brasileira. Agentes norte-americanos acompanharão tais remessas até que cheguem à área reservada para os Estados Unidos. Nada impede que as declarações de conteúdo sejam pouco verazes, o que, em tese, permitiria que armas, até ogivas nucleares, cheguem por este meio à área de-

marcada em Alcântara, sob jurisdição total dos Estados Unidos. A área poderia transformar-se assim numa base norte-americana de mísseis nucleares, plantada em plena América Latina.

A compensação financeira que os EUA pagarão por esta cessão de território brasileiro não é especificada no acordo. Mas a utilização dessa compensação é rigidamente determinada: o dinheiro pode ser usado para "manutenção de aeroportos, portos, linhas férreas, estradas, sistemas elétricos ou de comunicações que beneficiem o Centro de Lançamento de Alcântara". Mas não poderão ser usados para qualquer forma de aperfeiçoamento da tecnologia brasileira em lançamento de satélites ou em qualquer outra atividade espacial do Brasil.

A meticulosidade das imposições dos EUA contempla até a possibilidade de que um lançamento falhe. Um artigo com três incisos diz respeito a esta eventualidade, não de todo incomum. Assim, o governo brasileiro se obriga a devolver até o último pedaço carbonizado de um míssil ou satélite norte-americano que venha a explodir no lançamento, sem sequer fotografá-lo. E antes mesmo de pensar em socorrer quem, por infelicidade, haja sido atingido pelos restos do foguete ou satélite.



Extraterritorialidade: exemplo de Okinawa

O acordo não prevê, mas nele está implícito, que, se um delito ou crime qualquer ocorrer na área concedida, a polícia e o judiciário brasileiros não terão qualquer jurisdição sobre o assunto. Brasileiros só entram na área demarcada se os norte-americanos permitirem. É óbvio que os norte-americanos dessa área preferirão estar sujeitos à lei dos Estados Unidos.

Isto faz lembrar as concessões territoriais que foram impostas à China, em Xangai, nos velhos tempos do colonialismo, ou repetiria o triste exemplo de Okinawa, área japonesa ocupada por uma base militar de Washington. Recentemente, um incidente ali ocorrido chamou a atenção do mundo. Uma adolescente japonesa foi estuprada por um sargento norte-americano, mas a Justiça do Japão foi mantida à margem e o julgamento está sendo realizado nos Estados Unidos.

O acordo sobre Alcântara ocupa 15 páginas com imposições da Casa Branca e de concessões que cabe ao Brasil fazer - em alguns casos, em nítida abdicação de soberania. É, no entanto, tosco, pela forma jurídica em que foi feito. O inciso 1, do artigo X, estipula que "o Acordo entrará em vigor mediante troca de notas entre as partes, confirmado que todos os procedimentos e requisitos internos, pertinentes para que este Acordo entre em vigor, tenham sido observados".

Qual é o único requisito no Brasil, para que qualquer acordo ou tratado com o exterior, exista? É a aprovação pelo Congresso. Só depois que esta ocorrer pode ser expedida a Carta de Ratificação ou a troca de notas que poria o acordo em vigor.

O difícil trâmite

O acordo foi examinado pelo relator, o deputado Waldir Pires (PT/BA), que ofereceu um competente parecer demonstrando a total impossibilidade de aprová-lo em sua versão atual (veja matéria seguinte). Essa posição não é apenas dos de-

putados opositores, mas de amplos setores da base governista.

Em diálogos na Câmara, pude sentir a repulsa a esse acordo absurdo. Numerosos deputados consideravam o acordo não uma garantia de se preservar, dada aos Estados Unidos e considerado justo em documentos diplomáticos dessa natureza, mas uma imposição absurda, absolutamente inaceitável nas relações internacionais entre países livres e independentes.

Esse sentimento foi dominante em uma reunião que considero histórica, convocada pelo atual presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, deputado Hélio Costa (PMDB/MG), da qual participei juntamente com o relator Waldir Pires e os colegas Antônio Carlos Pannunzio e Luiz Carlos Hauly, como eu, todos seus ex-presidentes.

As posições ali assumidas pelos participantes e já tornadas públicas, foram unânimes em manifestar inconformidade e desacordo com aqueles dispositivos que encontram forte oposição na opinião pública do país. Pannunzio e Hauly são líderes da maioria e conhecidos pela coerência e o desassombro com que defendem as posições do governo. Mas, nesse caso, o que está em jogo é a soberania nacional, cuja defesa é dever fundamental de todos.

Mas, também, não é só no Congresso e na opinião pública que se situa a oposição ao acordo: há seguras informações de que o acerto está encontrando crescentes restrições no seio das Forças Armadas. É sabido que não foi fácil para os militares integrantes da delegação brasileira que foi a Washington discutir a proposta, aceitar aqueles artigos hoje nacionalmente impugnados. Mais do que isso, não foi fácil tolerar a arrogância dos militares norte-americanos, decididos a impor os pontos de vista do Pentágono. Em algumas reuniões, foi necessária a intervenção diplomática de ambos governos para dissipar o mal-estar brasileiro.

Isso não significa qualquer objeção à base nem discussões sobre a sua extraordinária importância. Ela é hoje, e será muito mais para o futuro, uma presença obrigató-



A Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara, no Maranhão, é peça fundamental para o desenvolvimento tecnológico brasileiro

ria nas grandes conquistas do espaço. Tampouco não devemos ter qualquer objeção à parceria operacional e técnica com os Estados Unidos, que lideram o lançamento de foguetes. O que está em jogo, porém, é a natureza desse acordo, que jamais poderia ter sido aceito pelo nosso governo.

Hoje estão em curso negociações com a Ucrânia, a China, a Itália e até com a França, para o uso da nossa base para o lançamento de foguetes daqueles países. A França tem sua base na Guiana, mas, para determinados lançamentos, Alcântara lhe seria mais conveniente. Não há notícias de que qualquer desses países tenha nos feito exigências - por que não usar o termo histórico? - imperialistas, como se fosse o tempo do império inglês na Índia ou de Teodore Roosevelt, dos Estados Unidos, no Caribe.

Há outro aspecto a considerar. Em que medida o controle tecnológico da Base de Alcântara não estaria ligado ao sistema antimísseis norte-americano ou às pretensões de domínio estratégico que estão muito claras no cerco à Colômbia? Bases do Pentágono, com alto teor tecnológico, já estão montadas no Peru e Equador. O objetivo declarado é a vigilância da guerrilha colombiana. Mas há indicações de que as instalações militares transcendem essa meta e se enquadram no amplo projeto de controle estratégico mundial e nos planos sobre a Amazônia. ■

Relator aconselha rejeição do acordo

Deputado analisa o documento e mostra hipocrisia dos argumentos norte-americanos, cujos objetivos estrangulam o desenvolvimento tecnológico brasileiro

Memélia Moreira

O ACORDO FIRMADO PELO BRASIL COM OS ESTADOS UNIDOS alugando as instalações do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), no Maranhão, é “arbitrário e draconiano” e contém “dispositivos ofensivos à soberania nacional”, além de inviabilizar o programa espacial brasileiro. Estas são algumas das críticas feitas pelo deputado Waldir Pires (PT-BA), relator do tratado na Comissão de Defesa Nacional. Com uma contundente análise das cláusulas do tratado, Pires afirma não ser contrário ao uso comercial da Base de Alcântara, mas pede a rejeição deste acordo nos termos em que foi assinado, sugerindo ítems para que ele seja “minimamente aceitável”.

Em 22 páginas, Waldir Pires rebate ponto por ponto os parágrafos do acordo, afirmado que o documento assinado em Brasília, em abril de 2000, põe “o programa espacial brasileiro na estrita dependência econômica, tecnológica e política dos Estados Unidos da América, o que já aconteceu com o programa espacial argentino”. O relator denuncia os termos do tratado dizendo que “o caráter nitidamente arbitrário e draconiano das cláusulas que exigem compromissos da República Federativa do Brasil contrasta com a libe-

ralidade assegurada ao governo dos EUA para agir da maneira que lhe aprouver”.

Os principais pontos do relatório apresentado na Comissão de Segurança Nacional, dia 29 de agosto, se referem aos objetivos do acordo, suas definições, os dispositivos gerais, as salvaguardas tecnológicas, a implementação, a entrada em vigor, emendas e denúncias deste tratado que em seu último artigo diz que ele terá validade até mesmo depois de rompido. E o relator define, no início de seu parecer um dos princípios básicos de Direito Internacional Público que é, diz ele, “o da igualdade jurídica entre os Estados e da não hierarquização da sociedade internacional”. Com isso, afirma, “o que mais chama atenção, numa primeira análise do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação dos Estados Unidos da América nos Lançamentos a partir do Centro de Lançamentos de Alcântara é justamente o fato de que suas cláusulas criam obrigações exclusivamente, ou quase exclusivamente, para o nosso País”.

Waldir Pires lembra que nem a preocupação com o armamentismo seria justificativa para “essa grosseira e gritante assimetria”, uma vez que o Brasil “tem inabalável e firme compromisso com a



Foto: Cedoc



causa do desarmamento e da não-proliferação de tecnologia sensível", observando ainda que "o diploma em apreço só se justifica partindo-se do pressuposto de que o Brasil não honrará os seus compromissos internacionais anteriormente assumidos e procederá, assim que tiver a oportunidade, à construção de mísseis balísticos ou à exportação de tal tecnologia para outros países".

O relator do projeto, deputado Waldir Pires (foto ao lado), denuncia a "grosseira e gritante assimetria" entre o Brasil e os Estados Unidos na letra do acordo. Os EUA têm na Flórida a base de Cabo Canaveral (foto abaixo), utilizada pela Nasa. Mas ela não atende todas as necessidades da superpotência, que busca expandir a sua presença a outras regiões do mundo e agora pretende aproveitar também as vantagens da posição quase equatorial de Alcântara

Desrespeitosa

Essa desconfiança, diz o parlamentar, é injustificável e desrespeitosa. "A bem da verdade - diz o relatório - se há um país que pode despertar suspeitas em relação aos seus compromissos relativamente ao controle da tecnologia de mísseis e desarmamento são os EUA. É fato notório que os norte-americanos repassam mísseis de médio alcance para Israel e Taiwan".

No artigo IV que determina o uso das áreas restritas da Base de Alcântara, o tratado diz que o Brasil "manterá disponível áreas restritas para processamento, montagem, conexão e lançamento dos veículos de Lançamentos e Espaçonaves por Licenciados Norte-Americanos e permitirá que pessoas autorizadas pelo Governo dos EUA controlem o acesso a essas áreas".

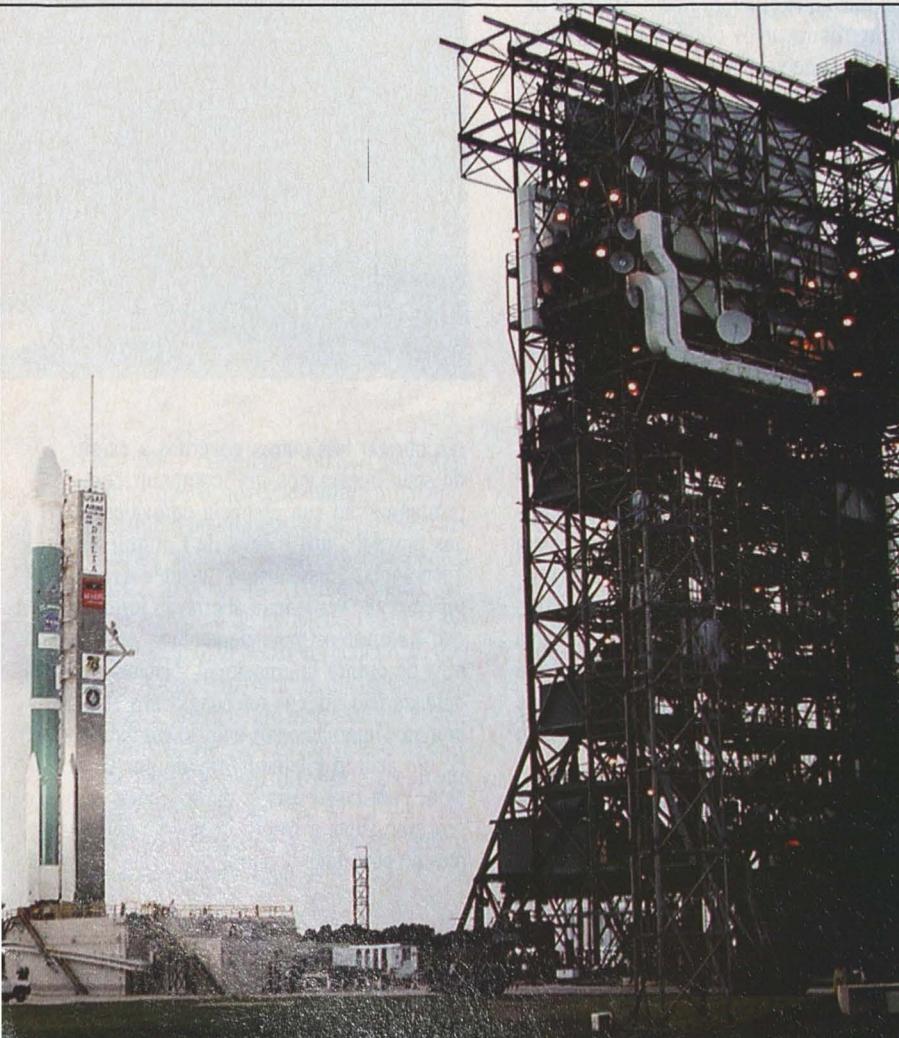
Os parágrafos que se seguem mantêm o mesmo tom: "Somente as pessoas

autorizadas pelo Governo dos Estados Unidos da América controlarão, vinte quatro horas por dia o acesso à área..."; "os Veículos de Lançamento, Espaçonaves, Equipamentos Afins e/ou Dados Técnicos transportados para ou a partir do território da República do Brasil e acondicionados apropriadamente em containers lacrados não serão abertos enquanto estiverem no território da República Federativa do Brasil". Daí o relator alertar para o fato de que "a alfândega brasileira será proibida de revistar e inspecionar qualquer remessa de material norte-americano que ingresse em território nacional". Cabe supor, assinala Waldir Pires, "que o governo dos EUA poderá, se quiser, lançar do CLA satélites de uso militar (espiões) contra países com os quais o Brasil mantém boas relações diplomáticas. Como a Parte Brasileira não poderá revistar os containers e não terá qualquer acesso às áreas restritas, tal possibilidade é real".

Nem os escombros

Nem mesmo os destroços de foguetes podem ser tocados por brasileiros. De acordo com o parágrafo 3.B, em caso de acidente, o Governo brasileiro deve assegurar "uma área de recuperação de escombros, controlada por participantes norte-americanos, para armazenamento de componentes ou escombros identificados". Novamente, diz o relator "esse dispositivo não se coaduna com os princípios de direito internacional aplicáveis ao caso". Waldir Pires cita o "Acordo sobre Salvamento de Astronautas", de 1968, que prevê "o direito de custódia para o país em cujo território caiam os escombros, o que é negado pelo presente ato internacional".

Todos esses detalhamentos, que objetivam manter as salvaguardas tecnológicas, não se sustentam, afirma o relator. "Ao proibir taxativamente a assistência e cooperação tecnológica, que é o essencial para qualquer programa espacial, o Acordo suscita também questionamentos, na comunidade científica brasileira, sobre sua real utilidade para o País. Com



efeito, o único benefício que o Brasil poderá usufruir do ato internacional em discussão será o dinheiro proveniente do uso do CLA, que é, diga-se de passagem muito pouco".

As cláusulas sobre as salvaguardas tecnológicas são "questionáveis", diz o relator. Porém, segundo ele, elas não se constituem no ponto mais polêmico do acordo. A polêmica é maior – afirma relatório – quando o acordo passa a tratar das "salvaguardas políticas". São as proibições do uso da Base de Alcântara por países considerados apoiadores "de terrorismo internacional".

Critérios elásticos

Esta proibição, aponta o deputado Waldir Pires, "não tem nenhuma relação com o resguardo da tecnologia norte-americana e obriga o Brasil a interditar o uso da base para satélites de 'nações desafetas dos EUA'".

"O Departamento de Estado norte-americano utiliza critérios bastante elásticos e arbitrários para classificar uma nação como "terrorista". Segundo seu último relatório, os países que apóiam o terrorismo são: Irã, Síria, Líbia, Cuba, Coreia do Norte e Sudão", afirma o parlamentar no seu trabalho.

"No caso de Cuba – segue o relatório – o Departamento de Estado norte-americano justifica sua inclusão nessa "lista negra" porque aquele país daria abrigo a "fugitivos norte-americanos" e manteria contatos com "insurgentes latino-americanos". No que se refere à Coreia do Norte, a justificativa prende-se, essencialmente, ao fato de que os nortecoreanos teriam dado refúgio, na década de 70, aos seqüestradores de um avião japonês. A Líbia ainda é mantida na lista em razão do caso de um avião da Panam, mesmo após ter entregue às autoridades competentes dois funcionários acusados de terem colocado a bomba na aeronave para serem julgados em Haia.

Trata-se, é evidente, de uma classificação arbitrária, feita ao sabor dos interes-

ses políticos e estratégicos dos EUA. "Amanhã, poderão estar incluídos na lista negra norte-americana países como a Colômbia, Venezuela, Iugoslávia, China, Rússia, etc".

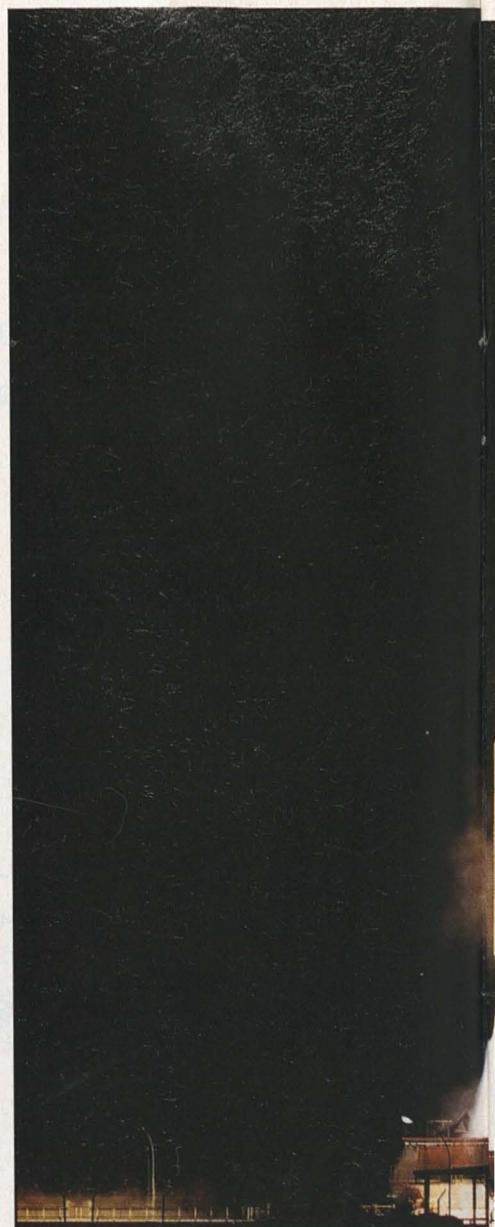
O parecer rejeita também a salvaguarda política que proíbe a entrada de equipamentos, tecnologias e mão de obra ou recursos financeiros de países que não sejam integrantes do Regime de Controle de Tecnologia de Misseis (MTCR), integrado por 32 países. Com isso, diz o relator o dispositivo "excluiria do uso do Centro de Lançamentos de Alcântara a maior parte das nações do planeta, o que acarretaria prejuízos potenciais de monta para o Brasil". Essa cláusula, de acordo com Waldir Pires, confere a um país estrangeiro, "o poder de limitar o arbítrio da República Federativa do Brasil quanto à maneira de usar sua base nacional".

O Artigo III, parágrafo 1.E do acordo, o item que mais revolta tem causado no meio científico, proíbe o Brasil de utilizar "os recursos obtidos de Atividades de lançamento em programas de aquisição, desenvolvimento, produção, teste, liberação, ou uso de foguetes ou de sistemas de veículos aéreos não tripulados (quer na República Federativa do Brasil quer em outros países).

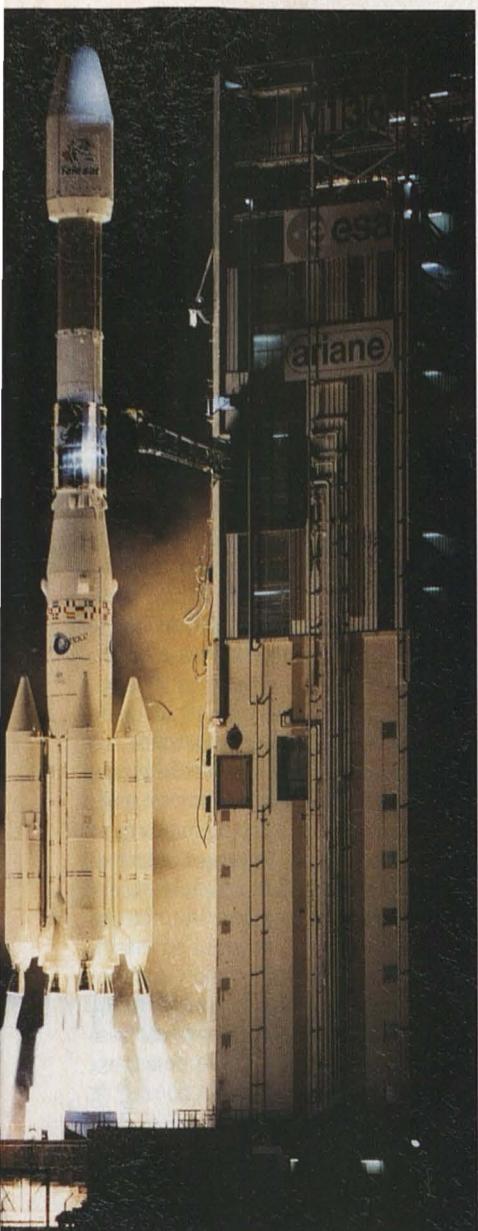
Para o relator, este parágrafo mostra o verdadeiro objetivo do acordo: "inviabilizar o programa do VLS (Veículo de Lançamento de Satélites) e colocar a Política Nacional de Desenvolvimento de Atividades Espaciais (PNDAE) na órbita de interesses estratégicos dos EUA".

Na leitura do relatório, Waldir Pires afirmou perante os integrantes da Comissão de Segurança Nacional da Câmara que na sua opinião, "o acordo mencionado e o citado ajuste complementar fazem parte de uma mesma estratégia destinada a colocar o programa espacial brasileiro na dependência econômica, tecnológica e política dos EUA, o que já aconteceu com o programa espacial argentino".

O documento determina também que o Brasil assine acordos semelhantes com outros países e que esses acordos "deve-



rão obrigar tais outros governos a exigir de seus licenciados que cumpram compromissos em sua essência equivalentes aos previstos nos Planos de Controle de Tecnologias". Esse artigo, sustenta o relator, é uma "verdadeira aberração jurídica que contraria os mais elementares princípios de direito internacional. Nações soberanas não podem ser coagidas a celebrar atos internacionais entre si em função de um acordo bilateral firmado por uma delas com outro país, e muito menos serem obrigadas a inscrever nesses atos o mesmo conteúdo do acordo".



Mesmo tendo a sua disposição a Base de Kourou, na Guiana Francesa, a França demonstrou interesse em concretizar parcerias com o Brasil para o uso da Base de Alcântara. Ela tem ao seu favor, entre outros fatos, a proximidade com o equador, o que permite poupar combustível nos lançamentos

Na sua argumentação, o relator estranha também, o comportamento da nossa diplomacia, afirmando que este acordo “não condiz com a tradição diplomática brasileira, que sempre procurou defender com denodo os interesses do País. Resulta difícil acreditar que os negociadores brasileiros aceitaram um acordo tão desequilibrado, no que se relaciona aos compromissos assumidos pelas Partes, e com dispositivos tão ofensivos à soberania nacional”.

Waldir Pires também contesta as alegações do Governo brasileiro quando afirmou que “é praxe internacional que lançamentos de satélites em bases comerciais sejam amparados por acordos de salvaguardas tecnológicas”.

Contrariando este argumento, o deputado afirma que “não é praxe internacional” tratando-se simplesmente de uma “prática que vem sendo imposta pelo governo dos EUA aos outros países do mundo. É justamente por esta razão que o presente ato internacional obriga o Brasil a assinar acordos semelhantes com terceiros países”. Ele cita como exemplos o acordo assinado entre os EUA e a Ucrânia, detentora de tecnologia de satélite.

Finalmente, o relatório observa que este acordo “suscita questionamentos de toda ordem, desde sua conveniência para o desenvolvimento tecnológico do País e do programa espacial brasileiro, até sua adequação ao princípio de soberania nacional e ao direito espacial internacional”.

Minimamente aceitável

Ao deixar claro de que é favorável ao uso comercial do Centro de Lançamentos de Alcântara bem como à cooperação com outros países no uso pacífico do espaço,

BRASIL Segurança

Waldir Pires apresentou no final do relatório, sugestões para tornar o instrumento “mínimamente aceitável”.

O artigo 49 da Constituição Federal restringe a participação do Congresso Nacional nos acordos internacionais, proibindo-o de apresentar emendas a estes documentos. Mesmo assim, o relator apontou sete propostas de mudança do texto assinado. As alterações no texto do acordo deveriam conter os seguintes itens:

1- a proteção da tecnologia sensível seria responsabilidade, por igual, de ambas as partes contratantes, conforme os compromissos internacionais anteriormente assumidos;

2- as “áreas restritas” seriam controladas por ambos os governos e as autoridades e técnicos brasileiros devidamente credenciados pelo Brasil teriam liberdade de nelas adentrarem;

3- eventuais vetos políticos de lançamentos só se concretizariam mediante consenso de ambos os países;

4- a república Federativa do Brasil teria inteira liberdade de usar o dinheiro provindo do uso do CLA para investir onde bem entendesse, inclusive no desenvolvimento do seu veículo lançador;

5- a alfândega da República Federativa do Brasil poderia, sempre que julgasse necessário, abrir os containers enviados, contando com o apoio de técnicos norte-americanos para identificar o material ali contido;

6- a república Federativa do Brasil, na condição de nação soberana, teria de ser respeitada na sua competência de poder negociar transferência de tecnologia com terceiros países e cooperar com nações que não fossem membros do MCTR nos usos pacíficos do espaço exterior e na utilização de sua base; e

7- além do pagamento pelo uso do CLA, o acordo deveria contemplar transferência de tecnologia espacial destinada aos usos pacíficos do espaço exterior.

Por não conter nenhuma dessas características, o relator pediu a seus colegas que rejeitassem o acordo. ■

A polêmica do PIB

O governo reagiu com um misto de surpresa e indisfarçável indignação ao anúncio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre deste ano foi de apenas 0,79% em relação ao de igual período do ano passado e não mais do que 0,99%, tomado por base o primeiro trimestre de 2001. Chegou, mesmo, a esboçar tentativas de desqualificar a instituição oficial e desacreditá-la perante a opinião pública. Economistas engajados saíram em defesa do Planalto, esgrimindo argumentos supostamente técnicos, mas de consistência próxima de zero. É que se cogitava de criar um clima de otimismo e a expectativa de razoável expansão da economia às vésperas de um ano eleitoral que se antecipa a enormes dificuldades, em face dos claros indícios de enfriamento expressos nos indicadores interno e externo.

Deceptionado com a redução do ritmo de crescimento, o governo chegou a ensaiar movimentos no sentido da revisão dos números, mas o IBGE logo advertiu para a impossibilidade de aceitar essa tarefa. Nisso, o governo contou com o incentivo do empresário Antônio Ermírio de Moraes, que avançou a sugestão do jeito que lhe é peculiar: "O governo tem voz ativa no IBGE. Então, poderia dizer para o instituto: 'vem cá, meu filho, vamos fazer essas contas de novo'."

A tese do empresário nos remete ao episódio protagonizado por um ex-ministro que declarou, sem se haver dado conta de que estava sendo entrevistado diante de câmeras e microfones abertos numa conhecida emissora de televisão: "O que é bom a gente publica; o que é ruim a gente esconde." Apologia, sem rodeios, da sonegação da informação e da manipulação de dados a serviço do governo.

Os números do PIB, pesquisados e divulgados pelo IBGE, são sinais de uma recessão que poderá estender-se por 2002, se, até lá, não houver mudanças, para melhor, no comportamento de algumas variáveis macroeconômicas, particularmente aquelas mais dependentes de fatores externos. O desaquecimento que se verifica nas mais importantes economias asiáticas, europeias e latino-americanas, no rastro do agravamento da crise na eco-

nomia norte-americana, passa a inspirar prognósticos sombrios para toda a economia mundial. A crise começa a afetar os países mais dependentes do mercado dos Estados Unidos, com destaque para o Japão (há anos estagnado), os chamados "tigres asiáticos" e o México, este último já atrelado aos ciclos econômicos do seu mais poderoso parceiro no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafita). Na Europa, até agora, os mais atingidos são a Itália e a Alemanha.

Mesmo na hipótese de a atual conjuntura mundial não evoluir para forte recessão como antecâmara de uma crise sistêmica, conforme prevêem políticos e economistas filiados à vertente do conservadorismo norte-americano, inimiga radical do primado do financeiro sobre o produtivo, desde já o Brasil deve precaver-se contra inevitáveis turbulências, na medida em que lho permita a dependência externa.

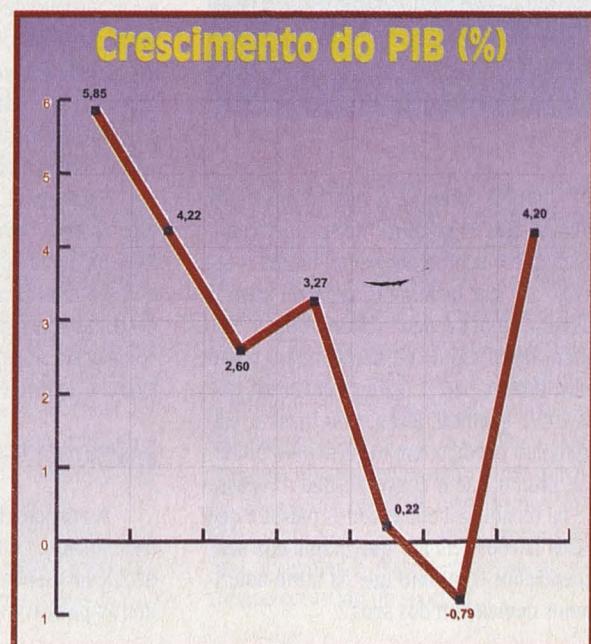
O modelo neoliberal vulnerabilizou perigosamente o Brasil – não tanto quanto a Argentina – com a fragilização do poder econômico e político do Estado, lacunas que o capital privado, também enfraquecido, não reúne condições de preencher. A institucionalidade, parte destruída mas ainda não reconstruída segundo a matriz neoliberal, aponta para grandes obstáculos mais à frente capazes de pôr em risco o futuro da nossa democracia, até aqui ainda claudicante.

Do ponto de vista estritamente econômico, o modelo retomou a tendência anterior e procura consolidar a poupança doméstica como refém da dívida pública, atribuindo-lhe o papel de realimentadora do circuito financeiro especulativo, inteiramente descolada das atividades produtivas. Como só agora o governo considera perdida a aposta na poupança estrangeira, eleita fator de crescimento, resta-lhe a contribui-

ção para a piora dos constrangimentos externos, devido às obrigações dela decorrentes. Inclusive a transferência, para além das fronteiras do país, de poder de decisão política e econômica.

Reforma já!

O diagnóstico dos males do país já se fez amplamente conhecido, e agora impõe-se o debate em torno das terapias. Os impasses a que o país chegou exigirão decisões firmes de um governo com outra orientação econômica. De imediato, uma reforma do Sistema Financeiro Nacional que imponha aos bancos a volta à intermediação, portanto à provisão de crédito para investimentos produtivos e para o consumo a juros civilizadamente remuneradores. As resistências serão muito grandes, mas se trata de setor ainda sob controle interno. Bem que o atual governo poderia abrir os olhos para esta realidade, ao invés de soltar o seu ministro da Fazenda para fazer cobranças antecipadas aos candidatos da oposição. É inaceitável que o sistema bancário obtenha lucros escandalosos, às custas do sacrifício do setor produtivo, do endividamento do Estado e dos juros exorbitantes que obrigam, também, o setor privado a se endividar em dólares, opção desastrosa num clima de desvalorização do real, de



crise cambial que não parece meramente episódica. Se os investimentos na economia do país têm sido, em média, 15%, 16% do PIB, isto se deve exatamente ao endividamento das grandes empresas de capital privado nacional junto a instituições financeiras internacionais, empurradas para esta saída pelas altas taxas de juros internos. Hoje, essas empresas acumulam um passivo externo de quase 150 bilhões de dólares.

No final do mês de agosto, os jornais anunciaram, alguns em tom de denúncia, que os bancos estrangeiros triplicaram os lucros através de títulos do governo e ganharam mais dinheiro com essas operações do que com o fornecimento de créditos.

Moratória à vista

Nos meios financeiros internacionais, já não se tem dúvida de que o país terá de se preparar para negociar a inevitável moratória, pois, diante da ameaça de recessão mundial, os mercados se retraem e, por medida de prudência, não se

animam a prestar socorro a um país que neste ano e em 2002 terá de cumprir compromissos externos da ordem de 70 bilhões de dólares ao ano. O paliativo de 15,3 bilhões concedido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) servirá apenas para amenizar as dificuldades do atual governo e ajudá-lo no ano eleitoral de 2002. Mas as fontes estão secando e, com os acontecimentos na Argentina, moratória deixou de ser palavrão.

O legado do atual governo é de complicados compromissos, pois incorpora uma crise energética que já afeta a produção industrial e ameaça prolongar-se por mais dois ou três anos, se São Pedro resolver não repetir a generosidade de anos anteriores. Além disso, a poupança doméstica se vê aprisionada pelo circuito financeiro especulativo e terá de ser libertada para investimentos na produção, pois o país não pode continuar apostando na poupança externa, principalmente se a economia mundial passar do desaquecimento à recessão. O saldo em transações correntes continua altamente negativo e a

induzir emissões de novas dívidas junto a um mercado que se fecha para países devedores incapazes de saldarem os compromissos. O estoque da dívida externa deverá superar a barreira dos 260 bilhões de dólares, exigindo, nas suas várias formas, compromissos anuais próximos dos 120 bilhões. Em suma, a economia marcha para a estagnação e o Estado continua despoupando, depois de ter contribuído com até 10% para a formação do PIB nos idos dos anos 70.

As empresas privadas, por sua vez, prejudicadas pela abertura da economia, continuam abandonadas à própria sorte. Assim, o Brasil trabalha exclusivamente para servir às dívidas interna (620 bilhões de reais) e externa (perto de 260 bilhões de dólares), enquanto os índices de desemprego vão se elevar, ao mesmo tempo em que a renda do trabalhador continuará em declínio. Fosse outra a índole do governo, seria de esperar que começasse a preparar o Brasil para um futuro de menores dificuldades, tornando menos espinhosa a missão do seu sucessor. ■

TCU contesta sucesso das privatizações

Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), assinado pelo ministro Adylson Motta, contesta os principais argumentos repetidos pelo governo na exaltação do Programa Nacional de Desestatização (PND) e traz uma análise completa de todas as privatizações realizadas no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, concentrando-se nas telecomunicações e no setor elétrico. De acordo com o documento, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contribuiu com empréstimos num total de 6,3 bilhões de reais a empresas privadas para a compra de estatais, e o governo gastou 26 bilhões na recomposição das tarifas de energia elétrica, antes de começar o processo de desestatização. A receita total apurada nas vendas dessas empresas, tanto da União, quanto dos estados, de 87 bilhões de dólares, deu para abater apenas 15% da dívida pública e

em nada contribuiu para os investimentos sociais.

O documento responsabiliza a venda das estatais pelo achatamento da renda nacional e pela queda da participação da massa salarial no Produto Interno Bruto (PIB) de 45%, em 1992, para 37% atualmente. Em outro trecho, o relatório denuncia as empresas de telefonia por estarem cobrando indevidamente por alguns serviços, por não devolverem à clientela o excedente das tarifas cobradas a maior e por retardarem sistematicamente o atendimento aos assinantes que solicitam reparos nos aparelhos e mudanças de endereços.

Duas constatações o ministro Adylson Motta inclui no seu relatório: a ineficiência do novo modelo de privatização do setor elétrico (baseado na pretendida gestão privada), para evitar a atual crise no abastecimento, e a ausência de competitividade no setor de telecomunicações,



Foto: Divulgação

Ministro Adylson Motta: privatização mostra ineficiência e não traz competição esperada

mesmo depois de criadas as chamadas empresas-espelho com a finalidade de concorrer com as estatais privatizadas. Por isso, os pequenos consumidores pagam os descontos e as reduções nas tarifas dos serviços de telefonia de longa distância. ■

Exportar: só agora?

Só agora o presidente Fernando Henrique Cardoso chegou à conclusão de que o Brasil precisa exportar mais, se quiser corrigir os desequilíbrios crônicos no balanço em conta-corrente e a tendência crescente para o endividamento externo. Com o slogan "exportar ou morrer", o presidente procura redimir-se da irresponsabilidade de haver colocado o Brasil na rota da dependência externa, por ele próprio tida como irreversível, apostando criminosamente na cobertura dos sistemáticos déficits em transações correntes com recursos da conta de capital. Quer dizer: na facilidade com que emitia dívida externa no começo do seu primeiro mandato.

O presidente e sua equipe econômica não são ingênuos, tampouco totalmente analfabetos em Economia, a ponto de desconhecerem que o agravamento dos desequilíbrios nas contas externas levaria à exacerbção do processo de endividamento. E mais, que dívida externa só se paga com excedentes no balanço das contas externas.

Delfim: o governo considerou moderno evitar superávits e endividar o país



No embalo inicial da ficção do real mais forte que o dólar e da abertura econômica e comercial, o que o governo fez foi criar saldos negativos cada vez maiores nas principais contas do balanço de pagamentos. Só o item transporte, da conta de serviços, contribuiu com sete bilhões de dólares para o déficit em conta-corrente nos dois primeiros anos da primeira fase da era FHC.

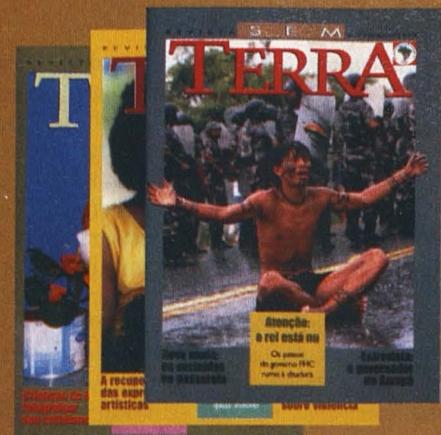
É oportuno reproduzir algumas declarações do deputado Delfim Netto na entrevista ao jornal *O Globo*, edição de 26 de agosto de 2001: "Finalmente, o presidente Fernando Henrique conseguiu chegar no ponto central. Mas do jeito que ele colocou as coisas e do jeito que o governo tem funcionado, provavelmente iremos à missa de sétimo dia dele."

Segundo Delfim, "nos últimos seis anos e meio, fizeram tudo para destruir o setor exportador, congelando o câmbio, elevando os juros. Trataram o exportador como um ser ineficiente. O problema urgente do balanço de pagamento foi criado pelo governo. Foram anos de perseguição aos exportadores. O milagre foi eles terem sobrevivido".

Finalmente: "Existe um viés antiexportador do Ministério da Fazenda. O programa de estabilização começou dizendo que manter superávit comercial era a maior besta. Diziam que, no mundo moderno, onde há liberdade de capitais, só os dinossauros esperam superávit. Moderno e elegante era endividar o país, porque assim teríamos um surto de crescimento. Eles imaginavam que o fluxo positivo nunca iria terminar. A História mostrou que estavam errados. Agora, o governo acordou para o problema. E o presidente não vai poder dizer que não sabia de nada, como na crise de energia."

"O presidente Fernando Henrique acha que o problema terminou depois do discurso. Para ele, problema e solução são a mesma coisa". Nada a acrescentar às constatações do deputado.

Assine a
Revista Sem Terra



A Revista Sem Terra chegou ao seu 3º ano. Se você ainda não conhece, peça seu exemplar-cortesia. E para receber os números seguintes, faça sua assinatura!

Aqui você encontra, todo trimestre, reportagens, entrevistas e artigos sobre os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais nacionais e internacionais.

Envie seus dados (nome, endereço completo, telefone, correio eletrônico) juntamente com a opção de pagamento: cheque nominal à ANCA - Associação Nacional de Cooperação Agrícola ou depósito em conta Bradesco agência 0136-8 c/c 117138-0, em favor da Associação.

Assinatura por 4 edições: R\$ 25,00 - Assinatura por 8 edições: R\$ 46,00

Revista Sem Terra
Al. Barão de Limeira, 1232 -
Campos Eliseos
01202-002 São Paulo - SP
revista@mst.org.br
<http://www.mst.org.br>



ÁFRICA

Desenvolvimento exige US\$10 bi/ano

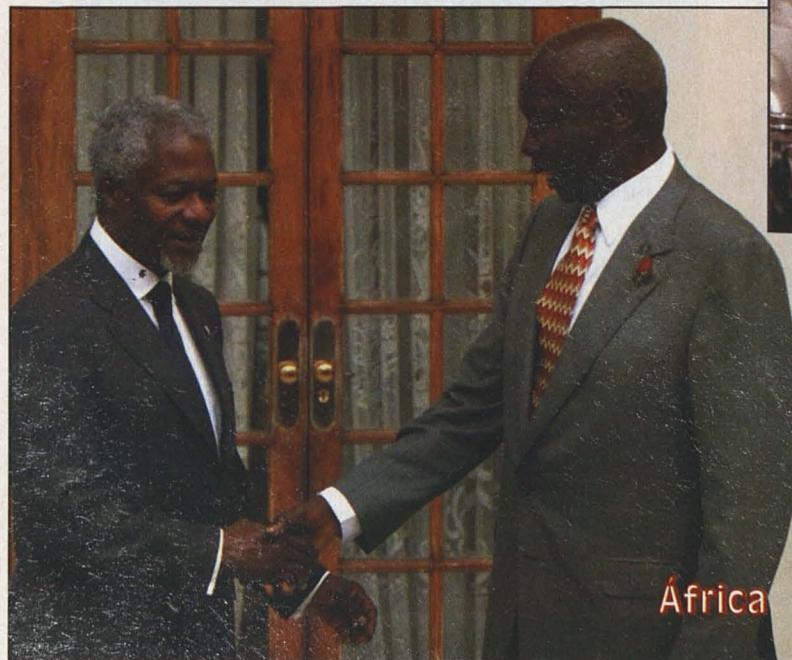
Para acelerar o seu crescimento, a África precisa de financiamentos externos em grande volume, pelo menos durante 10 anos. A constatação é do secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), embaixador Rubens Ricupero. A instituição calcula em 10 bilhões de dólares por ano o fluxo adicional de recursos que o continente vai precisar para reduzir, no futuro, sua dependência de assistência externa. Esse cálculo leva em conta as perdas no conceito de termos de intercâmbio, devido ao sistema comercial vigente.

No momento, não se vislumbra, a curto e médio prazos, a possibilidade de outras fontes de recursos financeiros senão investimentos diretos ou o comércio internacional como substitutos da ajuda oficial.

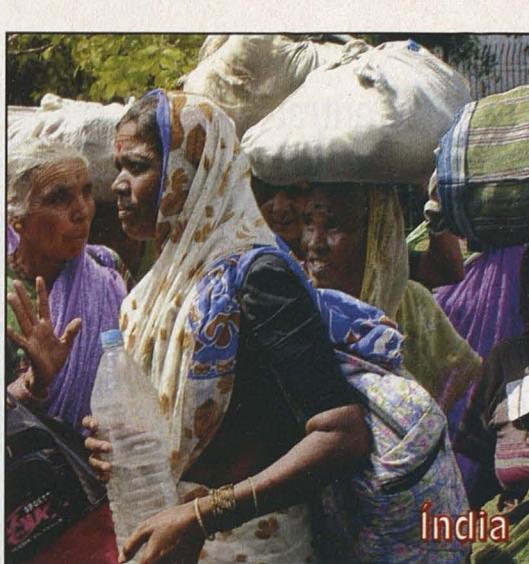
O economista-chefe da UNCTAD, Yilmaz Akyuz, destaca entre os fluxos possíveis os originários da ajuda oficial ao desenvolvimento, da dívida externa e do comércio. O comportamento do conjunto dessas três variáveis mostra que a África não recebe recursos líquidos do resto do mundo, o que mostra a marginalização do continente, sustentou Akyuz.

Rubens Ricupero, por sua vez, observou que, em relação às necessidades de aumento dos fluxos financeiros, os países africanos vêm assumindo as suas responsabilidades.

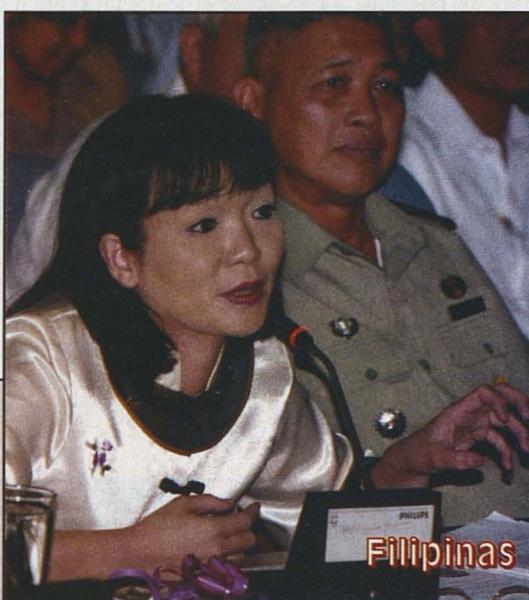
A recente reunião entre representantes dos países da região, realizada em julho passado, na Zâmbia, deu um passo fundamental para a definição das prioridades para o desenvolvimento africano, na opinião de Ricupero. Ele acrescentou que essa atitude dos países da África reclama uma resposta das fontes financeiras.



Africa



Índia



Filipinas

A ex-policial Mary Ong, que trabalhava no serviço secreto, depõe diante de uma comissão do Senado das Filipinas. Ela confirmou o envolvimento do ex-comandante da polícia e atual senador Pântfilo Lacson com o tráfico de drogas. O Senado filipino investiga o crime organizado no país, que passa por uma fase de luta em prol da ética pública

O secretário da ONU, Kofi Annan, cumprimenta o presidente do Quênia, Daniel Arap Moi, no giro pela África. Annan se disse preocupado com as guerras e o deslocamento de milhares de pessoas, que acabam confinadas e famintas em campos de refugiados nos países vizinhos

PANORAMA
Internacional

Fotos: AFP

América Central

1,6 milhão de pessoas em emergência

Assecção de catástrofes naturais na América Central, com furacões, terremotos e seca criou uma emergência alimentar que, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), afeta 1,6 milhão de pessoas. A oficina regional da FAO para a América Latina, com sede em Santiago, no Chile, qualificou de precária a situação das zonas rurais centro-americanas em relação à disponibilidade de alimentos.

Os países mais atingidos por estes desastres naturais são El Salvador, Honduras, Nicarágua e Guatemala, ainda que "os efeitos também possam ser sentidos na Costa Rica e em zonas costeiras do Golfo do Panamá", assinalou a organização. A oficina regional advertiu que o número de pessoas já cresceu de um milhão, em julho, para 1,6 milhão, e que o problema pode agravar-se nos próximos meses, se persistirem as secas e se novos furacões continuarem destruindo os cultivos agrícolas. Os desastres naturais da América Central agravam os problemas estruturais de insegurança alimentar na América Latina, onde 55 milhões de pessoas, 11 % da população, sofrem de insuficiência alimentar, segundo dados da FAO.

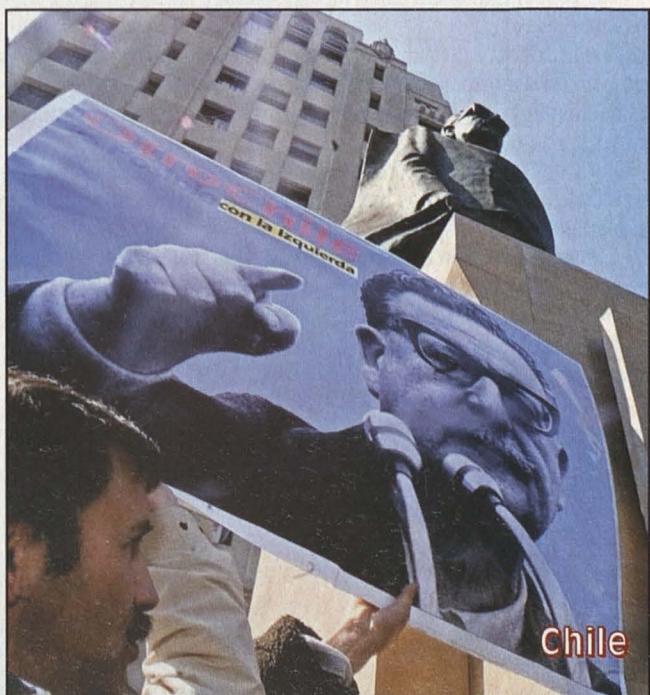
A organização convocou para novembro deste ano, em Roma, a 2ª Cúpula Mundial de Alimentação, cinco anos depois do primeiro encontro. Na reunião se buscará um novo compromisso da comunidade internacional, e sobretudo dos países industrializados, quanto à meta de reduzir à metade o número de pessoas com fome no mundo até o ano de 2015. A quantidade de pessoas com carência alimentar em todo o planeta, estimada em 800 milhões em 1996, foi reduzida para 791 milhões em 1998. ■



Um menino bebe das águas do rio Jupilingo, em Despoblado, Guatemala, numa das regiões mais afetadas pela seca. Toda a América Central está sofrendo com a falta de chuvas e, na Guatemala, já está em vigor o estado de calamidade pública. Em muitas partes, a perda das lavouras estendeu a fome por muitas localidades de vários países



Maria Rojas, em frente ao necrotério central de Lima, pede que o governo lhe entregue os restos mortais do filho, Roly Rojas, um dos líderes do Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA) e um dos responsáveis pela ocupação da embaixada japonesa, em 1996. Os restos foram exumados em março, para exames técnicos destinados a esclarecer se houve execução dos guerrilheiros, após a tomada do prédio pelas Forças Armadas. As informações apontam para execuções sumárias



No dia 11 de setembro, manifestantes chilenos lembram o presidente Salvador Allende, assassinado nesse dia em 1973, quando o general Augusto Pinochet tomou o poder e instalou sanguinária ditadura, sob orientação dos Estados Unidos. O secretário de Estado, Henry Kissinger, já tramara o golpe em 1970, segundo documentos recentemente tornados públicos. Washington queria impedir a posse do primeiro presidente socialista livremente eleito pelos chilenos, mas o comandante do exército na época, general René Schneider, ficou do lado constitucional e acabou assassinado. O governo Allende durou três anos, sob cerco político, econômico e militar, sendo destituído afinal num sangrento 11 de setembro. Setores políticos chilenos e a família do general Schneider pretendem processar Henry Kissinger e o governo dos Estados Unidos pelos crimes



Macedônia

Balcãs

CIA ajudou croatas contra sérvios

A Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos forneceu informações militares ao exército da Croácia durante os preparativos para enfrentar as tropas sérvias, em 1995, e gastou mais de 10 milhões de dólares em gramos telefônicos para interceptar chamadas na Bósnia e na Sérvia. A informação está na última edição da revista norte-americana *Newsweek*.

A revista revela, ainda, que especialistas em inteligência dos Estados Unidos, a partir das proximidades de uma base militar localizada na costa croata do Mar Adriático, enviavam aviões sem piloto, para fotografar as posições das tropas e dos equipamentos bélicos da Sérvia. As imagens eram transmitidas ao general croata Ante Gotovina, no Comando da Operação Tormenta, e foram fundamentais para o sucesso das forças croatas.

Graças à inteligência norte-americana, Gotovina pôde concentrar suas tropas no lugar do projetado contra-ataque sérvio e frustrá-lo. Gotovina, de 45 anos, foi considerado culpado em junho por crimes de guerra no Tribunal de Haia e por atos de atrocidades durante e depois da Operação Tormenta. Segundo a *Newsweek*, o general se negou a entregar as informações ao Tribunal, e seu advogado disse que tentará usar os informes da inteligência norte-americana para defender o seu cliente. ■



Iugoslávia

Sérvia pede julgamento de albaneses

O ministro da Justiça da Sérvia, Vladan Batic, anunciou o propósito de insistir junto ao Tribunal Internacional da ONU, em Haia (Holanda), para que indicie líderes albaneses por crimes que cometaram durante o conflito de Kosovo e vai propor que a Iugoslávia realize, por conta própria, julgamentos de suspeitos de serem criminosos de guerra. "O ministro federal de Justiça da Iugoslávia e eu vamos insistir para que o Tribunal de Haia torne públicos os chamados indiciamentos secretos e que também acuse formalmente líderes de outras nações, a começar pelos comandos do chamado "Exército de Libertação de Kosovo" (ELK), anunciou Batic, guerrilha que combateu as tropas sérvias em Kosovo nos anos de 1998 e 1999, quando a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) atacou a Iugoslávia sob o pretexto de proteger a minoria albanesa da província. Desde então, as autoridades iugoslavas vêm acusando as milícias albanesas de abusos contra a minoria sérvia de Kosovo. ■

Postal Norte-Sul

AUTO-AJUDA



A PAZ DE TODO DIA
Cláudia Nogueira e Sandra Nedopetalski
Cód. 85.86448-08-7

Com os olhos voltados para a força íntima é que nos revestiremos da capacidade de enxergar a verdadeira essência. 203págs. (15cmx11cm). R\$10,00 - Editora Brahma Kumaris



A ÁGUIA E A GALINHA

Uma metáfora da condição humana
Leonardo Boff Cód. 85.326.1845-6

Uma história africana proposta ao leitor como reflexão de sua própria condição, origem e destino. Segundo o autor, é preciso que se busque o equilíbrio. 208 páginas. R\$18,00
Editora Vozes

BIOGRAFIAS



PRESTES
Lutas e autocríticas. Edição Comemorativa dos 100 anos de Luiz Carlos Prestes
Dênis de Moraes e Francisco Viana
Cód. 020015

Este é o livro para o qual, em vida, Prestes deu o seu melhor depoimento. Para esta edição, a família Prestes abriu seus arquivos de fotos (quatro cadernos de fotos, 32 páginas). 324 páginas. R\$39,00 - Ed. Mauad

DICIONARIOS



DICIONÁRIO CRÍTICO DO PENSAMENTO DA DIREITA
Idéias, instituições e personagens
Vários organizadores Cód. 0100-92

Obra que ratifica a importância dos campos direita/esquerda para os debates políticos contemporâneos apresenta cerca de 300 verbetes escritos por 120 autores de diversas universidades ou pesquisadores independentes, de vários estados e países, de diferentes visões e posicionamentos. 260págs. R\$78,00 - Editora Mauad



DICIONÁRIO DO BRASIL COLONIAL (1500 - 1808)
Ronaldo Vainfas (direção)
Cód. 85.7302.320-1

Primeiro dicionário crítico sobre as nossas raízes coloniais. Os primeiros séculos de nossa história estão representados de A a Z, em forma de verbetes atraentes e concisos. Mostra todos os personagens que nos ajudam a compreender melhor os sentimentos e o modo de vida de uma sociedade meio encantada e meio diabólica como a colonial. 599 páginas. R\$49,90
Editora Objetiva

EDUCAÇÃO



ESTEREÓTIPOS SEXUAIS NA EDUCAÇÃO
Um manual para o educador
Moema Toscano Cód.: 85.326.2285-2

Militante feminista desde os anos 70, a autora discute o papel da escola e do professor como obstáculos (quase sempre) ou como alavancas (às vezes) na mudança do relacionamento homem/mulher. 116 páginas. R\$ 14,30 - Editora Vozes

FILOSOFIA



O DESPERTAR DA ÁGUIA
Leonardo Boff Cód. 5.326-1977-0

O livro continua o anterior *A águia e a galinha*, e relaciona a dimensão-águia e a dimensão-galinha com o Universo, a história e a pessoa humana. 176 páginas. R\$14,00
Editora Vozes

HISTÓRIA



CIDADANIA E GLOBALIZAÇÃO
Lisz Vieira Cód. 4775-9

O livro aborda com profundidade e competência os desafios trazidos pela globalização, em particular o papel das organizações da sociedade civil na promoção da democracia na esfera global. 142 páginas. R\$18,00 - Editora Record



ESCRAVIDÃO OU MORTE
Jorge Preta de Souza Cód. 0100-20

O autor propõe uma questão candente: por que lutavam os escravos de uma pátria que os oprimia? A obra analisa a participação de escravos como soldados do exército brasileiro, durante a guerra do Paraguai, construindo sua liberdade através da vida militar. 136 páginas. R\$22,00 - Ed. Mauad



HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL
Nelson Werneck Sodré Cód. 0100-68

O livro vem preencher a necessidade de profissionais e estudantes em suas teses, pesquisas, estudos, ensaios e trabalhos dos mais diversos. 501 páginas. R\$59,00 - Editora Mauad



NAS FRONTEIRAS DO PODER
Conflito e direito à terra no Brasil do séc.XIX
Márcia Maria M. Motta Cód. A-025

O livro permite compreender a complexidade das relações sociais e de poder no mundo agrário fluminense de meados do século XIX. 247 páginas - R\$21,00 - Arquivo Público



O EXÉRCITO SOVIÉTICO NA II GUERRA
Leonid Ieremeev Cód. 0084

Relato dramático e fartamente documentado que revive momento crucial para a sobrevivência dos valores humanitários. 128 páginas. R\$12,00 - Editora Revan



MINAS DO OURO E DO BARROCO
As raízes históricas da cultura mineira
Washington Albino Cód. BA 7014

O livro reconstitui o barroco mineiro, a primeira manifestação artística autenticamente nacional. Imprescindível para o conhecimento da História do Brasil. 248págs. R\$38,00 - Barlavento Grupo Editorial

LITERATURA



A REPÚBLICA DOS BUGRES
Ruy Tapioca Cód. 85.325.1028-0

O livro surge em um momento oportuno para uma reflexão sobre a História do país e a nossa formação como povo. 532páginas. R\$35,00 - Editora Rocco



CHICA DA SILVA

A mulher que inventou o mar
Lia Vieira Cód. 15503-8



EUROPA 1935 - UMA AVENTURA DE JUVENTUDE
Moacir Werneck de Castro Cód. 85.01.05771-1

A partir das lembranças de uma viagem à Europa, o autor faz uma reflexão alternando memória e substância, reinterpretando fatos que ajudam o leitor a pensar o Brasil de hoje. 223 páginas. R\$20,00
Editora Record



HERANÇA DE UM SONHO
Marcio Antonio Tavares Coelho Cód. 85.010.576-2

Neste livro de memórias, o autor conta a sua trajetória pessoal e política, marcada pela dedicação à luta por um mundo melhor e as experiências de suas atividades legais e clandestinas. 532 páginas. R\$45,00 - Editora Record



ARANDO O MAR
Michael Fairbanks & Stace Lindsay Cód. 85.7303.264-2

As tremendas vantagens que as nações em desenvolvimento possuem em recursos naturais, mão-de-obra barata e solo fértil na realidade as mantiveram na pobreza. 338págs. R\$60,00 - Editora Qualitymark



AS REGRAS DO JOGO
Plano Real: 1997-2000
Jorge Viana M. Cód. 85.225.0317-6

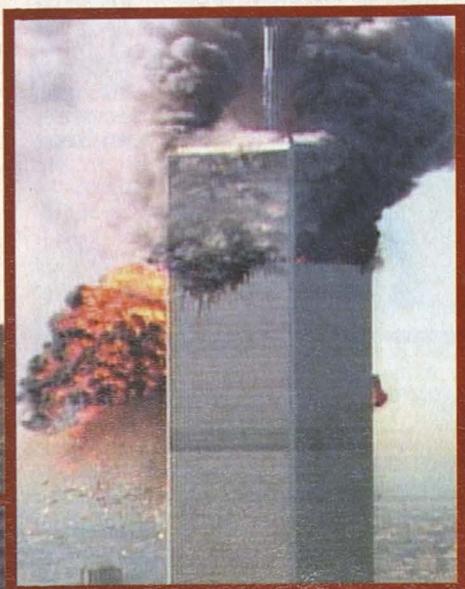
A economia brasileira tem sido um laboratório de experimentações que, se por um lado aparenta ser uma sucessão de lugares-comuns, por outro produz evidências sempre fascinantes como se desdobra o poder de governar. 308 págs. R\$31,00
Editora FGV



DOIS ESTUDOS PARA A MÃO ESQUERDA
Cabanagem - Guerrilha ou luta de massas
Renato Guimarães Cód. 0205

O autor apresenta dois ensaios sobre episódio marcante da história brasileira do século passado, como reflexão dirigida aos jovens. 112págs. R\$14,00 - Editora Revan

TERR ABAL



ORISMO A O IMPÉRIO

Bush desafia o mundo e exige alinhamento

A ação de vingança contra o Afeganistão, apontado como origem dos atentados, promete exibir bombardeios pela tevê e a Operação Liberdade Duradoura (antes Justiça Infinita) pode se transformar numa campanha de agressões mundo afora até moldar o planeta aos interesses norte-americanos. As vozes da sensatez foram abafadas e mais uma vez a ONU fica à margem dos acontecimentos

Procópio Mineiro

DE NOVO, OS ESTADOS UNIDOS LANÇAM-SE à guerra, lavando a honra ferida pela humilhação dos ataques de 11 de setembro às torres de Nova Iorque e ao cérebro militar em Washington. O alvo imediato é o Afeganistão, identificado com o fundamentalismo islâmico. Mas o ataque vai se desenvolver sob os ecos de um desafio mundial também de ordem fundamentalista, que desconhece diplomacia, neutralidade ou bom senso. "Ou está comigo ou está contra mim", ameaçou George W. Bush, dirigindo-se a todos os governos do planeta, exigindo uma cruzada contra o que apenas classifica como "terrorismo", sem admitir discussões sobre as causas do descontentamento de nações ou grupos políticos com as interferências norte-americanas pelos continentes.





A pressão repercute também nas Américas, onde se invoca a resurreição do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), o acordo de autodefesa continental que os Estados Unidos foram os primeiros a violar, colocando-se ao lado de uma potência extracontinental, a Inglaterra, durante a Guerra das Malvinas, em 1982. Desmoralizado pela atitude da Casa Branca, o Tiar era considerado letra morta, pela convicção dos demais países de que jamais se terá solidariedade norte-americana quando no confronto estiver um país rico, aliado preferencial. Sob estímulo norte-americano, alguns governos da região querem, agora, invocar o tratado para justificar um alinhamento diplomático com Washington, podendo envolver ações de outro tipo, como interferências dos Estados Unidos visando ao controle de minorias muçulmanas nesses países e a volta de políticas repressivas contra grupos de esquerda.



Cruzada preventiva

Quando os porta-aviões já se dirigiam para o Mar Arábico, ao largo do Paquistão, e esquadrilhas já pousavam em bases do Paquistão, da Turquia, do Tadjiquistão e do Usbequistão, preparando-se para o ataque, o secretário de Estado Colin Powell ainda prometia para uma data incerta apresentar provas de que Osama bin Laden estava implicado com os atentados de 11 de setembro contra as torres nova-iorquinas do World Trade Center e contra o Pentágono, em Washington. A aparente inexistência ou insuficiência de provas concretas do envolvimento do militante muçulmano não retardaria, porém, providências para uma guerra contra o país que o abrigava. Não foi sequer examinado o pedido dos líderes afgãos, para que a ONU ou uma comissão independente investigasse os atentados, para definir responsabilidades. A Casa Branca identificara, dez dias após os atentados, onze cidadãos de origem árabe como os seqüestradores dos vôos 93 e 175 da United Airlines e 11 e 77 da American Airlines, mas parecia não dispor de

dados precisos para ligá-los à organização de Bin Laden, a quem os talibãs se recusaram a entregar.

“Não teremos piedade (...) Cada país tem uma decisão a tomar: ou está do nosso lado ou do lado dos terroristas. (...) Nossa guerra começa contra al-Qaeda (grupo de Bin Laden). Mas não acaba com ele. Acaba quando nós caçarmos todos os terroristas. (...) Qualquer país que abrigar ou apoiar o terrorismo será considerado pelos Estados Unidos como um regime hostil.” Estas são frases do discurso de George W. Bush no Congresso norte-americano, no dia 20 de setembro, no qual é fácil captar a lógica imperial e a reconstrução do receituário da Guerra Fria que permitiu à Casa Branca numerosas interferências contra a soberania de países, mundo afora, em geral instalando regimes antidemocráticos e concessivos aos interesses ianques.

A retórica de Bush assusta setores democráticos do mundo inteiro por não ter nascido nas últimas semanas, em consequência dos ataques a Nova Iorque e Washington, mas por expressar uma linha de raciocínio que vem impregnando círculos de poder nos países ricos, desde que a União Soviética e seu Pacto de Varsóvia desapareceram e a Aliança Atlântica passou a encarnar, sob domínio dos Estados Unidos, uma incontrastável força militar. A ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher foi talvez a primeira a expor na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) a tese de que “a civilização ocidental” deve considerar como um direito e um dever seu derrubar, pela guerra, governos hostis comprometidos com grupos considerados terroristas. Thatcher advogou a prática de “ataques militares preventivos”, justificáveis à luz do Direito, segundo ela, por buscarem impor a “civilização” onde reinaria “a barbárie”. No discurso da plenária da Otan, Thatcher atribuiu aos Estados Unidos a liderança da “tarefa saneadora”.

O entusiasmo do primeiro-ministro inglês Tony Blair com a “punição aos terroristas”, a ponto de estar presente ao Congresso norte-americano na hora do

discurso de Bush, parece comprovar que a doutrina do ataque preventivo e necessário em nome dos “valores da civilização ocidental” supera, na Inglaterra, eventuais diferenças partidárias.

Analizando-se o discurso de George Bush, todos os conceitos expressos por Thatcher parecem estar ali confirmados. O vice-secretário de Defesa, Paul Wolfowitz, por sua vez, chegou a deixar escapar comentários de que se deve atacar mesmo os Estados que apoiam grupos radicais.

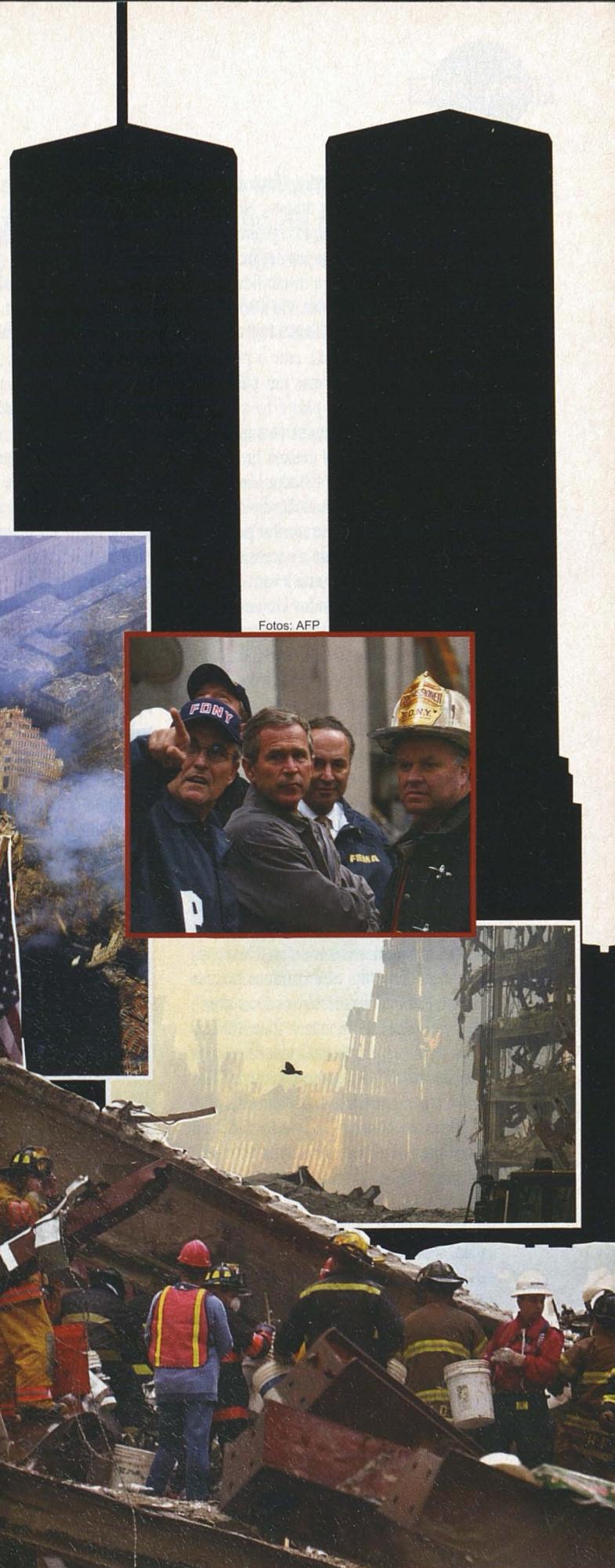
“Haverá campanhas ligadas entre si como nunca foi visto. Podem ser ataques dramáticos, que serão vistos pela tevê ou ações encobertas. Esta é a guerra da civilização”, disse Bush a seus compatriotas na solenidade levada ao mundo inteiro pelas redes de televisão. “Entreguem os terroristas ou compartilharão a sua sorte”, ameaçou, dirigindo-se ao governo afgão. “Os Estados Unidos respeitam o povo do Afeganistão, mas condenam o regime talibã”, completou Bush, sem citar que os talibãs foram colocados no poder afgão pela ajuda norte-americana, quando interessava depor o governo socialista da época, que era apoiado pela União Soviética.



Era de instabilidade

A dramaticidade dos ataques às torres nova-iorquinas e ao Pentágono gerou uma corrente mundial de condolências, a começar pelo líder palestino Yasser Arafat. Comemorações nas ruas, porém, mostraram que a formalidade das condolências oficiais não correspondia ao sentimento popular, mais ligado à significação do acontecimento do que ao detalhe das perdas de vidas. O apoio explícito dos governos revelou, assim, um fosso entre poder e opinião pública em muitos países, particularmente nos países árabes. O caso mais revelador é o do Paquistão. Enquanto o presidente, general Pervez Musharraf, abria o país para a entrada de tropas e equipamentos norte-americanos que servirão para atacar o vizinho Afeganistão, o povo saía às ruas em apoio aos talibãs. Líderes muçulmanos anunciam, publicamente, que se

O presidente George W. Bush fez sua primeira viagem a Nova Iorque, desde a posse em janeiro, para visitar os escombros do World Trade Center e discursar, prometendo vingança. O lento trabalho dos bombeiros poderá levar meses, e as autoridades calculam que o número de mortos ficará em torno de sete mil pessoas. Na foto lateral inferior, um simbólico pássaro sobrevoa ao entardecer as ruínas do que era um orgulho norte-americano



Fotos: AFP

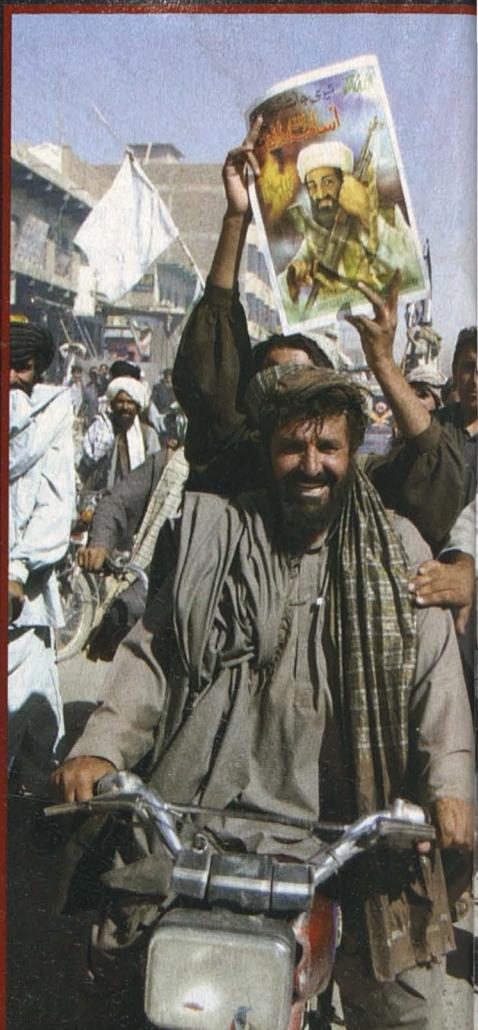
colocarão contra os Estados Unidos e o Islã, caso ocorra o ataque. Na Índia, 120 milhões de muçulmanos igualmente se posicionavam do mesmo modo, indicando a que grau pode chegar a instabilidade. No caso paquistanês, analistas não afastam sequer o perigo de uma guerra civil, de consequências imprevisíveis, ante a presença de tropas norte-americanas em bases terrestres e nas costas do país e na simpatia que segmentos dos militares paquistaneses dedicam aos talibãs, na mesma proporção em que desconfiam dos Estados Unidos.

Advogando uma solução diplomática para a crise, o jornalista e escritor paquistanês Tariq Ali alertou para a necessidade de se analisarem as causas que levam à repulsa aos métodos dos Estados Unidos e provocam os atentados. Citou o assessor pessoal do primeiro-ministro Tony Blair, o ex-diplomata Robert Cooper, que advogou a necessidade de uso de critérios duplos para uma mesma questão, conforme os interesses em jogo. "A máxima que este cinismo oculta é que vamos castigar crimes dos inimigos e premiar os crimes de nosso amigos. As guerras do Golfo e dos Balcãs foram os primeiros exemplos desse cheque em branco moral que está na raiz da idéia de vigilância seletiva. Israel pode desafiar impunemente as resoluções da ONU, a Índia pode tiranizar a Caxemira, a Rússia pode destruir Grozny, mas o Iraque precisa ser castigado e aos palestinos cabe sofrer", denuncia Ali. Ele aponta a filosofia dos países dominantes, na qual identifica uma fonte de instabilidade internacional: "Roberto Cooper continua, dando um conselho aos países pós-modernos, para que aceitem como ato habitual intervir nos Estados pré-modernos. Tariq Ali considera que os Estados Unidos "estão se lançando a uma loucura." Lembra que, em nome da civilização, Washington prepara mais uma intervenção no mundo. "Nos últimos 60 anos, a Casa Branca derrubou governantes democráticos, bombardeou países de três continentes, usou armas atômicas contra populações civis japonesas, mas só agora sabe o que se sente quando as próprias cidades são atacadas."

ONU, fórum descartado

O mundo não sabia, mas talvez o ataque-provocação aos símbolos de dominação econômica e militar norte-americanos tivesse sido abortado, se, três semanas antes e pela enésima vez, a humilhação palestina não ganhasse mais um capítulo do desinteresse ocidental.

Parecia uma reunião normal do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com a participação ativa de seus 15 integrantes formais, cinco dos quais com direito a voto, e outros 30 países, que podiam participar do debate público. Naquele 21 de agosto, o Conselho de Segurança decidiu, mais uma vez, ser cauteloso e manter-se inativo, para evitar um voto dos Estados Unidos a qualquer resolução que obrigasse a ONU a assumir um papel decisivo para a solução da agonia palestina. Era como se todos reconhecessem que o impasse do Oriente Médio fosse tema direto dos Estados Unidos, fora da jurisdição da instituição mundial de diálogo e negociações. Os



Enquanto os paquistaneses faziam seguidas passeatas de apoio a Bin Laden, o governo de Islamabad transformava o país na principal base norte-americana de ataque aos afegãos. Colin Powell prometeu, mas não apresentou provas contra o guerrilheiro islâmico. Na foto de baixo, palestinos em Jerusalém oram pelas vítimas dos EUA e dizem entender muito bem o sofrimento que os norte-americanos sentiram

“Esta falta de ação da ONU é uma mensagem muito negativa que o Conselho de Segurança está enviando ao resto do mundo”

Embaixador palestino Nasser Al Kidwa

57 países da Organização da Conferência Islâmica chegaram a redigir um projeto de resolução, mas desistiram de apresentá-lo, pois o embaixador norte-americano iria impor o veto. Assim, a reunião se encerrou e o Conselho de Segurança, que deixara correr cinco meses sem tocar uma vez sequer na fervente crise do Oriente Médio, recolhia-se outra vez ao mutismo, impotente, como que, mais uma vez, lavando as mãos. Faltavam exatos 21 dias para 11 de setembro.

“Esta falta de ação é uma mensagem muito negativa que este Conselho de Segurança está enviando ao resto do mundo”, disse o observador permanente da Palestina ante a ONU, embaixador Nasser Al Kidwa.

“Não existem soluções rápidas nem fáceis para este conflito. Não é possível encontrar atalhos possíveis para acordo, nem neste Conselho nem em qualquer outro lugar”, alegou o embaixador norte-americano James Cunningham, num arrazoado que negava qualquer eficácia às artes da diplomacia ante o mais alto círculo diplomático do planeta. “A situação continuará a piorar, se Yasser Arafat não controlar o terrorismo contra Israel”, ameaçou Cunningham, cujos argumentos foram secundados pelo embaixador israelense Yehuda Lancy, contrário a qualquer interferência da ONU, por julgar que a solução só poderá vir “de negociações bilaterais entre Israel e a Autoridade Nacional Palestina.”

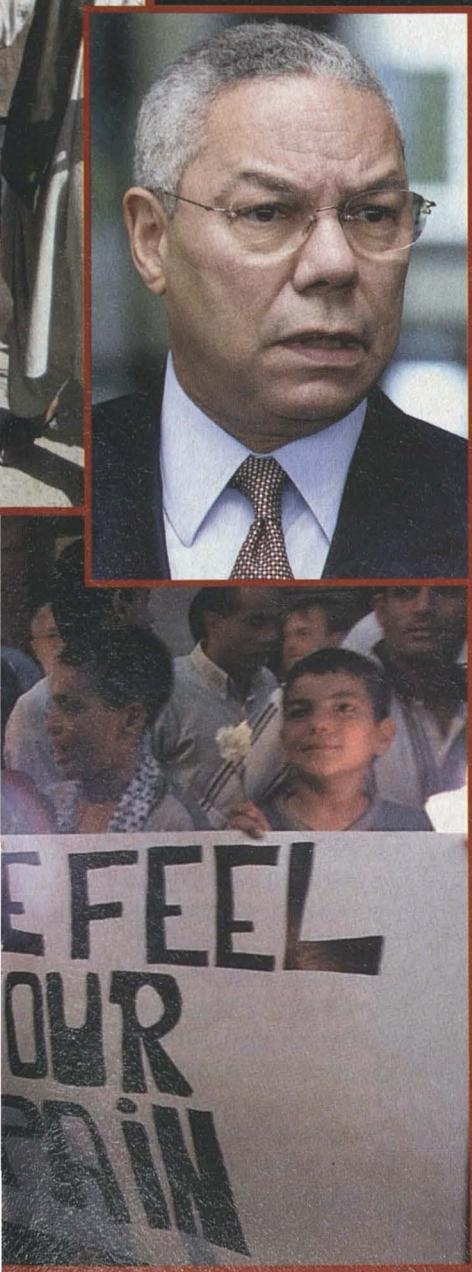
Os argumentos de Cunningham e Lancy se completam, revelando as condições pelas quais os Estados Unidos analisam a questão, que continua, porém, como espinho cravado na consciência árabe: exige-se prévia passividade palestina, seguida de um acordo vantajoso para os interesses israelenses, que inclua a aceitação das inúmeras violações de resoluções da ONU sobre o assunto – tudo isso sob patrocínio direto de Washington,

sem qualquer gesto da comunidade internacional.

O que as dezenas de países da Organização da Conferência Islâmica pretendiam propor naquela reunião de 21 de agosto era que o Conselho adotasse as providências propostas pela comissão de observadores internacionais presidida pelo ex-senador norte-americano George Mitchell: fim da violência palestina e israelense, fim das colônias judaicas instaladas em terras palestinas, devolução aos palestinos dos edifícios públicos tomados por Israel, inclusive a Casa do Oriente, sede semi-oficial da Autoridade Nacional Palestina em Jerusalém. Mas, como se viu, a proposta sequer foi apresentada, ante a certeza do voto da Casa Branca.

“O Conselho de Segurança fugiu às suas responsabilidades no passado, ao não aplicar as resoluções aprovadas pela ONU para resolver o conflito palestino-israelense”, disse o embaixador da Malásia, Hasmy Agam. E advertiu: “Diante da gravidade da situação nos territórios palestinos ocupados por Israel, o Conselho não pode dar-se ao luxo de repetir agora o mesmo desinteresse.” Mas o Conselho deu-se ao luxo, para satisfazer Washington.

Após os atentados de 11 de setembro, o tumulto belicista e a manipulação emocional abafaram as vozes da sensatez. Partidas de intelectuais como Noam Chomsky, de religiosos como o papa João Paulo II, de diplomatas e governantes e de gente comum do mundo, essas vozes pedem a análise das causas do conflito, e que se fuja de uma escalada guerreira, a qual iniciou as duas guerras do século XX. Paz de verdade, lembram vários pensadores, envolve redesenhar a cena internacional, na qual identificam reinar ainda uma desnecessária e infinita injustiça, que sempre frustra qualquer liberdade duradoura.





Reflexões

Uma resposta irracional de Washington aos atentados terroristas pode levar o mundo a uma guerra nuclear ou, no mínimo, a uma interminável espiral de violência. Alinhavar dados e refletir sobre eles, para ir montando o quebra-cabeças e entender as causas do ódio responsável pelas mortes de Washington e Nova Iorque, permitiria evitar uma tragédia ainda maior

*La vida no vale nada
cuando otros están matando
Y yo sigo aquí cantando
Cual si no pasara nada*

*A vida não vale nada
quando outros estão matando
E eu continuo aqui cantando
Como se nada acontecesse*

Beatriz Bissio

ESSES VERSOS DO POETA E CANTOR CUBANO PABLO MILANÉS são por demais eloquentes no cenário que a humanidade está vivendo, desde que o World Trade Center despencou, envolvido em nuvens de fumaça, e o governo Bush, ferido no seu orgulho pela inexplicável vulnerabilidade do território norte-americano, passou a cogitar até “o uso de armas nucleares na batalha contra o terror”.

Nos Estados Unidos, no curto prazo pelo menos, essa reação parece contar com apoio popular. Mas, no resto do mundo, o que tem se visto é uma rejeição da opinião pública a qualquer revide norte-americano contra duvidosos responsáveis, ou contra populações que nada têm a ver com os fatos. A exigência de

se preservar a paz mundial e de se pensar a resposta ao terror a partir de suas causas parece mostrar uma análise amadurecida, que não admite o entendimento maniqueísta de que estariam diante de um choque de civilizações. E se o Exército Republicano Irlandês (IRA) decidesse demolir o Big Ben? Apontaríamos o atentado como guerra santa?

Nestas horas, o nosso entendimento dos fatos parece ir-se formando de fragmentos, que necessitam encaixar, como em um quebra-cabeça. Uma linha de raciocínio útil para chegar a entender as causas dos atentados é a que nos propõe o lingüista Noam Chomsky, um dos mais importantes intelectuais norte-americanos da atualidade, o qual, por sua independência em relação ao establishment, não tem muito espaço no seu próprio país para expor o seu ponto de vista dissidente. Chomsky nos lembra que a-

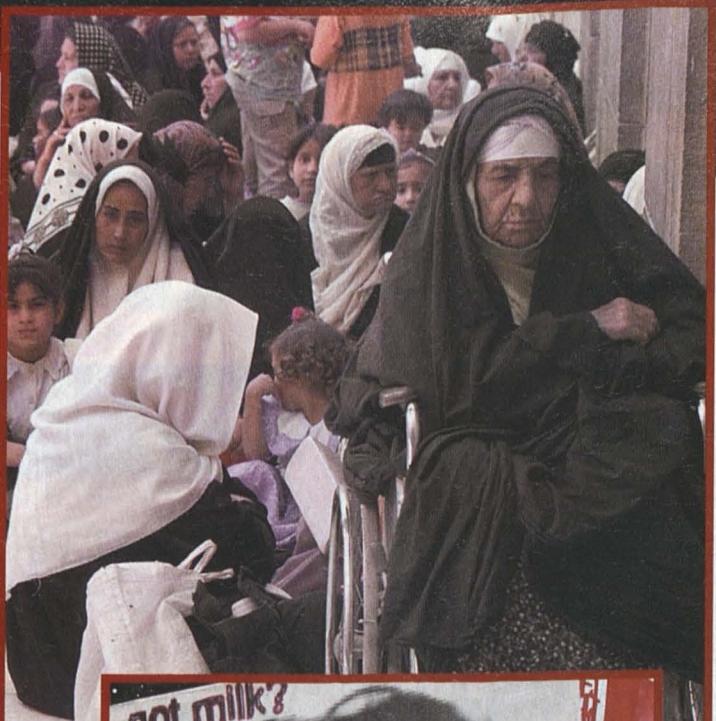


EM PEDAÇOS



Acima, o bombeiro lê o jornal que pede guerra. Ao lado, acima, um padre sul-coreano condena a retaliação em frente à embaixada dos EUA em Seul, enquanto, ao lado, abaixo, norte-americanos pedem bom senso à Casa Branca e condenam o ciclo de violência, que ameaça muito mais vidas inocentes em outros países





Cenas do Iraque, após onze anos de bombardeios norte-americanos e ingleses quase diários: à esquerda, um prédio de apartamentos e uma fábrica em Bagdá após bombardeio pelos EUA. À direita, ao alto, fila para distribuição de alimentos numa mesquita da capital iraquiana, e, abaixo, cartaz de um manifestante em Taipé, Formosa, denunciando o silencioso assassinato de milhares de crianças iraquianas pelo cerco dos EUA e Inglaterra. “Eles não têm leite, comida nem remédios”



“Não se trata de justificativa para o crime. Mas essas ações não surgem do nada. Vêm de uma enorme reação popular de hostilidade às políticas dos EUA e da Grã-Bretanha”

Noam Chomsky

ções terroristas, como a de Washington e Nova Iorque, têm a sua origem em questões concretas: “Não se trata de justificativa para o crime. Mas essas ações não surgem do nada. Vêm de uma enorme reação popular de hostilidade em relação às políticas dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha.”

A cobertura da mídia, sobretudo da norte-americana, tem dado ênfase no elevado número de civis mortos. O prefeito de Nova Iorque, Rodolph Giuliani, estimou o número de mortos em mais de seis mil. Podem ser muitos mais, já que se sabe que trabalhavam nas torres gêmeas umas trinta mil pessoas, sem contar os milhares de visitantes e turistas que diariamente lá circulavam. E devem-se ainda somar as vítimas dos aviões utilizados nos atentados.

Mais uma tragédia. Civis que morreram pelos pecados de seus dirigentes. Mas não tem sido assim desde que a tecnologia inaugurou as guerras que não dependem mais das tropas da infantaria? Nos bombardeios de janeiro de 1991 ao Iraque, em represália à invasão do Kuwait, promovidos pela coligação liderada pelos Estados Unidos, morreram 40 mil civis iraquianos. Outros 300 mil foram assassinados desde dezembro de 1998, segundo fontes de Bagdá, durante os sucessivos bombardeios norte-americanos e britânicos nas zonas de exclusão aérea. E a própria ONU reconhece que mais de um milhão e meio de civis iraquianos (entre eles, meio milhão de crianças) morreram em decorrência das sanções econômicas – que impedem o governo de controlar a maioria das receitas provenientes do petróleo – e do cerco militar. (Aliás, confrontada diante desse incrível número de crianças mortas, a então secretária de Estado norte-americana, Madeleine Al-

bright, disse que esse era o preço que os Estados Unidos estavam dispostos a pagar em defesa da liberdade. Liberdade de quem?)

Enquanto isso, Saddam Hussein, que foi desbanhado agora por Ossama bin Laden de seu posto de inimigo número um dos Estados Unidos no mundo, continua no poder. É oportuno lembrar que, em 16 de fevereiro deste ano, poucos dias depois de ter assumido o governo, após a batalha dos votos da Flórida, George W. Bush ordenou um novo bombardeio ao Iraque, quando se completavam dez anos da Guerra do Golfo. Uma mulher morreu e sete civis ficaram feridos.

Antes de Saddam Hussein, “o inimigo número 1” tinha sido Muammar Khadafi, dirigente da Líbia, também acusado de incentivar o terrorismo. Em 1986, no dia 14 de abril, os Estados Unidos enviaram para a Líbia 18 bombardeiros F-111, 15 caças e os porta-aviões *Coral Sea* e *América*. Bombardearam Trípoli, capital líbia, em ataque que incluía entre os alvos o local onde Khadafi morava com a família. Após 25 minutos de bombardeio, o maior até então, desde o fim da guerra de Vietnã, 40 pessoas haviam morrido e mais de cem estavam feridas. Entre os mortos, a filha adotiva de Khadafi, de 15 meses. Entre os feridos graves, dois de seus filhos menores. Prédios residenciais, casas e até embaixadas foram total ou parcialmente destruídos, entre elas as embaixadas da França e da Suíça. Tanto como no caso dos recentes bombardeios ao Iraque, era um revide unilateral decidido por Washington à margem de toda legislação internacional. Terrorismo de Estado?

Após os atentados contra as embaixadas norte-americanas na Tanzânia e no

Quênia, atribuídos a Osama bin Laden, os Estados Unidos bombardearam, em agosto de 1998, o Afeganistão e o Sudão. Neste último país, as bombas foram lançadas sobre uma fábrica nas proximidades de Cartum, a capital. Lá eram produzidos 60% dos medicamentos consumidos no Sudão. A justificativa para a agressão a um país que aparentemente nada tinha a ver com os fatos foi que o regime sudanês “apoia o terrorismo” e que a fábrica produzia armas químicas! O próprio engenheiro britânico responsável pela construção da indústria desmentiu essa afirmação. A investigação, que a ONU deveria ter realizado no Sudão para esclarecer o incidente, nunca aconteceu, porque os Estados Unidos impediram a organização mundial de agir.

A verdade é que, mais uma vez, civis que nada tinham a ver com os responsáveis pelo ataque às embaixadas foram os que pagaram com suas vidas. Aliás, nos Estados Unidos, nem se falou a respeito dessas mortes. Mas testemunhas do bombardeio de Cartum afirmam que mais de 300 trabalhadores foram dados como desaparecidos. (Ver *cadernos do terceiro mundo*, nº 208, de setembro de 1998.) Nos bombardeios ao Afeganistão, houve onze mortos e 53 pessoas ficaram feridas.

Exemplos como esses são muitos. Os bombardeios ao Iraque já nem merecem registro na mídia, e poucos se interessam pelo destino dos civis que eles atingem. Essa conduta da mídia ocidental faz com que, para a maior parte da opinião pública, passem despercebidas essas tragédias cujo cenário é o Terceiro Mundo. E nós, cidadãos desse heterogêneo e sofrido conglomerado de nações, vamos assumindo (resignados?) o fato de sermos tratados como seres hu-



manos de segunda categoria. Quando dos bombardeios ao Sudão, o porta-voz do presidente daquele país afirmou que estavam sendo agredidos "porque o sangue árabe é o mais barato do mundo atual".

Aliás, isso não é de hoje. A invasão de Israel ao Líbano, em 1982, comandada pelo atual primeiro-ministro israelense, general Ariel Sharon, contou com o olhar complacente de Washington. E mais: todo o mundo árabe sabia que as tropas israelenses estavam armadas com material bélico norte-americano.

A operação militar fora deflagrada, principalmente, visando à expulsão da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que na época tinha no Líbano a sua principal base política e militar. Após aquele drama, Arafat e seus seguidores tiveram que recomeçar na Tunísia, onde permaneceram por quase vinte anos, até que a devolução parcial de Gaza e da Cisjordânia permitiu instalar em terras palestinas a administração que deveria anteceder o governo independente.

Durante a ocupação, as tropas israelenses destruíram mais da metade da infraestrutura do Líbano e deram um golpe quase mortal à economia do país, além de ceifar a vida de 20 mil pessoas, a maioria civis. Entre estes, dois mil eram palestinos, massacrados nos campos de refugiados de Sabra e Chatila.

Às vezes, os números soam assépticos, impessoais. Mas esses, em particular, são muito pessoais para mim. Eu estava em Beirute no dia 4 de junho de 1982, quando a capital libanesa foi bombardeada por aviões militares israelenses, marcando o início da invasão. Lembro-me da sensação de impotência e do medo que senti por estar em uma cidade alvejada por bombas. Imagino e faço um paralelo com o que experimentaram os nova-iorquinos após os estrondos do choque dos aviões no World Trade Center.

Mas, à diferença das cenas dos recentes atentados, nas quais não vemos corpos dilacerados (sem dúvida há um "filtro" que assim o determina), no Líbano eu vi o horror da destruição daquele bombardeio, um

gigantesco *Guernica* que nunca vou esquecer. Na manhã do dia 4, eu tinha visitado escolas e centros de treinamento palestinos para incapacitados nos subúrbios de Beirute (os "campos de refugiados" palestinos não são outra coisa senão grandes favelas na periferia da capital libanesa). As bombas esfacelaram os prédios, e neles morreram professoras, voluntários e crianças com os quais eu tivera o duvidoso privilégio de ter compartilhado as últimas horas de suas vidas e de ter tirado as últimas fotos. (Na ocasião escrevi com Neiva Moreira uma reportagem, que chamamos "Holocausto no Líbano", publicada em *cadernos do terceiro mundo*, nº 46, de junho de 1982.)

Após os bombardeios dos primeiros dias da ocupação, que foi avançando por terras de sul a norte, Beirute foi submetida ao mais longo cerco militar que uma capital árabe sofreu em épocas modernas. E a ocupação militar israelense acabou se perpetuando na parte sul do país por 22 anos, até maio de 2000, quando as ações de fustigamento dos guerrilheiros do Hezbollah obrigaram à debandada os últimos soldados israelenses.

Frustação palestina

Na mais recente Intifada em terras palestinas, as mortes já chegam a mais de 700 árabes, quase todos civis. Os jovens que enfrentam as tropas de Israel desarmados ou os mártires suicidas que se imolam nas ruas de Telavive e Jerusalém buscam o mesmo objetivo: fazer cumprir os acordos assinados em Oslo e ratificados em Washington pelo primeiro-ministro Itzhak Rabin e o chanceler Shimon Peres (do lado israelense) e por Yasser Arafat, pelos palestinos, e que fizeram dos três merecedores do Prêmio Nobel da Paz. Esses acordos previam a "troca de territórios por paz", ou seja, a devolução progressiva aos palestinos dos territórios ocupados por Israel, e estabeleciam "o começo de um período de cinco anos para conduzir ao estatuto final" do povo palestino.

Esse compromisso não foi honrado por Israel, que abertamente, desde o assas-



Lembranças difíceis de apagar: ao alto, o estádio de Beirute, depois do bombardeio israelense em 1982, destruído sob a alegação de que serviria de esconderijo para um arsenal de armas palestinas. Na verdade, sob as arquibancadas estavam estocados alimentos doados por organizações humanitárias para a OLP. Muitas outras construções em todo o Líbano foram destruídas, com elevadíssimo número de vítimas (D). Acima, a maior fábrica de remédios de Cartum, no Sudão, destruída por mísseis norte-americanos em 1998, enquanto Bill Clinton dizia tratar-se de uma fábrica de armas químicas. O ataque, na verdade, era apenas uma vingança contra os atentados em embaiadas africanas dos EUA. Abaixo, Muamar Kadhafi, que teve a casa destruída em bombardeio feito pelos EUA com o objetivo de matá-lo. Morreu uma filha de Kadhafi

Durante a ocupação do Líbano, as tropas israelenses ceifaram a vida de 20 mil pessoas, a maioria civis. Dois mil eram civis palestinos, massacrados nos campos de refugiados de Sabra e Chatila

sinato de Rabin por um radical de extrema-direita judeu, mostrou má vontade com o espírito do Acordo de Oslo, apostando na solução militar. O prazo de cinco anos expirou em 1999, e a frustração tomou conta dos palestinos. A não proclamação da independência do seu Estado tirou de Arafat boa parte da autoridade política e criou um ambiente propício para a pregação dos grupos mais radicais, como o Hamas.

Visitei várias vezes o Oriente Médio: Israel, os territórios ocupados, a Jordânia, a Síria, o Iraque, o Líbano, além dos países árabes do norte da África, como a Somália. Em toda parte o drama dos palestinos sem pátria é assumido pela população civil muçulmana como uma responsabilidade coletiva.

Há um sentimento, corroborado, aliás, por décadas de violência na região, de que todos os povos locais hão de viver sob a espada de Dâmcocles da guerra e do terrorismo, enquanto a questão palestina não for solucionada pela única saída aceitável, a proclamação de um Estado palestino independente. A maioria dos jovens suicidas de hoje e dos militantes que saem às ruas para se pronunciarem de forma pacífica nasceram em campos de refugiados. Eu os vi, desde pequenos, convivendo com a ausência de tudo: sem pátria, sem o calor familiar, uma vez que em geral os homens emigram, por motivos políticos ou religiosos, treinados para viver e sobreviver em guerra. Armas, às vezes de plástico, às vezes de verdade, eram os seus brinquedos. iam crescendo em um dia-a-dia feito de bombardeios, atentados, repressão, discriminação, casas arrasadas pelos *bulldozers* israelenses, privações de todo tipo, pais e irmãos detidos ou mortos, mães em desespero. Não custa muito entender por que,

para muitos deles, uma morte gloriosa é melhor que a vida.

Fundamentalismo, legado americano

A agravar o problema está a questão religiosa. Quando visitei o Oriente Médio pela primeira vez, em 1977, a liderança incontestada entre os palestinos era Yasser Arafat. Na maior parte dos países árabes, mesmo naqueles com governos menos democráticos e mais conservadores, havia um laicismo bastante pronunciado. Os movimentos radicais de fundamento religioso, como o Hamas, o Hezbollah e os Talibães, não existiam ou eram marginais, do ponto de vista de sua inserção política. A frustração e a revolta eram canalizadas através de organizações mais ou menos democráticas, nas quais era ampla e praticamente igualitária a presença e a participação da mulher, algumas com definições socialistas.

Mas o fato é que essas organizações e partidos progressistas árabes, a OLP incluída, não conseguiram de Israel a aceitação da proclamação do Estado palestino. Nem tiveram sucesso na construção de alternativas democráticas para os países controlados por dinastias familiares conservadoras e muitas vezes corruptas. Grande parte dessa derrota política deve-se não à incompetência desses grupos, mas ao apoio (diplomático, militar e, segundo os casos, financeiro) que os Estados Unidos deram e continuam a dar a esses governos.

A frustração que essa atitude norte-americana gerou nas massas fez com que o discurso dos fundamentalistas fosse conquistando a cada dia maior número de

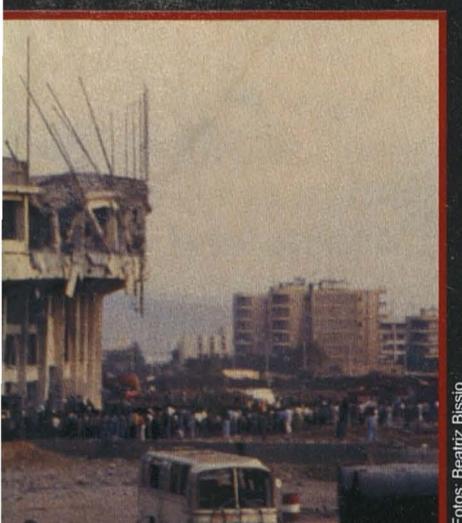
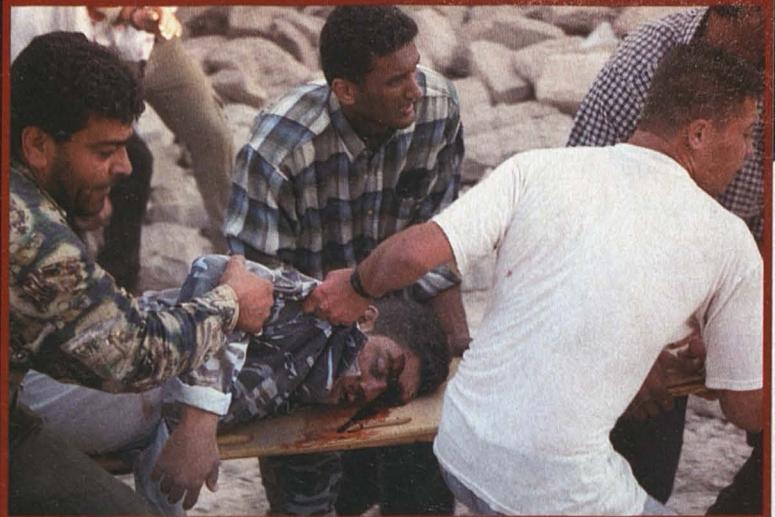
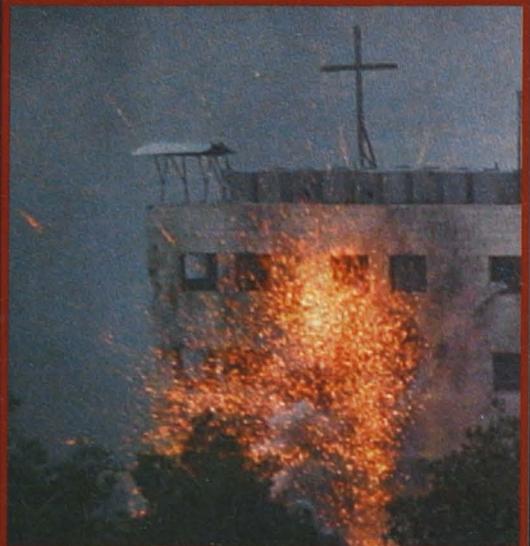


Foto: Beatriz Bissio



Foto: Beatriz Bissio





Palestinos em 2001: ao alto, o míssil israelense explode num hotel de Belém, enquanto um homem alvejado por soldados israelenses em Nablus é carregado por amigos; acima, o enterro do líder da Frente Popular para a Libertação da Palestina, Abu Ali Mustafá, morto por Israel no final de agosto, em Ramalá, na Cisjordânia ocupada, num crime que Yasser Arafat considerou o fim das esperanças de paz. No campo de refugiados de Ain el-Hilwé, em Sidon, no Líbano, crianças carregam uma boneca, numa manifestação que pede o fim do massacre promovido por forças israelenses que vitimam com frequência crianças palestinas. As duas fotos de baixo mostram a destruição de casas palestinas. Na foto maior, trata-se de um campo de refugiados Brasil, perto de Rafá, na Faixa de Gaza, onde tratores do exército israelense puseram abaixo várias moradias no último dia 30 de agosto. Quando os soldados saíram, as famílias voltaram para recuperar o que fosse possível. Na foto menor, a mãe cata coisas com os filhos, na casa destruída por bombas israelenses, em Belém, no começo de agosto, quando também foi alvejado o convento de Mar Saba, onde uma freira ficou ferida





O discurso dos fundamentalistas foi conquistando as massas, na medida em que as organizações e os partidos progressistas árabes não obtiveram de Israel qualquer concessão significativa em relação ao Estado palestino, nem tiveram sucesso na construção de alternativas viáveis para os países controlados por dinastias familiares conservadoras e muitas vezes corruptas

adepts. Nesse sentido, não é exagerado afirmar que o fundamentalismo islâmico, como fenômeno social e político nas dimensões que hoje tem, é o pior legado que a política externa norte-americana deixou para os povos do Oriente.

A pregação de não fazer concessões de nenhum tipo, de buscar a solução dos problemas da região por meios violentos e não na mesa de negociações, e de lutar em nome do Islã passou a soar aos ouvidos dessas populações sofridas e severamente reprimidas como música que alimentava a esperança em um futuro diferente.

A vitória do aiatolá Komeini e da Revolução Islâmica no Irã, em 1979, sem dúvida foi um divisor de águas. A longa e corrupta ditadura do xá Reza Pahlevi, fiel aliado de Washington, era um símbolo do

domínio dos Estados Unidos na estratégica região do Golfo, pois tinha se tornado um monarca absolutista desde que a Central de Inteligência Norte-Americana (CIA) o ajudara (em 1953) a dar um golpe de Estado para assegurar às multinacionais petroleiras dos Estados Unidos o controle dos poços que o primeiro-ministro Mohammad Mossadegh tinha estatizado. O fato de o xá ter sido deposto pelo povo mobilizado pelo aiatolá Khomeini desde o seu exílio em Paris, e de ter se instalado no poder um regime teocrático, mostrou que uma alternativa ao modelo ocidentalizante e servil a Washington era viável.

A influência que a Revolução Islâmica do Irã passou a exercer em toda a região não se explica só pela forte e carismática liderança de Khomeini, até porque a sua morte, em 1989, não significou o fim da experiência. Também se explica porque foi um exemplo atraente para as massas da viabilidade de uma proposta política de conciliação da religião islâmica com práticas administrativas eficientes, em um momento de grande desgaste das lideranças laicas e progressistas.

Nesse sentido, o caso do Afeganistão é ilustrativo. Os talibãs foram recrutados, treinados e armados no Paquistão com dinheiro e armas norte-americanas, Bin Laden inclusive. A missão que lhes atribuíra a CIA era enfrentar o regime socialista e simpatizante da União Soviética que tinha se estabelecido em Cabul. O regime talibã não teria tido como se firmar sem o apoio do exército paquistanês e dos Estados Unidos. Só que Washington desconheceu um dado importante: os talibãs tinham os seus próprios objetivos, e aceitaram a "ajuda" da CIA em função deles, não para subme-

ter-se aos desígnios norte-americanos pelo resto da vida.



O fim justifica os meios

Falou-se em possíveis distúrbios mentais dos suicidas que participaram dos ataques nos Estados Unidos. Nada disso. Como afirmou a psiquiatra Vera Lemgruber, diretora do Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde no Brasil, em entrevista a um jornal carioca, esquizofrenia ou depressão grave são quadros incapacitantes. "Uma pessoa com problemas como esse jamais poderia seqüestrar um avião e organizar ou participar em ações como as que aconteceram em Nova Iorque e Washington." Longe de serem pessoas desequilibradas, os militantes desses grupos lutam para libertar a pátria árabe (pátria entendida no sentido mais abrangente) da opressão, mesmo usando métodos que consideram justificáveis pelos fins.

É necessário entender também o peso simbólico de Jerusalém na luta pelo Estado palestino independente. A chamada Cidade Santa dos cristãos é também uma cidade sagrada para os seguidores do Islã, da mesma forma como o é para judeus. Anexada de forma unilateral por Israel, que a proclamou capital do Estado judeu, contrariando as resoluções da comunidade internacional expressas através da ONU, Jerusalém vem sendo descaracterizada pelos sucessivos governos israelenses, que já destruíram numerosas mesquitas e a cada dia expropriaram mais terras pertencentes a famílias árabes. "Libertar Jerusalém" da opressão de Israel passou assim a ser também um fator mobi-



Bin Laden, o novo Pancho Villa

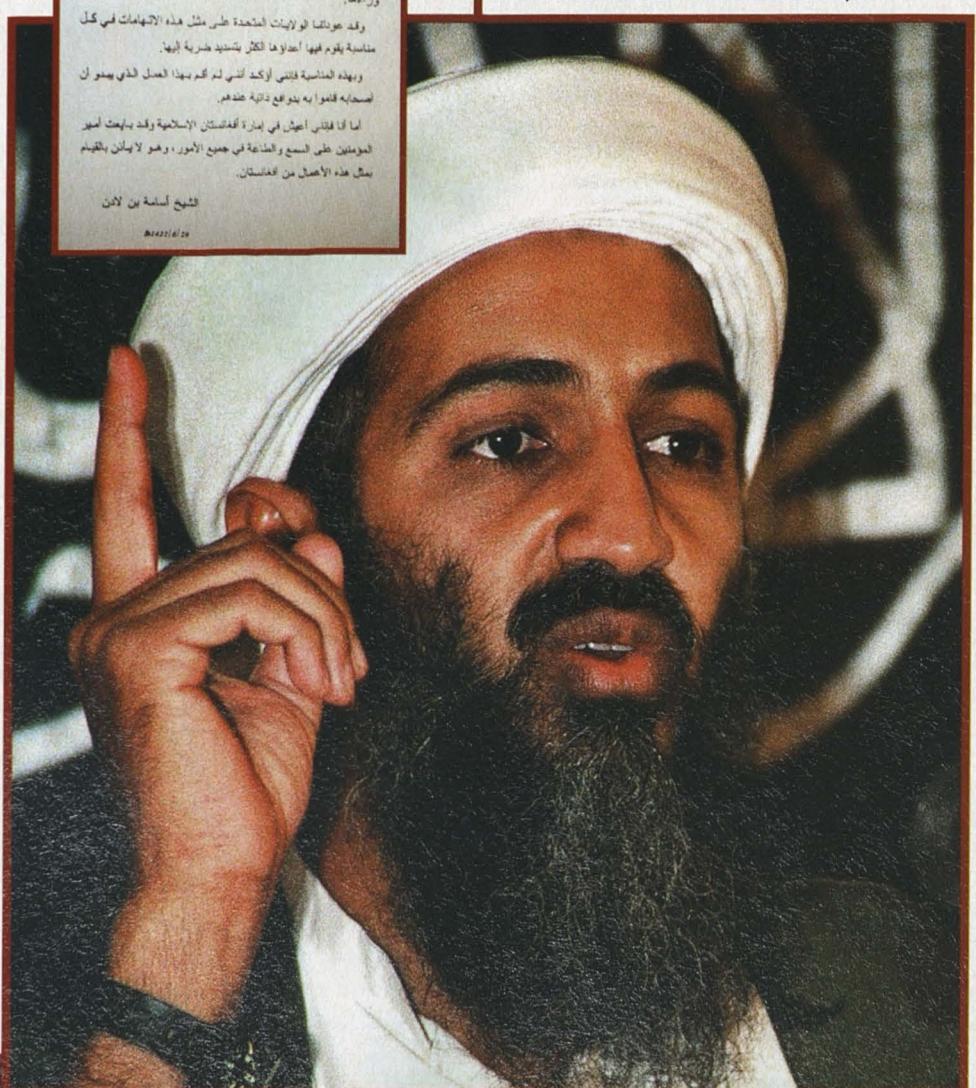
Alguns estrategistas acreditam que, diante do compromisso assumido de caçar Bin Laden vivo ou morto, Bush possa autorizar um ataque terrestre às suas bases no Afeganistão. Uma ofensiva semelhante à desencadeada por Woodrow Wilson ao enviar forças norte-americanas ao México, atrás de Pancho Villa, no início do século XX. O líder da revolução mexicana não foi capturado, como possivelmente não o será Bin Laden. O Afeganistão é um país de geografia montanhosa e há vastas regiões inacessíveis a não ser a cavalo, ou somente a pé. O milionário saudita, antes de sumir de suas bases, emitiu um comunicado, amplamente divulgado no mundo islâmico, onde nega a sua participação nos atentados.

Osama bin Laden e sua carta de 16/9: 'Os EUA apontam para mim, mas nada tenho com isso'



بيان صحفي
من الشيف أسامة بن لادن حول التهديدات في أمريكا
بعد التهديدات الأخيرة التي شهدها الولايات المتحدة الأمريكية
توجهت بعض أصابع الاتهام الأمريكية إليها وتهملت المسؤولية
وراءها.
وقد عودتنا الولايات المتحدة على مثل هذه الاتهامات في كل
 المناسبة يقوم بها أعداؤها لكن ينتهي هريرة إليها.
وبهذه المناسبة فإنني أؤكد أنني لم أكر بهذا العمل الذي يعنون
الصحابي المؤمن به بذوق ذاته خذفهم.
أما قاتلي الذين في إدارة أفغانستان الإسلامية وقد بارعهم
المؤمنين ظرف السمع والمشاعة في جميع الأمور، فهو لا يماثل بالقيمة
بمثل هذه الأفعال من الغافلتين.

O Afeganistão tem um histórico de resistência aos invasores e vive em guerra civil há mais de 20 anos. Os EUA estabeleceram um plano de ataque em várias frentes, a partir de países vizinhos, e pelo apoio à Aliança do Norte, grupo antitribal confinado no nordeste do país





lizador para os muçulmanos, que associam, com razão, essa luta à exigência de um Estado palestino independente. Por outro lado, os cidadãos dos países vizinhos de Israel sabem que não há solução para a instabilidade da região que não passe pela solução do problema palestino.

Problema político, não choque de civilizações

Outra questão a respeito da qual não podemos deixar de refletir é a afirmação de que estariamos diante de um choque de civilizações. Mesmo em caso de confirmar-se a responsabilidade de Osama bin Laden como mentor dos atentados (ver quadro), não é contra a civilização ocidental que se levantam os seus seguidores, mesmo os mais radicais. Aliás, o professor britânico Michael Cox, do Real Instituto de Relações Internacionais, de Londres, e especialista em política externa norte-americana, acredita (ver *O Globo*, 12/09/2001) que não deve ser descartada a possibilidade de autoria do atentado por parte de alguma organização extremista norte-americana ou, ao menos, de uma organização que tenha atuação dentro dos Estados Unidos.

Mas, voltando aos motivos que levam os fundamentalistas a organizarem grupos clandestinos: como vimos, a luta que eles travam é política, insurgindo-se contra o que consideram uma injustiça a ser reparada e que remonta ao fim da Segunda Guerra Mundial, com a proclamação do Estado de Israel em terras da Palestina. Eles têm perfeita noção de que, durante todo o período de pós-guerra, os Estados Unidos usaram Israel e os regimes árabes conservadores, como os da Arábia Saudita, para manter a hegemonia no Oriente Médio, sem se preocupar com a defesa de valores que hoje alegam ser os que os movem: a defesa da democracia, dos direitos humanos, da paz, etc. Na prática, a falta de liberdades na maioria dos países da região nunca impediu que os norte-americanos estabelecessem com eles uma forte aliança político-militar, que inclusive determinou a permanência no poder de regimes que não con-

Anexada de forma unilateral por Israel, que a proclamou capital do Estado judeu contra as resoluções da ONU, Jerusalém vem sendo descaracterizada pelos sucessivos governos israelenses, que já destruíram muitas mesquitas e a cada dia expropriam mais terras palestinas

SETEMBRO O mês da violência

Assim como o mês de agosto possui um significado emblemático na história política do Brasil (vide o suicídio de Getúlio Vargas, a renúncia de Jânio Quadros, etc.), setembro, depois dos recentes e devastadores ataques ocorridos no dia 11 em Nova Iorque e Washington, confirma sua tradição de mês associado à história de atos violentos.

Em setembro de 1970, o rei Hussein, da Jordânia, desencadeou uma violentíssima campanha militar para expulsar do seu país os militantes da Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Essa matança de palestinos, que ficou conhecida como Setembro Negro, teve seus antecedentes no fato de a Jordânia ter recebido grande massa de refugiados desde a criação do Estado de Israel e, fundamentalmente,

desde a ocupação da Cisjordânia por tropas israelenses.

O fortalecimento político e militar dos palestinos residentes no país – até hoje eles constituem as duas terceiras partes da população da Jordânia – foi percebido como uma ameaça pelo rei Hussein, que até então atuava como seu representante e porta-voz. Após sangrentos combates, custaram a vida a uns oito mil palestinos – a OLP foi expulsa da Jordânia e se estabeleceu no Líbano, onde permaneceu até 1982, data da invasão israelense.

Dois anos depois, em setembro de 1972, os Jogos Olímpicos de Munique foram abalados pela morte de onze integrantes da delegação israelense, que haviam sido sequestrados dentro da vila olímpica por militantes palestinos pertencentes a uma organização chamada Setembro Negro, justamente em homenagem aos palestinos que tombaram na Jordânia.

Em setembro de 2001, aconteceram os atentados de Nova Iorque e Washington. (Marco André Balloussier)

tam com apoio nas suas bases sociais. Essa aliança ficou nítida durante a Guerra do Golfo, quando a Arábia Saudita serviu de ponta de lança para os ataques contra o Iraque, apesar de haver no país simpatias não muito dissimuladas por Saddam Hussein. Há, pois, muitos elementos para entender por que as massas muçulmanas creditam na conta dos Estados Unidos (e também da

Grã-Bretanha) grande parte das desgraças que têm suportado por décadas.

Na África e na América Latina os sofrimentos com a política externa norte-americana não têm sido diferentes. As ditaduras que assolararam grande parte dos países latino-americanos nos anos 60 e 70, com seus milhares de mortos, desaparecidos, torturados, exilados, podem tam-

bém ser creditadas nas contas dos Estados Unidos, uma vez que não só Washington fechou os olhos diante de todos os atropelos cometidos, como armou e financiou direta ou indiretamente todas elas.

Na África, continente que é forçado a viver quase à margem no cenário mundial, o sentimento popular não é muito diferente. Lá o colonialismo inglês e francês partilham com os Estados Unidos a responsabilidade histórica pelo atraso da maioria das nações. Só para citar um exemplo, o drama de Angola, que desde a independência, em 1975, só viveu um ou dois anos em paz, é em grande medida responsabilidade da Casa Branca, que financiou e ajudou militarmente a União Nacional pela Independência Total de Angola (Unita), movimento terrorista pró-americanos chefiado por Jonas Savimbi.

Cenas de intransigência diplomática, como as que se viram na recente conferência das Nações Unidas de Durban (ver "Sutilezas contra o racismo", na página 60), que discutiu o racismo e visava a repensar o legado da escravatura não ajudam em nada a mudar essa percepção a respeito da atuação norte-americana.

Nesse momento tão crucial da história da Humanidade, quando poucos são os sinalistas otimistas, talvez estejamos, no entanto, diante de uma oportunidade histórica para o povo norte-americano. Se, em vez de se deixarem levar pela visão simplista e maniqueísta dos fatos que espalham o *establishment* e a mídia, se dispuserem a refletir sobre o ódio que se volta contra eles, os norte-americanos podem passar de coadjuvantes de seu governo a atores principais no desfecho da crise. Se, em vez de cederem à tentação de responderem aos terroristas com mais terror, procurarem agir orientados pela justiça, tudo pode ser diferente amanhã.

A mobilização contra a guerra do Vietnã mostrou que a opinião pública nos Estados Unidos é um elemento que os governantes não têm condições de ignorar. Assim, hoje a população norte-americana, mais do que ninguém no mundo, tem nas mãos a possibilidade de mudar o curso da História. ■

Entenda o

ISLÂ É A VERNACULIZAÇÃO DA PALAVRA ÁRABE ISLAM, que significa resignação, submissão (a Deus). Aqueles que obedecem a Alá, considerando-o o único e verdadeiro Deus, aceitando a fé do Islamismo, são chamados de muçulmanos (de *muslim*, "aquele que se submete", em árabe). O livro sagrado dos muçulmanos é o *Corão* (*Qur'an*) ou *Alcorão*, redigido em árabe, entre os anos 610 e 632. Ele contém a coletânea de tudo o que foi revelado por Alá a Maomé (Muhammad). Seus 114 capítulos ou suratas só foram reunidos, pela primeira vez, alguns anos depois da morte do profeta.

Maomé é considerado pelos muçulmanos o último de uma série de profetas

(na qual incluem Adão, Abraão, Moisés, Noé e Jesus) e à sua mensagem incorporou as revelações atribuídas aos outros mensageiros de Deus.

O islamismo surgiu no começo do século VII e rapidamente se difundiu entre as tribos árabes, unindo-as em torno da mesma fé. Em poucas décadas, os árabes conquistaram um império, cujo apogeu se deu no tempo dos califados omíada e abássida, mas que se dissolveu a partir do século X. Por impor aos seus adeptos, junto a preceitos teológicos, um código de direito e de moral, um sistema político-social e uma cultura — que sintetiza elementos semíticos, persas, greco-romanos e outros, manifestada atra-



ISLAMISMO

Com 1,3 bilhão de adeptos – um em cada seis habitantes do planeta –, a religião muçulmana é um sistema político-social e a fé que mais cresce no mundo

vés da língua árabe – o islamismo não pode ser considerado apenas uma doutrina religiosa. Nesse sentido, o Islã engloba três aspectos: religião, Estado e cultura.

Hoje, a religião muçulmana é a que mais cresce no mundo e tem cerca de 1,3 bilhão de adeptos. Concentra-se na Ásia e na África, mas tem seguidores na Europa, nas ex-repúblicas soviéticas, nos Estados Unidos e na América Latina, inclusive no Brasil. Em São Paulo há mais de um mi-

lhão de muçulmanos, e mais de cem mesquitas e salas de oração, segundo a Sociedade Beneficente Muçulmana.

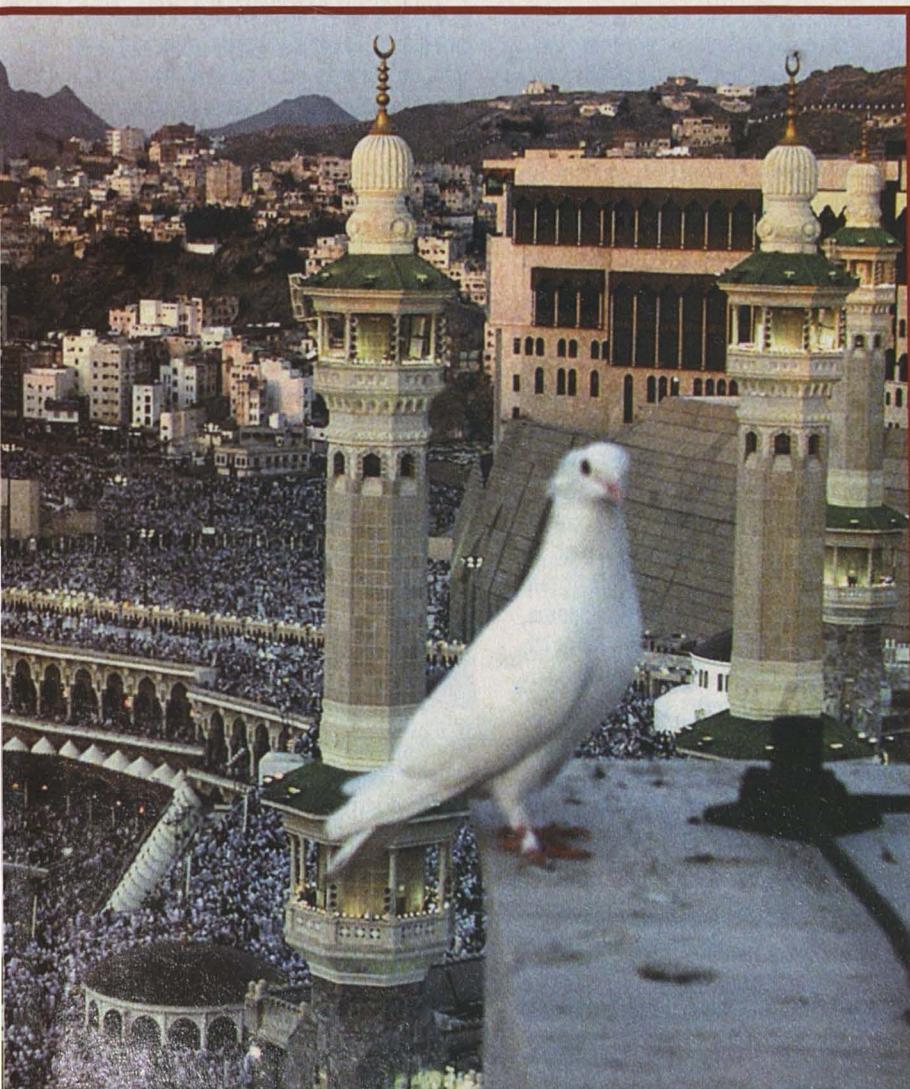
A civilização islâmica teve a sua origem na península arábica (situada entre a Ásia e a África). Habitada por diferentes povos semitas (árabes, hebreus, assírios, fenícios e aramaicos), organizados em tribos, a Arábia não tinha unidade política, estando dividida em clãs familiares. Mas os árabes tinham elementos comuns, como as crenças

religiosas – adoravam cerca de 360 divindades – e uma língua comum. A cidade de Meca era um importante centro religioso, principalmente pela importância que para eles tinha a Caaba (“Casa de Deus”), uma construção que abrigava a Pedra Negra – um pedaço de meteorito – que teria sido trazida do céu para Abraão pelo anjo Gabriel.

Foi em Meca, no clã dos hachemitas, que nasceu Maomé, por volta de 570. Órfão de pai e mãe, nos primeiros anos de vida ele sofreu a miséria e passou múltiplas necessidades. No ano de 595, em uma viagem com o primo Ali, dono de caravanas de camelos, conheceu a rica viúva Khadija, de 40 anos, com quem casou e viveu mais de vinte anos, até a morte dela, em 619. Khadija e Maomé tiveram pelo menos seis filhos – dois meninos, que morreram cedo, e quatro meninas, a mais conhecida das quais é Fátima, que casou com Ali, o primo de Maomé tido como seu sucessor pelo ramo xiita do islamismo.

Nessa fase, Maomé costumava refugiar-se em uma caverna, perto da cidade. É nessa caverna que, no ano de 610, escuta a voz do anjo Gabriel, apontando-o como o Profeta de Alá (rasul Allah). Desde então e até a sua morte, ele recebe “revelações” orais, que acredita serem diretamente enviadas por Deus.

Por volta de 613, Maomé começa a pregar e passa a conquistar adeptos. Fala na existência de um Deus único, Alá, criador do universo e que no final dos tempos



Ao menos uma vez na vida, os muçulmanos têm de fazer uma peregrinação a Meca, onde está a Caaba ('Casa de Deus'), uma construção que abriga a Pedra Negra – um pedaço de meteorito – que teria sido trazida do céu para Abraão pelo anjo Gabriel

Preceitos islâmicos

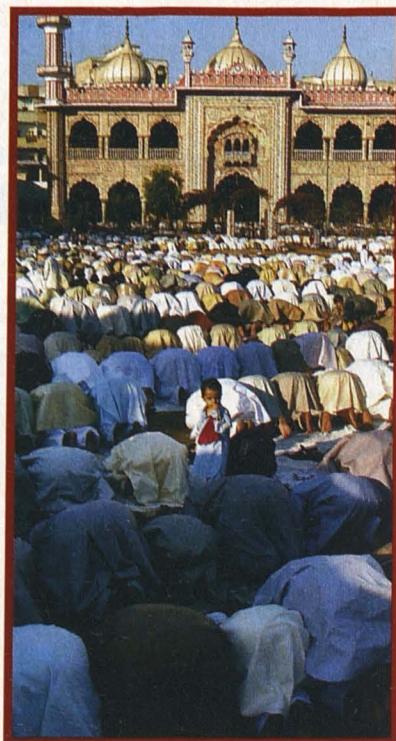
Com o Corão e a Suna se elaborou a Charia – lei islâmica – interpretada e codificada pelos ulemás. A Charia é o conceito religioso mais importante do islamismo. Significa “o caminho que conduz à luz”. É a fonte onde os muçulmanos encontram os princípios e ensinamentos que regulam toda sua existência.

A Charia envolve a crença ou a doutrina, assim como a prática ou a lei e inclui ainda o ritual religioso e a moral social. Lei sagrada, revelada por Alá, seus conceitos éticos não são fruto de especulações racionais, mas da intuição religiosa, que transmite à humanidade a vontade divina.

As cinco regras fundamentais

O islamismo prega a submissão total do homem à vontade de Alá, Deus único, Criador do Universo. Os princípios básicos do islamismo estão contidos em cinco regras fundamentais:

1. Creer em Alá, o Deus único, e em Maomé, o seu grande profeta.
2. Fazer cinco orações diárias em direção a Meca, berço do islamismo.
3. Pagar o tributo, zakat, que corresponde a 2,5% da renda anual do muçulmano, para caridade.
4. Jejuar no mês do Ramadã, época em que comer, beber e manter relações sexuais são atividades proibidas entre a alvorada e o anoitecer.
5. Fazer uma peregrinação a Meca, para aqueles que têm condições, pelo menos uma vez na vida. (Três milhões de muçulmanos, em média, fazem a peregrinação a Meca, a cada ano.)



Os muçulmanos precisam fazer cinco orações diárias voltadas para Meca

haverá de julgar os homens por suas boas e más ações. Insiste também no valor da prece e dos atos de caridade.

Embora a sua pregação fosse religiosa, Maomé passa a incomodar os ricos comerciantes de Meca com as suas críticas à vida suntuosa e fútil. Os omíadas perceberam que os novos ensinamentos representavam um ataque frontal contra o sistema encabeçado por eles.

A palavra de Maomé atraía sobretudo os descontentes com as desigualdades sociais, que tinham um consolo ao ouvir do profeta a certeza de uma vida melhor depois da morte, e a defesa da igualdade e da caridade e o repúdio à usura.

Maomé, perseguido, refugiou-se no deserto. Os membros de seu clã foram sujeitos a pressões e os seus adeptos, maltratados e torturados. Em 617 ou 619, segundo as fontes, no que ficou conhecido como “o ano do luto”, morrem Khadija e Abu Talib. No mesmo ano, um dos chefes omíadas, Umar ibn Khattab (Omar I), converte-se ao islamismo e Maomé recebe importante ajuda dos habitantes de Yathrib, cidade localizada ao norte de Meca.



A Hégira

As primeiras negociações entre Maomé e os habitantes de Yathrib culminaram com o Pacto de Ácaba (montanha próxima de Meca), pelo qual as tribos locais aceitam a fé muçulmana e reconhecem Maomé como líder religioso e militar. Inicia-se, então, a migração dos adeptos da nova religião, de Meca para Yathrib.

Maomé deixa Meca em 16 de julho de 622. É o começo da *hijrah* (hégira, em latim), que pode ser traduzida por emigração e que, anos mais tarde, por determinação do califa Umar ibn Khattab, passou a marcar o início do calendário muçulmano. O primeiro dia da Era Islâmica corresponde ao 16 de julho de 622, no nosso calendário.

Desta data em diante, o profeta se torna também um líder político e militar. Chega a Yathrib no dia 25 de setembro de 622 e a partir de então, a cidade passa a chamar-se *Al Medinat al-Nabi* (a cidade do profeta) ou Medina. Maomé lá permaneceu por dez anos procurando criar sentimentos de irmandade entre os habitantes de Medina e os emigrados de Meca. Estabelece assim a Constituição de Medina, um documento extremamente importante, negociado com os habitantes da cidade. A Constituição define uma confederação – segundo a tradição árabe – entre os habitantes de Medina e os emigrados de Meca. A Maomé não é outorgada nenhuma função em particular. De importância incontestável, esse documento chegou intacto até os nossos dias.

No começo de 630, Maomé volta a Meca com um exército de dez mil homens. Os chefes políticos se rendem sem combate. Em pouco tempo, os habitantes da cidade aceitam a nova religião.



Período de Meca

Mostrando grande visão política, Maomé perdoa seus inimigos e age com magnanimidade, sem cometer vinganças. Ele destrói os ídolos pagãos e proíbe a reprodução da forma humana. Mas, fora isso, procurou alterar o mínimo possível os rituais religiosos tradicionais, mantendo in-

A palavra de Maomé atraía sobretudo os descontentes com as desigualdades sociais, que tinham um consolo ao ouvir do profeta a defesa da igualdade e da caridade e o repúdio à usura

clusiva a peregrinação anual e o caráter sagrado da Caaba.

Suas conquistas militares e as alianças com tribos das diferentes regiões da Arábia influíram na expansão do Islã. Reformas sociais foram adotadas e o conceito de "guerra santa" (*jihad*) contra os não-muçulmanos (exceção feita ao "povo do Livro", cristãos e judeus, que tinham, também, livros sagrados, como o *Corão*) surgiram nos primeiros anos em Meca.

Com a derrota na batalha de Humain (ano 630) do xeque Hauazim, que tinha reunido 30 mil beduínos, o paganismo e a oposição ao profeta receberam um golpe final. A partir de então, constitui-se uma federação de tribos (*ummah*), embrião do Estado islâmico. O Islã começava a transformar-se em religião universal.

No dia 8 de junho de 632, Maomé falece sem deixar filhos homens nem estabelecer as regras da sucessão. Por isso, os primeiros califas (sucessores), Abu Bakr, Umar, Uthman e Ali, saíram de sua família. Abu Bakr era o sogro e Ali era o seu primo e genro. Foram eleitos califas através de um sistema de consulta aos notáveis da comunidade e seguida aclamação do povo. São por isso conhecidos como "os que seguiram o caminho certo" (*al-rashidun*). Mais tarde, haveria mudanças, quando é introduzido o sistema hereditário.

Na religião monoteísta que fundou, Maomé é apenas o profeta, sem o caráter de divindade que os cristãos atribuem a Jesus. Ainda ao contrário de Jesus, foi também governante temporal, acumulando funções de chefe de Estado e comandante militar com as puramente espirituais.

Maomé percebeu que os árabes só evitariam a mesma sorte de outros povos vizinhos – sujeitos ao domínio estrangeiro persa

ou bizantino –, se fosse possível pôr fim às dissensões e conflitos tribais e às superstições do paganismo. A mensagem religiosa e social fez dos árabes um povo unido e disciplinado, capaz de defender a sua pátria e de estender as suas fronteiras às mais longínquas regiões. Sua influência tem mudado radicalmente o destino político dos árabes.



O império islâmico

Nos primeiros anos de Maomé em Medina o Islã define o seu caráter de religião que une os aspectos espirituais e temporais, regulamentando não só a relação do indivíduo com Deus, mas também dos seres humanos entre si, do ponto de vista social. É por isso que até hoje existem, além das instituições islâmicas religiosas, leis e instituições de governo definidas pelo Islã.

A dualidade explica a rapidez do sucesso das primeiras gerações de muçulmanos, que se lançam à conquista dos impérios vizinhos. Menos de 20 anos após a morte do profeta – que tinha feito do Islã a base da unidade árabe – a federação de tribos já derrotara os impérios persa e bizantino, apoderando-se da Síria, da Mesopotâmia (atual Iraque), da Pérsia e do Egito. Tinham criado um império próprio, árabe e islâmico.

Esse império se fragmenta em 1258, quando a unidade árabe sofre com as divisões entre os xiitas e os sunitas. No século seguinte, os turcos conquistaram a Síria e a Ásia Menor. O século XII foi marcado pela guerra que Saladino moveu contra os reinos cristãos que os cruzados tinham fundado no litoral da Ásia Menor.

Em 1258, os mongóis destruíram Bagdá. Surgia outra potência, o império

ottomano (turco), cuja influência perduraria até a Primeira Guerra Mundial na maior parte do Oriente Médio. Embora o Império Islâmico tenha declinado como entidade teocrática, o Islã continuou a crescer como força religiosa.



Leis sociais

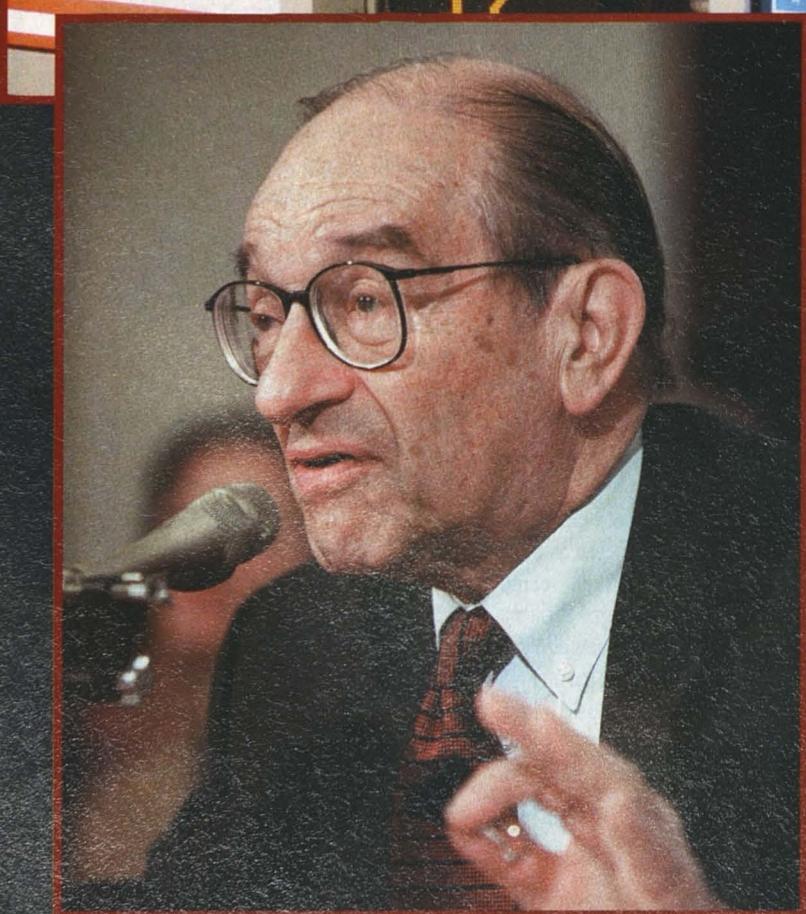
As reformas introduzidas pelo *Corão* pretendiam remediar os males da sociedade pré-islâmica, daí a proibição da usura e dos jogos de azar, por exemplo. Mas foram muito importantes as medidas tendentes à emancipação dos escravos e ao estabelecimento de regras morais severas e justas no que se refere ao matrimônio, à situação da mulher e às relações entre os sexos. O número de esposas permitido foi reduzido para quatro e as filhas passaram a receber a metade da herança concedida aos filhos homens. Essas reformas tiveram grande impacto na sociedade árabe, ajudando a superar muitas das injustiças da época anterior a Maomé.



Sunitas e xiitas

Nos séculos VIII e IX surgiram entre os sunitas diversas escolas jurídicas, que se distinguiam pela maior ou menor liberdade que conferiam aos ulemás na interpretação da lei. (O islamismo não tem hierarquia sacerdotal, uma vez que não admite intermediação entre o crente e Deus. Mas embora não possam celebrar ritos religiosos nem modificar os dogmas, os ulemás tiveram grande importância no passado, por interpretar a doutrina.) Os demais grupos são considerados heréticos pelos sunitas.

Já o grupo dos xiitas apoia a fé apenas no *Corão*. Afirma que a função de dirigir a comunidade deve caber a um imã (líder) escolhido entre os descendentes de Ali. Mas tal descendência foi interrompida há séculos pelo desaparecimento do último dos imãs e os xiitas aguardam até hoje a sua volta. Por exaltar o sofrimento e o martírio, o xiismo tem um conteúdo passional e messiânico que faz sucesso entre os mais desfavorecidos. (Beatriz Bissio)



A Bolsa de Valores de Nova Iorque reabriu, em 17 de setembro, com uma cerimônia em homenagem às vítimas dos atentados. Na foto, o presidente da Bolsa, William Johnston (D), a senadora Hillary Clinton, o prefeito Rudy Giuliani, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Paul O'Neill, o dirigente da Bolsa, Richard Grasso, a comandante dos fuzileiros, Rose-Ann Sgrignoli, e o senador Chuck Schumer. A desaceleração da economia norte-americana preocupa o presidente da Reserva Federal, o banco central dos Estados Unidos, Alan Greenspan, que baixou juros com o intuito de estimular os negócios.

Um pacote keynesiano de 10 bilhões de dólares, além do estímulo ao complexo industrial-militar pela guerra ao Afeganistão, está sendo acertado pela Casa Branca para movimentar a economia



As torres caem e a economia estremece

Depois dos ataques aos centros de poder, as incertezas se acentuaram, e a expectativa é de retração. Se a economia não responder às políticas monetária e fiscal, Bush poderá buscar a reativação pelo estímulo ao complexo industrial-militar, com a desculpa das ações punitivas mundo afora

Álvaro Queiroz

OS EFEITOS DOS ACONTECIMENTOS DO DIA 11 DE SETEMBRO em Nova Iorque e Washington sobre a economia norte-americana e a economia mundial começam a preocupar políticos e economistas de todos os países. O grande temor é que o desaquecimento nos Estados Unidos venha a se transformar em recessão, pois, muito antes do ataque aos símbolos dos poderes econômico e militar norte-americanos, os indicadores já apontavam para a piora da situação.

No segundo trimestre deste ano, a economia cresceu a um ritmo anual de 0,2% e não há sinais de recuperação no terceiro trimestre. O primeiro setor que sofreu sério revés é o das empresas aéreas, que, por isso mesmo, estão demitindo em massa e reduziu significativamente o número de vôos. Por certo, essas medidas terão repercussões diretas na indústria hoteleira e na indústria do turismo.

A produção industrial registrou queda de 0,8% em agosto, a 11ª consecutiva. No segmento de bens de consumo durável, o declínio foi de 1,2%. A taxa anualizada de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) tendia para zero, enquanto os lucros das empresas acusavam queda a-

centuada. O índice de desemprego conhecido na primeira semana de setembro foi de 4,9%. O volume anual de novas encomendas de produtos eletrônicos, por outra parte, reduziu-se a 32% em meio à retração do crédito direto ao consumidor e ao declínio de 15% nos investimentos privados, de acordo com dados estatísticos referentes ao segundo trimestre de 2001. Tudo isso acompanhado de baixas significativas no mercado de ações, o que tem contribuído adicionalmente para reduzir os gastos dos consumidores.

No começo de setembro, a expectativa era de recuperação da economia até o fim do ano como resultado das primeiras medidas fiscais e monetárias adotadas nos primeiros dias da administração de George W. Bush – corte de impostos, redução dos juros e a devolução de impostos no montante de 38 bilhões de dólares.

Como, até agora, a economia não deu sinais de reação a esses estímulos, o governo já analisa a conveniência de novos cortes tributários, a compressão de gastos governamentais com vista ao equilíbrio orçamentário, ou a diminuição dos impostos incidentes sobre ganhos de capital e nova baixa das taxas de juros. No dia 17 de setembro, o Banco Central dos Estados Unidos promoveu a oitava queda da taxa básica, de 3,5% para 3%.

Analistas econômicos norte-americanos emprestam pouco significado à expansão de 10% no consumo em agosto e à diminuição dos estoques como sinais de recuperação, por entenderem que o atual ciclo é comandado pelos investimentos, ao contrário da crise dos primeiros anos da década de 80 do século passado.

Os indicadores externos, por sua vez, mostram a persistência de um déficit em conta-corrente de 450 bilhões de dólares e um saldo comercial negativo de 400 bilhões até dezembro próximo, em consequência dos reflexos da crise dos Estados Unidos sobre as demais economias.

Depois dos ataques aos centros de poder em Nova Iorque e Washington, as incertezas se acentuaram, e a expectativa é de queda de despesas, a começar pelas viagens de turismo e pelas compras de bens de consumo durável.

Se a economia não der as respostas esperadas às medidas de políticas monetária e fiscal complementares, o governo recorrerá a outras providências, segundo adiantou o próprio Bush. É provável que o presidente e sua equipe estejam contemplando uma fase de recuperação através de maior dinamismo do complexo industrial-militar que vai além do programa Escudo Antimíssil. O clima de tensão internacional que se seguiu aos atos de terro-



Talvez os defensores da hegemonia do dólar estejam se esquecendo de que os países europeus, no seu conjunto, integram uma economia tão pujante quanto a dos Estados Unidos

rismo e a preparação da opinião pública do país para expedições punitivas contra o inimigo já escolhido, embora ainda ausentes as provas que a opinião internacional reclama, são suficientes para justificar uma economia de guerra. A história econômica dos Estados Unidos está pontilhada de episódios dessa natureza.

É oportuno recordar os ensaios para a busca de um inimigo por ocasião das bombas lançadas sobre o Iraque, o primeiro ato de política externa da Casa Branca, e a invasão do espaço aéreo da China, quando um avião espião da Força Aérea norte-americana chocou-se com um caça chinês e caiu na ilha Hainan. Os ultimatos do presidente Bush para a devolução do aparelho retido pelos chineses foram desenhados por Beijing. Naqueles atos, o novo presidente dos Estados Unidos já procurava um inimigo, ausente do cenário internacional depois da desintegração da União Soviética. É possível que já o tenha vislumbrado depois dos ataques do dia 11 de setembro. Falta, no entanto, a devida comprovação da culpa.

Ouro da Rússia e euro competirão com dólar

Além do perigo de uma recessão, os Estados Unidos terão pela frente um duplo desafio a ameaçar a hegemonia do dólar: o euro (moeda única da União Europeia) passará a existir fisicamente e entrará em circulação no começo do próximo ano; o ouro, por outra parte, vai lastrear o rublo depois de circular em forma de moeda para substituir o dólar em sua coexistência com a moeda nacional e fortalecer a poupança interna. A primeira fase é a da desdolarização, caminho que a Argentina não quer seguir,

uma vez que prefere perseverar na falsa estabilidade do peso.

As moedas dos países europeus que aderiram à União Monetária perderão a sua validade a partir de março de 2002 e vão abrir espaço para o euro. Assistiremos, sem demora, a uma competição entre o novo padrão monetário com trânsito internacional e o dólar? Economistas incrédulos, mas certamente receosos de que o euro venha a fortalecer-se e consolidar-se, respondem, com certo ar de desdém, em muitos casos com o uso da imagem segundo a qual só é forte quem se alimenta muito bem. Valem-se de algumas desvalorizações da moeda européia em sua curta história, para negar-lhe a possibilidade de fazer frente ao dólar, sob a alegação de que estariam ausentes alguns atributos indispensáveis ao desempenho desse papel na economia mundial, destacando exatamente a estabilidade indispensável à função de reserva de valor, para que possa vir a ser entesourada e obter a confiança dos investidores em mercados financeiros pujantes.

Talvez os defensores da hegemonia do dólar estejam se esquecendo de que os países europeus, no seu conjunto, integram uma economia tão pujante quanto a dos Estados Unidos. Suas contas externas são equilibradas e suas dívidas, inexpressivas, se comparadas às dos norte-americanos, que financiam os seus volumosos déficits com excessivos do Japão, de outros países asiáticos e de países europeus. Se, um dia, em derrapagens que o cenário atual sugere, lhes faltarem tais recursos, é de se prever que cobrirão os seus passivos com emissões anárquicas de sua própria moeda, como acontecia há quase 40 anos, o que valeu protestos enfáticos da França sob o governo do

Romano Prodi, presidente da comissão dirigente da União Europeia, dirigiu-se ao Parlamento Europeu, em Estrasburgo, uma semana antes dos atentados contra Nova Iorque e Washington. O dirigente europeu se disse muito preocupado com os rumos da crise do Oriente Médio, na qual os palestinos se viam sem saída e o diálogo urgente se via protelado pela ação de Bush. Israel manobra a crise como quer e a comunidade internacional se mostra inábil para encaminhar a solução adequada', advertiu Prodi. No campo econômico, a Comunidade Europeia intensifica a busca de caminhos próprios, que o euro tende a afirmar, confrontando a dominância do dólar. Abaixo, o presidente russo, Vladimir Putin, em reunião com líderes muçulmanos em Moscou, examina a perspectiva de guerra no Afeganistão, em 24 de setembro. Putin anunciou certo nível de colaboração com as forças norte-americanas. No aspecto econômico, a Rússia procura fortalecer sua independência econômica, através do ouro





presidente Charles De Gaulle. Os Estados Unidos são o único país no mundo que se endivida externamente na moeda que ele próprio emite.

Aliás, o império do dólar resultou de uma esperteza do governo norte-americano quando o economista inglês J. Maynard Keynes, em 1944, propôs o bankor como moeda do mundo, preocupado em afastar a hegemonia de qualquer moeda nacional nas relações comerciais entre as nações. A proposta de Keynes era a criação de uma União Internacional de Compensação (UIC), baseada numa moeda de conta internacional denominada bankor. Os países manteriam contas abertas na UIC, e os saldos dos balanços de pagamentos seriam liquidados depois dos lançamentos de débitos e créditos nos livros de escrituração da UIC. Os ingleses cederam diante da oposição dos Estados Unidos, e a moeda norte-americana, lastreada em ouro, fortaleceu-se como preferida na intermediação das trocas internacionais e no papel de reserva cambial. Essa opção, no Acordo Bretton Woods, foi um dos sinais da hegemonia política e econômica dos Estados Unidos

num mundo que renascia com aspiração a uma paz permanente.

O segundo ato de esperteza foi encenado no começo dos anos 70 do século XX, quando o dólar, enfraquecido, acabou por ser desvalorizado, tamanhas foram as pressões externas. E em 1971, o governo americano declarou inconvencível a sua moeda em ouro. Ao romper o Bretton Woods, os Estados Unidos aplicaram o golpe da flutuação, impondo-a a todo o mundo até mesmo como lastro de outras moedas. O padrão-dólar até hoje reina na economia mundial; é o papel pintado no lugar do ouro, graças ao poder econômico e militar dos norte-americanos. É em troca desse papel pintado que muitos governos, inclusive o brasileiro, entregam os ativos reais às empresas transnacionais.

O euro, claro, tenderá a fortalecer-se na medida em que a União Monetária Européia garantir segurança e eficiência às grandes empresas do bloco e aos capitais de outras partes do mundo. Isto não está longe de acontecer e no futuro obrigará os Estados Unidos a serem mais cuidadosos no seu endividamento, a pouparem mais e a se preocuparem com o equilíbrio do seu comércio externo. É incorreta a percepção de que, hoje, o simples poderio militar é suficiente para garantir o poder de uma moeda.

No momento, em meio à crise econômica que ameaça a estabilidade da economia norte-americana, intensificam-se as pressões de importantes segmentos da indústria no sentido da desvalorização do dólar, para muitos sobrevalorizado.

O segundo desafio vem da Rússia: o governo Putin está preparando o lançamento dos novos chervontsi, moedas de ouro que eram usadas nos anos 20 do século passado para as transações externas. Os russos pretendem proteger a sua poupança doméstica através das novas moedas, como alternativa ao dólar que, hoje, circula no país, juntamente com o rublo, e insinuam assim a importância de um padrão internacional baseado no ouro e não mais em uma moeda controlada pelas autoridades norte-americanas. ■





União Européia resiste às pressões de Washington

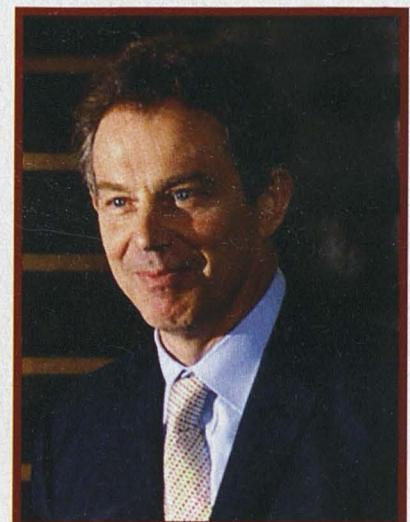
A comunidade teme envolver-se num conflito que agravaría o confronto mundial entre a minoria rica e a maioria pobre

Edouard Bailby

ATRAGÉDIA DE NOVA Iorque, em 11 de setembro, trouxe como consequência o apoio unânime dos 15 países da União Européia (UE) ao povo norte-americano e a reafirmação de sua aliança privilegiada com os Estados Unidos na luta contra o terrorismo internacional. Porém, apareceram rapidamente as divergências com o presidente George W. Bush. Quando o chefe da Casa Branca falou num tom místico-guerreiro em "cruzada das forças do Bem contra as forças do Mal", os europeus ficaram preocupados. Nicole Fontaine, presidente do Parlamento Europeu, com sede em Estrasburgo, declarou logo: "De que adiantaria matar inocentes para vingar inocentes? (...) O dia em que for decidida uma resposta, os Estados Unidos terão de nos consultar. É do interesse deles, se quiserem conservar a nossa solidariedade." Em 15 de setembro, Alain Madelin, candidato da direita liberal à eleição presidencial de 2002 na França, resumiu o pensamento geral numa entrevista ao diário *Le Parisien*. Disse: "As coisas têm de ficar bem claras. Trata-se de responder a atos de guerra, e não de desencadear uma guerra, uma guerra do Norte contra o Sul, dos países ricos contra os países pobres, uma guerra das religiões ou uma guerra das civilizações. Seria absurdo!" O próprio Tony Blair, primeiro-ministro do Reino Unido, o aliado mais fiel dos Estados Unidos, teve de esclare-

cer que o seu país não daria um "cheque em branco" ao presidente Bush.

A Europa conheceu no século passado duas guerras mundiais que deixaram dezenas de milhões de mortos e centenas de cidades arrasadas. Os Estados Unidos tiveram uma participação decisiva na derrocada do nazismo, com a ajuda dos seus aliados, inclusive a União Soviética. Ninguém esquece, no entanto, que para vencer o Japão, em agosto de 1945, eles não vacilaram em jogar bombas atômicas que aniquilaram as cidades de Hiroshima (140 mil civis mortos) e Nagasaki (70 mil). O medo de uma intervenção militar louca está, portanto, em todos os espíritos. Não é para menos. Ao invocar o nome de Deus em seus discursos, pedindo que abençoe "a América" nestas horas dramáticas, os povos da UE não podem deixar de sentir um calafrio. Para evitar conflitos de religião, na hora do lançamento da moeda única, Bruxelas pediu ao Vaticano que não gravasse, como pretendia, o rosto do papa João Paulo II numa das faces do euro. Ninguém duvida da necessidade de mobilizar as forças necessárias contra os fanáticos do terrorismo que podem agir em qualquer país. Ao mesmo tempo, a opinião pública européia fica perplexa quando os dirigentes norte-americanos afirmam que os Estados Unidos continuarião sendo "a melhor e a mais poderosa nação do mundo". Porque a melhor, se países com longas tradições democráticas, como o Reino Unido, a França, a Bélgica, os Países Baixos, a Escandinávia e outros



mais, não têm lições para receber de Washington? É corriqueira na imprensa a expressão "violência americana" em referência a indivíduos isolados que ultimamente têm assassinado, sem razões aparentes, adultos ou crianças em supermercados, escolas e bancos. A nação mais poderosa? Este é o problema maior. Porque não têm uma superpotência à sua frente para acalmar as suas veleidades imperialistas, os Estados Unidos praticam o unilateralismo. O Pentágono não vê com bons olhos a criação de uma força européia de defesa. John Hulsman, um dos peritos da Heritage Foundation, uma das organizações mais retrógradas dos Estados Unidos, que conseguiu formar uma equipe de conselheiros em torno do presidente Bush, confessou em dezembro do ano



Acima, Nicole Fontaine, presidente do Parlamento Europeu, aconselhou a não-retaliação, uma posição seguida pelas lideranças europeias, exceto pelo premiê inglês Tony Blair (E), desde o primeiro momento um cruzado de Bush, seguindo uma linha de identificação com os interesses norte-americanos que se acentua desde o período de Margaret Thatcher. À direita, a mãe leva a criança e a flor, numa das passeatas de cidadãos ingleses contra a guerra, em 22 de setembro. Abaixo, o papa João Paulo II, no Casquistão, exorta os americanos a evitar a guerra contra o Afeganistão



passado que estava preocupado. Afirmou: "A criação de uma força europeia de reação rápida enfraqueceria os laços transatlânticos." Foi a Heritage Foundation que no inicio dos anos 80 liderou uma campanha contra Amadou Mahtar M'Bow, então diretor-geral do Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência (Unesco), conseguindo que os Estados Unidos se retirasse da organização internacional. Até hoje não voltaram assim como deixaram de pagar a sua contribuição financeira à ONU.



Segredos entre aliados

Uma das críticas da União Europeia aos Estados Unidos é a sua falta de cooperação na coleta de informações. Durante as guerras do Golfo e dos países balcânicos, vários generais se queixaram de que o Pentágono deixou de transmitir a seus aliados dados importantes colhidos graças aos seus satélites militares, dificultando a execução de certas operações terrestres. Quando uma delegação do Parlamento Europeu foi a Washington para pedir esclarecimentos sobre a rede mundial de espionagem Echelon, de caráter sobretudo econômico, a Central de Inteligência Norte-Americana (CIA) e o Birô Federal de Investigação (FBI) negaram-se a fornecer explicações. Até hoje os debates continuam sobre esse atentado à soberania dos Estados. No documento que acaba de ser distribuído aos parlamentares, o relator alemão Gerhard Schmid sublinhou que "as empresas europeias devem proteger-se, pois o risco de espionagem é altíssimo". De que maneira? Antigo diretor dos assuntos europeus no Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos, Phil H. Gordon, escreveu no diário *Le Monde*, em 14 de setembro: "Os europeus que pedem aos Estados Unidos o desmantelamento de sua rede de estações de escuta – o famoso 'Echelon' – terão de agora em diante mais dificuldade ainda em convencê-los." Por aí se vê que a Casa Branca não confia em seus aliados europeus. Querem agir sóz,

sem pedir satisfação a ninguém, para proteger os seus próprios interesses.

Seria errôneo pensar que as divergências entre europeus e norte-americanos opõem apenas as esquerdas, de um lado, ao governo dos Estados Unidos, do outro. Por ocasião da reunião dos sete países ricos do mundo mais a Rússia, o G-8, em Gênova, dois líderes conservadores, um norte-americano e outro europeu fizeram uma análise diferente da mobilização popular contra a globalização. Taxativo, o presidente Bush declarou que os adversários da mundialização lutavam na realidade contra os pobres e os países em desenvolvimento. O presidente Jacques Chirac, por sua vez, retrucou que os governos dos países industrializados tinham de levar em consideração as legítimas preocupações populares. São duas posições distintas.

Vale lembrar a sondagem publicada pelo *International Herald Tribune* em 16 de agosto, três semanas, portanto, antes dos atentados. Segundo o diário norte-



O chanceler alemão Gerhard Schröder, bem como o presidente francês Jacques Chirac, apressaram-se em apresentar condolências ao povo norte-americano, mas mostraram-se prudentes quanto ao lançamento de uma guerra contra o Afeganistão. A opinião pública de seus países condena a retaliação e já condenara antes dos atentados a agressividade da política externa do governo de George W. Bush. Abaixo, marcha de paz em Berlim



“A América não mudou realmente. No fundo nunca foi multilateral no sentido europeu, nunca cedeu espaços significativos da sua soberania”

Phil H. Gordon

americano, 65% dos alemães, 59% dos franceses, 49% dos britânicos e 46% dos italianos desaprovam a política externa de Bush. As três principais críticas são, na ordem, a não-ratificação do Protocolo de Quioto, a construção do escudo antimíssil e o apoio do chefe da Casa Branca à pena de morte. No primeiro caso, 83% dos alemães, 75% dos franceses, 66% dos britânicos e 65% dos italianos condenaram claramente a atitude norte-americana. O *International Herald Tribune* chegou à conclusão de que no conjunto três europeus em quatro consideram que Bush fundamenta as suas decisões “inteiramente nos interesses americanos”, sem se preocupar com o que pensa o resto do mundo.



Política autoritária

“A América não mudou realmente. No fundo nunca foi multilateral no sentido europeu, nunca cedeu espaços significativos da sua soberania” escreveu em *Le Monde*, poucos dias antes dos atentados, Phil H. Gordon, antigo diretor dos assuntos europeus no Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos, num artigo assinado com o historiador Justin Vaïsse.

Na época de Bill Clinton, vários acordos, inclusive sobre as minas antipessoais, foram rejeitados pelos Estados Unidos. Um dos argumentos foi a necessidade de proteger a fronteira da Coreia do Sul com a Coreia do Norte. Com o presidente George W. Bush o unilateralismo tomou novas proporções, revelando o seu caráter autoritário. Consternados, líderes políticos e empresários dos 15 países da União Europeia não escondem mais a sua irritação frente a essa vontade hegemônica. Quantos tratados não foram denunciados unilateralmente ou relegados ao segundo plano

por Washington nos últimos anos? Vejamos alguns: o tratado ABM (1972) sobre os antimísseis balísticos; o tratado de proibição total das provas nucleares (Tice); o tratado sobre as armas leves; o protocolo sobre as armas biológicas; o Tribunal Penal Internacional; o Protocolo de Quioto sobre o aquecimento climático, e as iniciativas da Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE) contra os paraísos fiscais e a lavagem do dinheiro sujo. Sempre o presidente Bush, pressionado pelo complexo industrial-militar, justifica a sua decisão alegando que qualquer inspeção internacional prejudicaria a economia e os interesses vitais de seu país. No caso do Protocolo de Quioto, chegou a declarar em março passado que a redução de emissões de dióxido de carbono causaria desemprego e recessão nos Estados Unidos. O Parlamento Europeu ficou ainda mais escandalizado porque os norte-americanos contribuem com 25% para a poluição atmosférica no mundo.



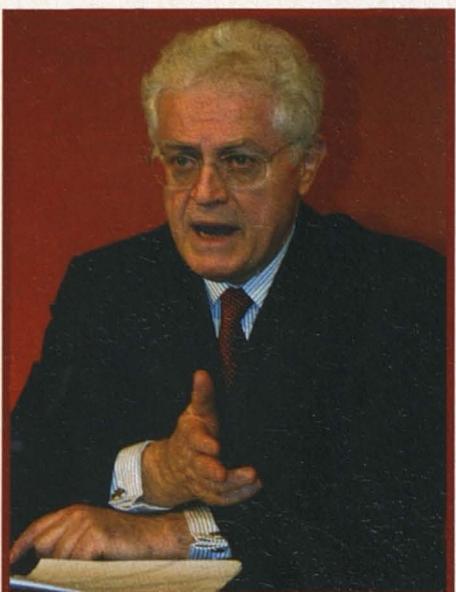
Ajuda disfarçada

Outro ponto de divergência entre a União Europeia e os Estados Unidos diz respeito à ajuda disfarçada às exportações. No início de setembro, o comissário europeu para o comércio, Pascal Lamy, mandou uma carta a seu colega norte-americano Stuart Eizenstat advertindo que a UE estava disposta a apelar para a Organização Mundial do Comércio (OMC), se Washington não fizesse esforço para eliminar os presentes fiscais que o governo dá às empresas exportadoras. Para a UE, o projeto de lei apresentado no Congresso com o objetivo de modificar, a pedido da OMC, a legislação em vigor, é uma manobra sem nenhum alcance positivo.



"A Europa é muito mais do que um mercado. A Europa se nega a dissociar a prosperidade econômica do progresso social"

Lionel Jospin



Jospin defende relações internacionais mais equilibradas, que incorporem visão social

De que se trata? Desde os anos 70, o regime das Foreign Sales Corporation (FSC), destinado a favorecer as vendas no exterior, reduz os encargos fiscais das empresas exportadoras. Geralmente sediadas em paraísos fiscais (95% têm a sua sede em Barbados ou nas Ilhas Virgens), as filiais fantasmas são utilizadas para realizar de modo fictício operações para a exportação. A União Européia calculou em quatro bilhões de dólares o total dessas subvenções disfarçadas em 1999, ou seja, um quarto das exportações norte-americanas. Além da indústria aeronáutica, que foi inicialmente favorecida, hoje essas práticas abrangem um campo muito amplo de atividades industriais: Kodak, General Motors, Caterpillar, Chrysler, Boeing, ExxonMobil etc. Grande parte das exportações de grãos e soja passam também por esse canal. Desde 1997, as sociedades

de softwares informáticos também podem tirar benefício das FSC. A OMC não esconde mais as suas reticências às práticas norte-americanas em matéria de exportação. Nos primeiros dias de setembro, ela acusou claramente os Estados Unidos de protecionismo e pediu que modifcassem a sua lei anti-dumping em vigor desde 1916. Essa lei visa a proteger as indústrias norte-americanas, vítimas, segundo Washington, da concorrência desleal de produtos importados por firmas estrangeiras a preços inferiores a seus custos de produção. No ano passado, os Estados Unidos utilizaram esse texto para multiplicar por dois os direitos de alfândega aplicados às importações de aço procedentes do Brasil.



O futuro da Europa

Em outubro de 2000, Felix Rohatyn, embaixador dos Estados Unidos na França, declarou, ao deixar o cargo: "Estou observando que quanto mais a Europa se reforça, mais a concorrência se torna dura entre nós. Muitas vezes trata-se de assuntos políticos". A UE ainda não é uma potência política. Mas, falando aos estudantes franceses, em maio de 2001, o *primeiro* Lionel Jospin afirmou: "A Europa é muito mais do que um mercado. Existe uma arte de viver à maneira europeia, uma maneira própria de agir, defender as liberdades, lutar contra as desigualdades e as discriminações, de pensar e organizar as relações de trabalho." E completou: "A Europa se nega a dissociar a prosperidade econômica do progresso social."

Com a entrada em vigor da moeda única, em 1º de janeiro de 2002, 12 dos 15 países da UE darão um passo enorme para resistir melhor à hegemonia dos Estados Unidos e consolidar a sua economia.

Mas falta muito ainda para que haja uma verdadeira estrutura política. Neste particular, há divergências entre a França e a Alemanha, os dois pilares da construção européia, sobre o tipo de federação que será construído. O problema é mais complexo ainda com a ampliação prevista da UE aos países do Leste, aumentando o número dos seus membros para 27 ou 30.

Mesmo que todos concordem com essa perspectiva, muitos temem que a Europa inteira acabe sendo uma Zona de Livre Comércio igual à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), sem poder eficiente para contrabalançar o poder hegemônico de Washington. Fortalecer primeiro a atual UE dentro de uma estrutura política ou fazer do velho continente na sua totalidade apenas uma região de intercâmbios? Apoiados pela Grã-Bretanha, que continua fora da zona euro, os Estados Unidos preferem a segunda alternativa. Michel Friedman, teórico do neoliberalismo, fez críticas severas à moeda única afirmando que a União Européia escolheu o mau caminho e que os britânicos fazem muito bem em guardar a libra esterlina. Na certa, Bush não pensa de outra maneira, temeroso de que os europeus diminuem a influência dos Estados Unidos no mundo.

A União Européia é um conjunto de 15 países democráticos que têm uma visão diferente do futuro. Na França, três milhões de muçulmanos (argelinos, marroquinos e tunisianos principalmente) representam a segunda comunidade religiosa do país, depois dos católicos. Na Alemanha, 1,8 milhão de muçulmanos, em sua maioria turcos, albaneses e kosovares, também têm uma vida ativa no país que os acolheu. Na Grã-Bretanha, cerca de dois milhões de muçulmanos, procedentes do Oriente Médio e do continente asiático, tampouco podem ser considerados inimigos potenciais. Nos últimos 50 anos, o fenômeno da mesquitagem, inclusive com a chegada de centenas de milhares de africanos e asiáticos, tem dado uma nova coloração à sociedade europeia. Por que os Estados Unidos têm de ser o único modelo?

Brasil: o temor da guerra

População se pronuncia contra envolvimento em ações militares e pede paz

CONSULTADOS PELO INSTITUTO Census sobre os atentados terroristas nos Estados Unidos e suas consequências políticas e militares para o Brasil, 79,1% dos brasileiros responderam que os mesmos podem nos envolver na guerra. Esse temor se espalha pelo país inteiro. Por isso mesmo, a população acompanha com maior interesse toda informação que a respeito emana da Presidência da República e do Congresso Nacional.

As posições iniciais do presidente Fernando Henrique e de líderes congressistas fortaleceram a convicção de que o nosso país apoiará decididamente o esforço internacional liderado pelos Estados Unidos na luta contra o terrorismo, mas sem envolver o Brasil em atitudes precipitadas ou iniciativas militares internacionalmente condenadas.



Reforçar a ONU

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, sob a presidência do deputado Hélio Costa, vem debatendo exaustivamente a situação. O próprio presidente convocou à Comissão autoridades militares e especialistas civis nos temas internacionais, para debater sobre a segurança e seu verdadeiro significado atual. Moções a respeito foram apresentadas e aprovadas. Uma delas, do deputado baiano Cláudio Cajado, no sentido de que "se desenvolva nos nossos Serviços de Inteligência, mais especificamente no Departamento de Inteligência Estratégica, o esforço de identificar e descobrir os autores dos atentados terroristas praticados contra os Estados Unidos."

O deputado Neiva Moreira considerou necessárias algumas precisões e apresentou emenda à proposição, também aprovada, acrescentando à sua frase final as



Várias manifestações contra o terror e a violência da retaliação aconteceram no Brasil. No Rio, passeata na Saara, área comercial onde convivem árabes e judeus, realçou a importância da confraternização intercultural para se manter a paz

seguintes palavras: "(...) no quadro de uma política externa independente e nos termos da Constituição brasileira".

Outra proposição, do deputado Milton Temer, requer o retorno à posição inicial brasileira de dar prioridade ao foro das Nações Unidas para as decisões das medidas sobre o terrorismo, pela "introdução da racionalidade e na busca de soluções corretas e fundadas em provas contra os crimes cometidos a cidadãos indefesos." E defende "uma posição firme, na busca à punição dos responsáveis pelo atentado, mas que não nos submeta à posição de avalizar – nos termos do Acordo do Rio de Janeiro – quaisquer decisões que venham a ser tomadas pelo governo norte-americano, no clima de justa indignação que atinge sua população".

O próprio presidente da Comissão apresentou moção, também aprovada, em que se exige o retorno da discussão do problema à ONU. O deputado Hélio Costa afirma nesse documento: "Pelos noticiários dos jornais fomos informados que setores de governo, ao encaminhar iniciativas de ação política, intentam trazer o tema em questão pa-

ra foro que não a ONU, o que consideramos um retrocesso. Diante desse novo cenário, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados manifesta-se ao governo brasileiro, no sentido de retornar à sua posição inicial. Uma posição firme, na busca da punição dos responsáveis pelo atentado, mas que não nos submeta à posição de avalizar – nos termos do Acordo do Rio de Janeiro – quaisquer decisões que venham a ser tomadas pelo governo norte-americano, no clima de justa indignação que atinge sua população."

Duas posições do Planalto aumentaram as preocupações do povo sobre os riscos do nosso envolvimento numa possível guerra. A primeira foi a invocação do Tratado Intermericano de Assistência Recíproca (Tiar), fruto da Guerra Fria e que pode atrelar o país aos interesses geoestratégicos dos Estados Unidos. A segunda, a permissão de instalação, em São Paulo, de agência antiterrorista do governo norte-americano, o que pode atingir brasileiros inocentes, em meio a essa onda histérica contra islâmicos e árabes em geral. ■

Conferência de Durban termina com pronunciamento morno, devido aos grandes impasses que provocaram a retirada dos Estados Unidos e de Israel

Sutilezas contra o racismo

AS EXPECTATIVAS SOBRE A III CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O RACISMO, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata frustraram-se, em grande parte, devido aos posicionamentos das nações que, historicamente, mais se envolveram com práticas racistas. No encontro de Durban, na África do Sul, os países participantes só conseguiram chegar a um acordo muito do aquém do esperado pelos países do Terceiro Mundo, e o documento final avançou muito pouco no combate ao racismo.

O encontro foi marcado por uma grande preocupação, principalmente dos governos dos países desenvolvidos, em não tomar posições firmes sobre conflitos políticos e injustiças históricas contra populações inteiras.



Mesmo antes da abertura da conferência, os Estados Unidos já haviam demonstrado que não pretendiam dar-lhe maior valor, enviando uma delegação formada apenas por funcionários do segundo escalão. A inclusão de dois pontos de pauta na reunião também gerou polêmicas antecipadas: a questão do sionismo como forma de racismo e a discussão sobre a escravidão, sua classificação como crime contra a humanidade e a definição de possíveis indenizações.

Os impasses

Um acordo na véspera permitiu a permanência dos dois pontos na pauta e garantiu a participação de todos os países. O grupo de países desenvolvidos ocidentais aceitou manter na agenda as possíveis compensações pelos fatos do passado, co-

mo a escravidão e o colonialismo. Mas impuseram uma ressalva, explicitando que aquilo não implicava aceitação de qualquer forma de reparação. Os Estados Unidos e Israel decidiram participar, mas declarando o objetivo de "barrar a linha utilizada nos documentos preliminares" que, segundo eles, seria anti-semita.

A aparente boa vontade não durou muito: três dias após o início, norte-americanos e israelenses abandonaram a conferência, protestando contra o fato de Israel ter sido acusado de práticas racistas contra os árabes, nos documentos iniciais. O argumento, apresentado por organizações não-governamentais, classificava Israel como "Estado racista", e falava abertamente de prática de genocídio contra os palestinos. Os representantes israelenses alegaram anti-semitismo e defenderam-se, lembrando das perseguições nazistas

contra os judeus na Segunda Guerra Mundial. "Israel sofreu holocausto durante a guerra e agora a Palestina também está sofrendo, com execuções, confisco de terras e toque de recolher", replicou o representante do Líbano, Zouheir Hamdan. Os países árabes, de um modo geral, foram duros nas acusações contra ocupações e extermínios promovidos pelo governo israelense nos territórios palestinos ocupados.

O presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, classificou a retirada da delegação dos Estados Unidos como "um erro ainda maior do que ter mandado uma delegação de baixo nível para a conferência". O país iniciou uma operação para tentar salvar a conferência, ameaçada pela retirada de outras delegações, como Canadá, Austrália e Grã-Bretanha. Representantes da sociedade civil também protestaram contra a decisão, com cartazes como "Vergonha para o governo norte-americano" e "Cidadãos reivindicam a participação dos Estados Unidos na conferência".

Índios e homossexuais

Antes da grande crise, a conferência encarou uma série de manifestações de grupos questionando os rumos dos debates. Militantes de grupos homossexuais fizeram diversos protestos contra a exclusão da segregação sexual no documento final, motivada por pressões do Vaticano e dos países muçulmanos.

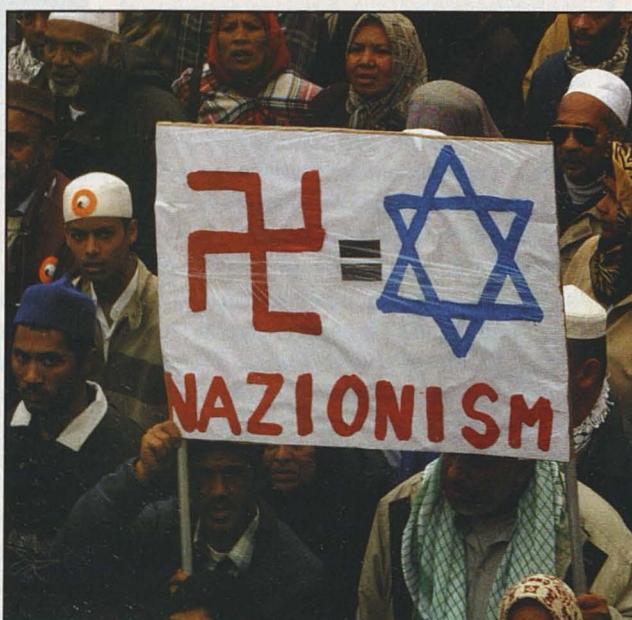
As resoluções sobre os direitos indígenas também geraram grandes frustrações. A declaração final da reunião adota o termo "povos indígenas", atendendo a suas reivindicações, no entanto determina que este termo "não seja interpretado como tendo qualquer ligação com o direito internacional".

Blanca Chancoso, representante da Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador, considerou essa decisão como uma "reafirmação do racismo, mas agora em termos institucionais, porque isso significa que haja povos de primeira e povos de segunda categoria".



Fotos: AFP

A delegação brasileira lembra, acima, a figura de Zumbi dos Palmares, em protesto diante do centro da conferência, em Durban. Ao lado, muçulmanos desfilam em protesto contra ação israelense nos territórios palestinos, no tema que se tornou o ponto de destaque e confronto da conferência mundial. Abaixo, integrantes de diversas ONGs se manifestam em favor de reparações para as populações atingidas pelo racismo ou por discriminações de outras naturezas, como as religiosas e sexuais



Os principais pontos do acordo de Durban

Em seu documento final, a conferência reconheceu que a escravidão e o tráfico de escravos são crimes contra a humanidade e deveriam ter sido sempre entendidos dessa forma, pois representam atitudes de racismo e discriminação.

O documento considerou ainda que o colonialismo levou ao racismo e foi responsável por incontáveis sofrimentos às sociedades da América Latina, África e Ásia.

Todos os participantes reconheceram também que o apartheid e o genocídio são crimes contra a humanidade. A conferência assinalou que alguns membros da comunidade internacional tomaram a iniciativa de se arrepender, expressar remorso ou apresentar desculpas pelos erros do passado, e aconselhou, aos que ainda não contribuíram para resgatar a dignidade das vítimas, que encontram caminhos apropriados para fazê-lo.

A conferência reconheceu, ainda, que as injustiças históricas contribuíram inegavelmente para a pobreza e o subdesenvolvimento atual da maioria das nações. Por isso, recomendou a criação de mecanismos internacionais capazes de ajudar tais nações. Apontou algumas iniciativas apropriadas: alívio das dívidas, erradicação da pobreza, transferência de tecnologia, investimentos em saúde e no combate à AIDS e restituição de objetos de arte e históricos retirados pelos colonialistas.

Sobre o Oriente Médio, o documento final estabeleceu que a eliminação de judeus pelos nazistas alemães nunca deve ser esquecido, ao mesmo tempo em que recomendou que o mundo reconheça a necessidade de conter o anti-semitismo, o antiarabismo e a islamofobia. A conferência igualmente mostrou preocupação com as dificuldades dos árabes nos territórios ocupados, reconhecendo o direito inalienável dos palestinos à autodeterminação e ao estabelecimento de um Estado independente, além de reconhecer o direito à segurança de todos os Estados da região, inclusive de Israel.



O arcebispo anglicano sul-africano Desmond Tutu, um dos nomes que se destacaram na luta contra o regime racista branco, criticou os Estados Unidos por abandonarem a conferência em solidariedade a Israel e contra os debates sobre a questão palestina

Os países europeus apresentaram uma proposta de texto final sem reconhecer os crimes passados como crimes contra a humanidade. O texto foi uma resposta à insistência do grupo africano em classificar desta forma o colonialismo e a escravidão. Na proposta européia, apenas a escravidão atual seria considerada crime contra a humanidade. O prefeito de Londres, Ken Livingstone, divulgou uma nota contrária às posições intransigentes dos governantes da União Europeia: “O tráfico de escravos se constituiu em um crime contra a humanidade e o governo do Reino Unido deveria se unir a outros países e pedir perdão”, afirmou Livingstone.

Após sucessivos adiamentos, em função basicamente das divergências acerca da questão do Oriente Médio e das indenizações pelos crimes do passado, a conferência foi encerrada com um dia de atraso, e a aprovação de um documento conciliador.

O texto final classificou a escravidão como crime contra a humanidade, mas não estabeleceu indenização ou pedido de desculpas, apenas sugeriu essa possibilidade, sutilmente. O acordo aprovado sobre o Oriente Médio foi ainda mais conciliador, refletindo as pressões dos Estados Unidos e Israel e de outros países ocidentais.

Apesar das dificuldades que marcaram o evento – impasses que colocaram em confronto os países desenvolvidos contra palestinos, africanos e asiáticos e a distância estabelecida entre representantes diplomáticos e entidades da sociedade civil –, ainda é possível apontar resultados positivos no encontro. Fidel Castro, único presidente latino-americano a comparecer à reunião, resumiu o sentimento de muitos participantes, ao dizer que “o importante é o processo, não a conferência em si. Está claro que os governos não podem mais fugir da questão racial”. (Alvaro Neiva) ■

Aprendizado em Durban, uma via dolorosa

O mundo pede uma nova ordem internacional, eqüitativa e menos excludente



*Benedita da Silva**

TIVEMOS OPORTUNIDADE, NA III CONFERÊNCIA contra o Racismo, Discriminação, Xenofobia e

Intolerância, de passarmos por intenso aprendizado. Os esforços das instituições (governo, ONGs, sociedade civil) foram grandes, envolvidos em produzir um documento que pudesse expressar e refletir a defesa dos direitos humanos dos homossexuais, religiosos, gênero, juventude, negros, indígenas como estratégia de ação.

Representantes da sociedade civil ligados aos movimentos sociais compareceram em posição de destaque exercendo um importante papel, dando visibilidade às contradições e proposições que julgavam fazer parte da agenda. Expuseram as feridas, cicatrizes e seqüelas deixadas pelo colonialismo e a escravidão.

Vimos florescer a gravidade deste fenômeno, cuja consequência devastadora nos levou mundialmente a debater, propor e intervir. Pela via dolorosa, a história registra momentos inesquecíveis. O ódio, a ganância, companheira fiel da xenofobia, racismo e intolerância marcam a discriminação no mundo com métodos mais sofisticados, levando a crer que exista harmonia na convivência universal entre os povos e países diferentes. Quem poderá esquecer o holocausto do povo judeu ou a morte, a fome, a guerra e a miséria na África? Como esquecer a diáspora envol-

vida na luta pela igualdade de direitos, perdendo seus líderes assassinados? Certamente, expor a sangrenta ferida foi muito difícil, diante de uma comunidade europeia preocupada em esquecer esta página perversa e cruel do colonialismo, da escravidão e do *apartheid*.

Foi, sem dúvida, um grande desafio. A história da discriminação viola os direitos humanos e poderíamos dizer: viola muitos outros direitos. Atrás do racismo, está a negação do conjunto de direitos do cidadão.

Reparar e prevenir

Na conferência, convivemos com manifestações que pensávamos já terem sido superadas pelas grandes potências. Useiras e vezeiras em cobrar dos países em desenvolvimento uma posição com relação aos direitos humanos, vacilaram na oportunidade que tinham em dar passos mais ousados que pudessem combater o perigo que ronda nossas sociedades, quando novas formas de discriminação ameaçam nossas democracias com um processo crescente de exclusão.

Os contrastes observados em Durban servem como parâmetros para julgarmos nossas ações, rever nossos papéis de formadores de opinião, de governantes e buscarmos uma nova construção de mundo. A temática a respeito da globalização demonstrou que apenas uns poucos estão, como sempre acontece, usufruindo e fascinados com a maravilha e quase mágica da revolução da informática, do desenvolvimento da era espacial, da alta tecnologia e acumulação das riquezas. Podem, tal-

vez, achar-se no paraíso terrestre. De outro lado, está a lógica marcante e perversa que afeta diretamente os mais necessitados, alimentando a cadeia da exclusão.

Cegos, surdos e mudos diante de um novo modelo de discriminação, os governantes não querem ver que a pobreza não tem acesso a melhorias. Coincidência ou não, a maioria dos pobres é exatamente de não-brancos, segundo palavras de representantes das ONGs e governos, baseados em dados estatísticos e acompanhamento científico da evolução desses fatos.

Assim sendo, um dos grandes desafios é buscar no momento atual uma nova ordem internacional, mais inclusiva, eqüitativa, plural, que dê forma e conteúdo ao esforço de Durban. Precisamos de mecanismos concretos para um plano de ação que dê conta das vítimas, assim como uma política de prevenção, para que não tenhamos de nos envergonhar do que fizemos, do que somos ou do que propusemos. O que fazer? Façamos um pacto de ações afirmativas que valorizem nossas relações e também garantam eqüidade, igualdade, visibilidade e diversidade. Podemos dizer que a conferência, em si, cumpriu o seu papel. A declaração de Durban e o programa de ação aprovados serão instrumentos fundamentais, para que se venham a adotar políticas afirmativas em nosso país. O pós-Durban não tem como aceitar um Brasil que não aponte a diversidade com programas exequíveis e imediatos. Está na hora de fazermos o dever de casa. ■

Benedita da Silva é vice-governadora do estado do Rio de Janeiro

Uma nova política externa para o Brasil

O país precisa usar com inteligência os espaços criados pela competição entre os Estados Unidos e a Europa, agora que não existe mais a Guerra Fria

Luis Fernando Nóvoa Garzon

O BRASIL CUMPRE UM PAPEL CHAVE na manutenção do domínio do grande capital no continente americano e consequentemente no mundo. Por isso, pode desempenhar também um papel oposto: o de romper com essa dominação. Diante da estratégia unipolarista dos Estados Unidos, traduzida nos termos da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), temos que fortalecer taticamente a estratégia multipolarista da União Européia (UE – especialmente da França dentro dela) que procura se legitimar apontando para a hipótese de um maior equilíbrio nas relações Norte-Sul. E cada vez mais abrem-se novos espaços de negociação nesse sentido. A UE sabe como ninguém que a consolidação da Alca, com a acoplação do Brasil, significará o aborto do projeto eurocêntrico para o mundo. Daí o aceno dos europeus ao Brasil oferecendo-lhe vantagens comerciais nunca antes concedidas.

Conhecendo as terceiras intenções norte-americanas e as segundas intenções européias, saberemos explorar instrumentalmente as contradições intercapitalistas, visando reorientar nossa integração internacional em direção a uma área liberada dos controles tirânicos do grande capital multinacional.

Iniciativas como o Foro de São Paulo e o Fórum Social de Porto Alegre podem ser fundamentais para catalisar e disseminar a luta contra o capitalismo global, criando condições para o surgimento desse pólo alternativo de poder internacional, que teria como núcleo o nosso país.

Conhecendo as terceiras intenções norte-americanas e as segundas intenções européias, saberemos explorar instrumentalmente as contradições intercapitalistas

nar a luta contra o capitalismo global, criando condições para o surgimento desse pólo alternativo de poder internacional, que teria como núcleo o nosso país.

Romper a dependência

O colapso virtual do Mercosul real limpa o terreno para uma nova política de integração regional. A Venezuela, com um governo em rota de colisão com o imperialismo, deve se tornar uma parceria estratégica, podendo colocar a Comunidade Andina (Bolívia, Peru, Venezuela, Equador e Colômbia) na órbita da liderança alternativa brasileira. Deve-se lembrar ainda que a

Africa do Sul, governada pelo Congresso Nacional Africano, declarou-se muito interessada em compor esse bloco. Cuba, apesar da crise econômica e do monopólio político do Partido Comunista Cubano, continua sendo um exemplo de ruptura colonial, e o reflexo disso é que os cubanos continuam tendo um dos melhores índices sociais da América Latina.

Mais: a recomposição da nossa integração regional deve ser acompanhada por uma política de estreita cooperação tecnológica e militar com a China e a Índia, potências regionais que temem a unipolarização norte-americana e que vêm dando sinais demonstrando o interesse em construir uma “visão estratégica comum” sobre o mundo.

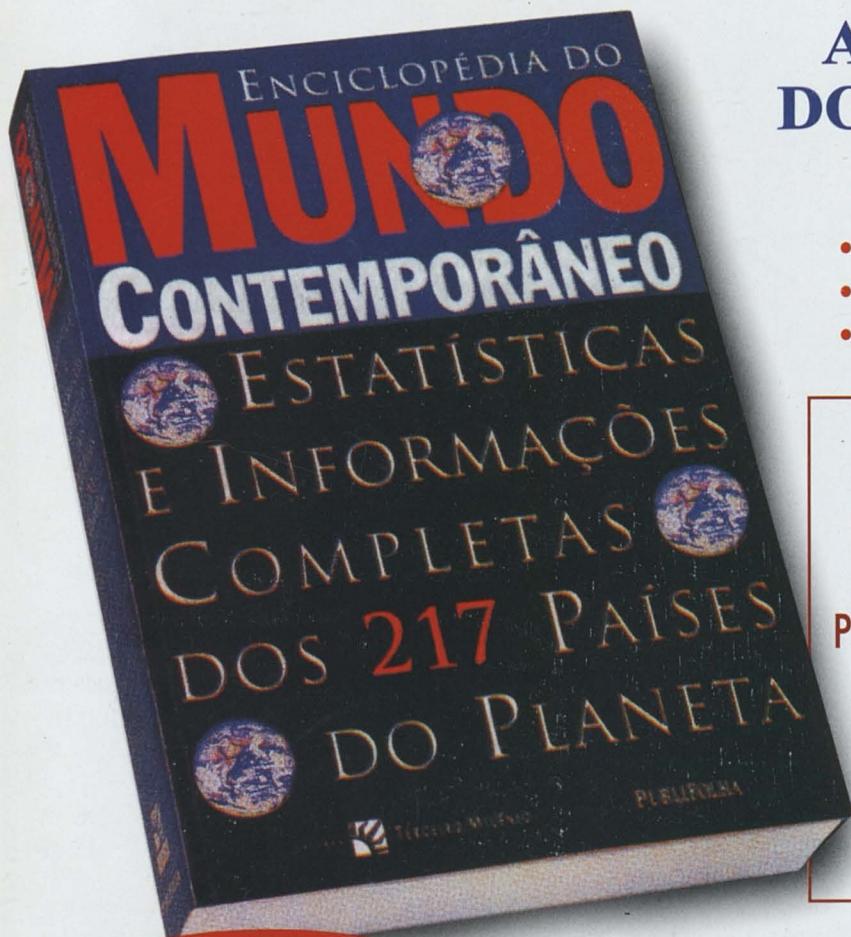
Em suma, esse novo caminhar do Brasil em direção a um mundo solidário e sem exploração exige alguns passos decididos: 1º. recomposição de nossa aliança regional, com base num programa democrático-popular rumo ao socialismo; 2. afastamento unilateral das negociações da Alca; 3º. articulação de um bloco de países devedores visando à ruptura coletiva com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o não-pagamento da dívida externa.

Com pernas próprias, o passo firme, a cabeça erguida, e o sonho a nos guiar. ■

Luis Fernando Nóvoa Garzon é sociólogo, professor universitário, mestrado em Ciências Políticas na Unicamp - Unip Campinas - lnovoa@uol.com.br

OFERTA ESPECIAL

REFORÇO ÀS AULAS!



Preço normal: R\$54,00

Promoção: R\$39,00*

* Frete não incluído

A ENCICLOPÉDIA DO NOVO MILÊNIO

+ 1 ANO DE UMA DAS NOSSAS REVISTAS:

- ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO
- CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO
- REVISTA DO MERCOSUL

ENCICLOPÉDIA + REVISTA

PREÇO NORMAL = R\$126,00

PROMOÇÃO REFORÇO ÀS AULAS

À VISTA = R\$99,00

OU

2 x R\$52,00 = R\$104

*Promoção Reforço às Aulas - Quantidade Limitada

Tel.: (21) 2221-7511

Se preferir, faça o seu pedido por

Fax: (21) 2252-8455

Ou pela internet

e-mail: etm@etm.com.br

www.etm.com.br

A Encyclopédia do Mundo Contemporâneo é um livro indispensável em sua casa, no escritório, em colégios e bibliotecas ou para quem se prepara para o vestibular. São 628 páginas com um panorama da história, sociedade, economia e organização política de cada um dos 217 países.

Mais de 220 mapas, estatísticas e análise dos grandes problemas contemporâneos. Uma fonte de consulta indispensável para estudantes e profissionais de todas as áreas.

EDITORIA



TERCEIRO MILÊNIO

IMAGINE



SÃO LUÍS ESTÁ MULTIPLICANDO CONHECIMENTO.

A população de São Luís ganhou 12 novas unidades de ensino público nas zonas urbana e rural. Isso significa mais de 60 salas de aula. Entre essas escolas existem 2 Escolas Padrão para receber alunos com necessidades especiais: Escola Darcy Ribeiro e Escola Ronald Carvalho. Cada uma destas novas unidades especiais poderá atender, nos 3 turnos, cerca de 1200 alunos, com ensino de qualidade e toda a estrutura necessária ao aprendizado. E ainda serão entregues mais 2. É a Prefeitura de São Luís multiplicando conhecimento para dividir oportunidades entre todos os cidadãos.



PREFEITURA
Trabalho e Honestidade

